

PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 2ª SÉRIE DE COTAS SENIORES DO

PRK FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LP

CNPJ/MF nº 18.947.353/0001-69

Código ISIN para as Cotas Seniores da 2ª Série: BRPRKLCTF022

Classificação de Risco (*Rating*) atribuída pela Liberum Ratings para as Cotas Seniores 2ª Série: A+(fe)

Classificação ANBIMA: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fomento Mercantil
Registro do PRK Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial LP perante a CVM: 6483

PRK Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial LP ("Fundo"), constituído sob a forma de condomínio fechado, realizará a oferta de 3.000 (três mil) cotas seniores da 2ª série ("Cotas Seniores da 2ª Série"), com valor unitário de emissão de R\$ 1.000,00 (um mil reais) ("Oferta"), perfazendo, na data de emissão, o montante total de

R\$ 3.000.000,00
(TRÊS MILHÕES DE REAIS)

REGISTRO DA OFERTA NA CVM: CVM/SRE/RFD/2016/002, EM 15 DE MARÇO DE 2016

A Oferta será conduzida pela Petra – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1842, 1º andar, CEP 01310-923, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.317.692/0001-94 ("Coordenador Líder"). A Oferta será realizada sob regime de melhores esforços de colocação do Coordenador Líder.

O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Cotistas, no momento da amortização de suas respectivas Cotas, a valorização dos recursos aplicados inicialmente no Fundo, por meio da aquisição (i) de Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais direitos creditórios, nos termos dos respectivos Contratos de Cessão; e (ii) de Ativos Financeiros, observada a Política de Investimento descrita no regulamento do Fundo ("Regulamento"). O Fundo é regido pelas disposições de seu Regulamento, pela Resolução nº 2.907, emitida pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN") em 29 de novembro de 2001, conforme alterada e pela Instrução nº 356, emitida pela CVM em 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM 356").

O Fundo é administrado pelo Coordenador Líder ("Administrador"). O Administrador é uma instituição financeira participante e aderente ao *Foreign Account Tax Compliance Act* ("FATCA"), com inscrição no *Global Intermediary Identification Number* ("GIIN"), sob os caracteres P2W26G.00001.ME.076. Para maiores informações sobre tanto o FATCA, quanto o GIIN, veja a seção "Definições", na página 8 do presente Prospecto Definitivo. Os serviços de gestão da carteira do Fundo são exercidos pela Petra Capital Gestão de Investimentos Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.842, 1º andar, conjunto 17, CEP 01310-923, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.204.714/0001-96 ("Gestora"). A prestação dos serviços de custódia qualificada e controladoria dos ativos do Fundo, nos termos do artigo 38 da Instrução CVM 356, é realizada pelo Banco Petra S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, CEP 80250-104, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.758.741/0001-52 ("Custodiante").

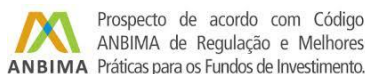
O Fundo foi constituído em 28 de janeiro de 2014, por ato do administrador do Fundo à época, conforme instrumento particular registrado sob o nº 382.166, em 4 de fevereiro de 2014 no 3º SRTD de Curitiba, no Estado do Paraná. O Fundo foi registrado na CVM, em 02 de dezembro de 2013, sob o nº 6483. A aprovação da versão em vigor do Regulamento do Fundo, bem como a aprovação desta Oferta, ocorreram em 30 de dezembro de 2015, em Assembleia Geral de Cotistas do Fundo na mesma data, cuja ata foi registrada sob o nº 406.351, em 14 de janeiro de 2016 no 3º SRTD de Curitiba.

A presente Oferta foi registrada na CVM, em 15 de março de 2016, nos termos do Ofício CVM/SRE/RFD/2016/002, de acordo com a Instrução CVM 356 e com a Instrução CVM 400.

O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, OU DAS COTAS SENIORES A SEREM DISTRIBUÍDAS.

O INVESTIMENTO NO FUNDO SUJEITA O INVESTIDOR A RISCOS, CONFORME DESCRITO NA SEÇÃO "FATORES DE RISCO", NAS PÁGINAS 69 A 72 DESTE PROSPECTO DEFINITIVO ("Prospecto"). OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO "FATORES DE RISCO" ANTES DE SE DECIDIR PELA COMPRA DE COTAS SENIORES DA 2ª EMISSÃO, OBJETO DESTA OFERTA.

As informações contidas neste Prospecto Definitivo estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. Antes de decidir aplicar recursos no Fundo por meio da aquisição de Cotas Seniores, ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa deste Prospecto Definitivo e do Regulamento, com especial atenção às informações que tratam do objetivo e da Política de Investimento do Fundo, da composição da Carteira do Fundo, e das disposições deste Prospecto e do Regulamento que tratam dos Fatores de Risco.



Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das normas emitidas pela CVM, bem como às disposições do Código de Autorregulação da ANBIMA para a indústria dos fundos de investimento. A autorização para funcionamento e/ou venda das Cotas Seniores não implica, por parte da CVM e da ANBIMA, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a validade do Fundo, do Administrador e demais instituições prestadoras de serviços ao Fundo.



A data do presente Prospecto Definitivo é de 15 de março de 2016

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES.....	9
DECLARAÇÃO.....	18
RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA.....	19
CARACTERÍSTICAS DO FUNDO.....	25
O FUNDO.....	25
BASE LEGAL.....	25
PÚBLICO ALVO.....	25
APLICAÇÃO DOS RECURSOS.....	25
META DE RENTABILIDADE.....	26
POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA.....	26
PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	29
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO.....	30
ASSEMBLEIA GERAL.....	31
POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	34
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.....	34
ENCARGOS DO FUNDO.....	35
REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO.....	36
LIQUIDAÇÃO DO FUNDO.....	38
CARACTERÍSTICAS DAS COTAS DO FUNDO.....	41
REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO.....	41
FORMA E ESPÉCIE.....	41
COTAS.....	41
EMIÇÃO DE COTAS.....	42
DISTRIBUIÇÃO.....	43
PRAZO DE DISTRIBUIÇÃO.....	43
AMORTIZAÇÃO, RESERVA DE AMORTIZAÇÃO E RESGATE.....	43
NEGOCIAÇÃO DAS COTAS.....	45
IDENTIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS.....	46
BREVE HISTÓRICO DO GRUPO PETRA.....	48
DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES.....	48
ADMINISTRADOR.....	48

CUSTODIANTE	50
DEPOSITÁRIOS.....	51
BREVE HISTÓRICO DA INTERFILE PARTICIPAÇÕES S.A.	51
AGENTE DE COBRANÇA E/OU CONSULTORA	53
EMPRESA DE AUDITORIA DO FUNDO.....	53
AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	54
ASSESSOR LEGAL	54
VERIFICAÇÃO PELO ADMINISTRADOR DO CUMPRIMENTO DAS RESPECTIVAS OBRIGAÇÕES PELO GESTOR, PELO CUSTODIANTE E PELO AGENTE DE COBRANÇA E/OU CONSULTORA.....	54
PROCEDIMENTO DE SUBSTITUIÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO	55
DESCRIÇÃO DE RELAÇÕES SOCIETÁRIAS OU RELAÇÕES CONTRATUAIS RELEVANTES	56
RELAÇÕES ENTRE O COORDENADOR LÍDER E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇO AO FUNDO	56
RELAÇÕES ENTRE A GESTORA E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇO AO FUNDO	57
DECISÕES SOBRE SITUAÇÕES DE POTENCIAL CONFLITO DE INTERESSE	58
SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS	59
CONTRATO DE CESSÃO.....	59
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE CARTEIRA	60
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CUSTÓDIA E CONTROLADORIA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	60
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA NA ANÁLISE, SELEÇÃO, COBRANÇA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS	60
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	61
INFORMAÇÕES SOBRE OS DIREITOS CREDITÓRIOS	62
FLUXOGRAMA DA OPERAÇÃO.....	62
ORIGINAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	63
CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.....	63
CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE.....	63
PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.....	64
LIMITES DE CONCENTRAÇÃO	64
FORMALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.....	64
POLÍTICA DE COBRANÇA.....	65
DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE INADIMPLEMENTO, PERDAS E PRÉ-PAGAMENTOS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	66
FATORES DE RISCO.....	69
ANEXO I – REGULAMENTO DO FUNDO	73

ANEXO II – DECLARAÇÃO DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400	119
ANEXO III – RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO.....	121

AVISOS

“A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA”.

“O INVESTIMENTO NO FUNDO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE O ADMINISTRADOR MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA O INVESTIDOR”.

“O INVESTIMENTO NO FUNDO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO NÃO CONTA COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR, DO CUSTODIANTE, DA CONSULTORA, DOS CEDENTES, DO COORDENADOR LÍDER, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC”.

“O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO APLICÁVEL AO INVESTIDOR DESTE FUNDO DEPENDE DO PERÍODO DE APLICAÇÃO DO INVESTIDOR, BEM COMO DA MANUTENÇÃO DE UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 DIAS. ALTERAÇÕES NESTAS CARACTERÍSTICAS PODEM LEVAR A UM AUMENTO DO IMPOSTO DE RENDA INCIDENTE SOBRE A RENTABILIDADE AUFERIDA PELO INVESTIDOR”.

“CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS: QUAISQUER EXPECTATIVAS DE RECEBIMENTO DE FLUXOS DE CAIXA ADVINDOS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS CEDIDOS, PREVISÕES E ESTIMATIVAS AQUI CONTIDAS SÃO PREVISÕES E SE BASEIAM EM CERTAS PRESUNÇÕES QUE O ADMINISTRADOR E O GESTOR CONSIDERAM RAZOÁVEIS. EXPECTATIVAS SÃO, NECESSARIAMENTE, POR NATUREZA, ESPECULATIVAS, E É POSSÍVEL QUE ALGUMAS OU TODAS AS PREMISSAS EM QUE SE BASEIAM AS EXPECTATIVAS NÃO SE CONCRETIZEM OU DIFIRAM SUBSTANCIALMENTE DOS RESULTADOS EFETIVOS. NESSE SENTIDO, AS EXPECTATIVAS SÃO APENAS ESTIMATIVAS. RESULTADOS EFETIVOS PODEM DIFERIR DAS EXPECTATIVAS, E TAIS DIFERENÇAS PODEM ACARREJAR PREJUÍZO PARA O FUNDO E PARA O INVESTIDOR.”

“O GESTOR DESTE FUNDO ADOTA POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO EM ASSEMBLEIAS, QUE DISCIPLINA OS PRINCÍPIOS GERAIS, O PROCESSO DECISÓRIO E QUAIS SÃO AS MATÉRIAS RELEVANTES OBRIGATÓRIAS PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO. TAL POLÍTICA ORIENTA AS DECISÕES DO GESTOR EM ASSEMBLEIAS DE DETENTORES DE ATIVOS QUE CONFIRAM AOS SEUS TITULARES O DIREITO DE VOTO”.

“TODO COTISTA, AO INGRESSAR NO FUNDO, DEVERÁ ATESTAR, POR MEIO DE TERMO DE ADESÃO, QUE RECEBEU EXEMPLAR DESTE PROSPECTO E DO REGULAMENTO, QUE TOMOU CIÊNCIA DOS OBJETIVOS DO FUNDO, DA SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA, DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DEVIDA AO ADMINISTRADOR, DOS RISCOS ASSOCIADOS AO INVESTIMENTO NO FUNDO E DA POSSIBILIDADE DE OCORRÊNCIA DE VARIAÇÃO E PERDA NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO, E, CONSEQUENTEMENTE, DE PERDA DO CAPITAL, PARCIAL OU TOTAL, SUBSCRITO PELO INVESTIDOR.”

“ESTE FUNDO NÃO PODERÁ REALIZAR OPERAÇÕES NO MERCADO DE DERIVATIVOS OU DE LIQUIDAÇÃO FUTURA OU A TERMO, EM BOLSA DE VALORES OU EM BOLSA DE MERCADORIA E FUTUROS, FICANDO VEDADA INCLUSIVE A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES COM O OBJETIVO DE PROTEGER POSIÇÕES DETIDAS À VISTA, CONFORME O CAPÍTULO X DO REGULAMENTO.”

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto Definitivo, os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos nesta Seção “Definições”, salvo se de outra forma determinado no presente Prospecto Definitivo. Os termos que não estiverem aqui definidos terão o significado a eles atribuído no Regulamento..

Administrador

Petra – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com qualificação completa na página 48.

O Administrador é uma instituição financeira participante e aderente ao *Foreign Account Tax Compliance Act* (“*FATCA*”), com inscrição no *Global Intermediary Identification Number* (“*GIIN*”), sob os caracteres P2W26G.00001.ME.076.

Agência de Classificação de Risco

Liberum Ratings Serviços Financeiros Ltda, com qualificação completa na página 49 do presente Prospecto.

Agente de Cobrança

PRK Fomento Mercantil Ltda., com qualificação completa na página 48.

Amortização

Nos termos da Instrução CVM 356, o pagamento aos Cotistas de parcela do valor de suas Cotas, sem redução de seu número.

ANBIMA

Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, 230, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.271.171/0001-77.

Anúncio de Encerramento

O anúncio de encerramento da Oferta, a ser disponibilizado nos seguintes *websites*: (i) www.petracorretora.com.br, clicar em “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC” e, em seguida, em “Anúncio de Encerramento”; (ii) www.cetip.com.br, acessar “Comunicados e Documentos”, clicar em “Prospectos”, em seguida em “Prospectos de Fundos de Investimento - Cotas de Fundos Fechados”, e por último em “PRK FIDC Multissetorial LP”; e (iii) <http://www.cvm.gov.br/>, clicar em “Informações de Regulados”, “Fundos de Investimento”, “Consulta a Informações de Fundos”, “Fundos de Investimento Registrados”, incluir nome do Fundo, e, em seguida, em “Documentos Eventuais”; sem prejuízo de sua eventual publicação em jornal ou outro meio de comunicação, conforme faculdade prevista no §1º do artigo 54-A da Instrução CVM 400.

Anúncio de Início

O anúncio de início da Oferta, a ser disponibilizado nos

seguintes *websites*: (i) www.petracorretora.com.br, clicar em “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC” e, em seguida, em “Anúncio de Início”; e (ii) www.cetip.com.br, acessar “Comunicados e Documentos”, clicar em “Publicação de Ofertas Públicas”, e por último pesquisar por “PRK FIDC Multissetorial LP”; e (iii) <http://www.cvm.gov.br/>, clicar em “Informações de Regulados”, “Fundos de Investimento”, “Consulta a Informações de Fundos”, “Fundos de Investimento Registrados”, incluir nome do Fundo, e, em seguida, em “Documentos Eventuais”, sem prejuízo de sua eventual publicação em jornal ou outro meio de publicação, conforme faculdade prevista no §1º do artigo 54-A da Instrução CVM 400.

Assembleia Geral

Assembleia Geral de Cotistas, ordinária ou extraordinária, realizada nos termos do Capítulo VII do Regulamento e da seção “Assembleia Geral” deste Prospecto.

Ativos Financeiros

Bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos de Crédito, que compõem o Patrimônio Líquido.

BACEN

Banco Central do Brasil, autarquia federal, com sede na Cidade de Brasília, no Distrito Federal, no Setor Bancário Sul (SBS), Quadra 3, Bloco B, Edifício Sede, CEP 70074-900, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.038.166/0001-05.

Banco Cobrador

Banco Bradesco S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, no Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, 4º andar, Prédio Novo, CEP 06029-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948.0001-12.

Benchmark

Meta de rentabilidade prioritária que o FUNDO buscará atingir para as Cotas Seniores de cada série e para as Cotas Subordinadas Mezanino, conforme o disposto no respectivo Suplemento.

BM&FBOVESPA

BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Praça Antonio Prado, nº 48, CEP 01010-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.346.601/0001-25.

Boletins de Subscrição

Documentos assinados pelos subscritores que comprovam a subscrição de Cotas do Fundo e estabelece direitos e obrigações relativas a subscrição e integralização de Cotas.

CCF

Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos do BACEN.

CDI

Certificado de Depósito Interbancário de 01 (um) dia – “over extra grupo”, expresso na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculado e divulgado pela CETIP.

Cedentes

Empresas, sediadas no território nacional, indicadas pela Consultora, que cedam Direitos Creditórios ao Fundo, na forma do Regulamento do Fundo e do Contrato de Cessão.

CETIP

CETIP S.A. – Mercados Organizados, instituição devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil para a prestação de serviços de custódia escritural de ativos e

liquidação financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar, CEP 20031-170.

CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, do Ministério da Fazenda.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, com suas alterações posteriores.
Contrato de Cessão	Cada um dos contratos que regulam as cessões de crédito para Fundo, celebrado entre o Fundo, o Administrador e os Cedentes.
Contrato de Cobrança	<i>O Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos Creditórios Inadimplidos e Outras Avenças</i> , celebrado entre o Fundo, representado por seu Administrador e a Consultora.
Contrato de Consultoria	<i>O Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria Especializada</i> , celebrado entre o Fundo e a Consultora, para análise e seleção de Direitos de Crédito.
Contrato de Custódia	<i>O Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios</i> , celebrado em 30 de dezembro de 2015, pelo Fundo representado por seu Administrador e o Custodiante.
Contrato de Distribuição	<i>O Contrato de Prestação de Serviços de Distribuição de Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios</i> , celebrado em 18 de fevereiro de 2016, entre o Fundo e o Coordenador Líder, com a interveniência e anuência do Administrador, que rege a contratação do Coordenador Líder para realizar a distribuição das Cotas Seniores da 2ª Emissão do Fundo, em regime de melhores esforços.
Contrato de Depósito	<i>O Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Depósito</i> , celebrado em 30 de janeiro de 2013, pelo Custodiante e o Depositário Interfile Participações S.A. e/ou <i>Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Depósito</i> , celebrado em 03 de janeiro de 2013 pelo Custodiante e o Depositário Iron Mountain do Brasil S.A..
Contrato de Gestão	<i>O Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios</i> , celebrado entre o Fundo, representado por seu Administrador e a Gestora.
Consultora	PRK Fomento Mercantil Ltda., com qualificação completa na página 48.
Coordenador Líder	Petra – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com qualificação completa na página 48.
Cotas	Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas.

Cotas Seniores	Cotas de classe sênior, emitidas pelo Fundo, conforme definidas no Artigo 86 do Regulamento do Fundo, as quais possuem prioridade nos pagamentos de amortização e/ou resgate sobre as Cotas Subordinadas Mezanino e sobre as Cotas Subordinadas Júnior, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Cotas Seniores de qualquer série.
Cotas Subordinadas	Cotas de classe subordinada que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.
Cotas Subordinadas Júnior	Subclasse de cotas subordinada, conforme definido no Artigo 89 do Regulamento do Fundo.
Cotas Subordinadas Mezanino	Subclasse de cotas subordinada conforme definido no Artigo 89 do Regulamento do Fundo, as quais terão prioridade nos pagamentos de amortização e/ou resgate sobre as Cotas Subordinadas Júnior.
CPF/MF	Cadastro de Pessoas Físicas, do Ministério da Fazenda.
Crítérios de Elegibilidade	Crítérios para a seleção dos Direitos Creditórios, a serem verificados e validados pelo Administrador, previamente à cessão pelo Fundo, para que sejam considerados elegíveis para integrar a carteira do Fundo, conforme definidos no Capítulo XI do Regulamento do Fundo e da seção “Informações sobre os Direitos Creditórios” deste Prospecto.
Custodiante	Banco Petra S.A., com qualificação completa na página 48.
CMN	Conselho Monetário Nacional
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Amortização	Data do pagamento das amortizações de cada Série de Cotas Seniores, definidas no respectivo Suplemento de cada Série, cujos valores e condições de remuneração constarão do referido Suplemento.
Data de Aquisição	Data da aquisição pelo Fundo dos Direitos Creditórios ofertados pelos Cedentes que atendam os Crítérios de Elegibilidade.
Data da 2ª Emissão de Cotas Seniores	Data da primeira integralização de Cotas Seniores do Fundo.
Data de Início da Oferta	A Oferta terá início a partir da concessão do registro da Oferta perante a CVM, da disponibilização do Anúncio de Início e da disponibilização do Prospecto Definitivo ao público investidor.
Depositários	Interfile Participações S.A., ou a Iron Mountain do Brasil S.A., com qualificação completa na página 48, contratados para realizar a guarda de determinados Documentos Comprobatórios.
Dia Útil	Segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo e na Cidade de Curitiba, no Estado de São Paulo e no Estado do Paraná, respectivamente; e (ii)

feriados de âmbito nacional.

Direitos Creditórios

O direito de crédito de titularidade de cada Cedente, expresso em moeda corrente nacional, decorrente de operações realizadas nos segmentos financeiro, comercial, industrial, de arrendamento mercantil e prestação de serviços, celebradas entre os Cedentes e os devedores ou entre os devedores, devidamente identificados pelo CPF/MF ou CNPJ/MF, representados por Documentos Comprobatórios, observado o disposto em cada Contrato de Cessão, e que se enquadrem na categoria de Direitos Creditórios performados, ou seja, cuja existência, validade e exequibilidade independam da prestação futura de qualquer contrapartida.

Diretor Designado

Diretor estatutário do Administrador, designado para, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações relativas ao Fundo.

Documentos Comprobatórios

Documentos ou títulos representativos dos Direitos Creditórios, representados por duplicatas escriturais e cheques, de titularidade dos respectivos Cedentes.

Documentos da Operação

Os seguintes documentos, com suas alterações posteriores: Contrato de Cessão (incluindo, Termo de Cessão), Regulamento (incluindo, os Suplementos), Prospecto, Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco, Boletim de Subscrição, Aviso ao Mercado, Anúncio de Início, Anúncio de Encerramento, Contrato de Gestão, Contrato de Custódia, Contrato de Cobrança, e Contrato de Depósito.

Empresa de Auditoria do Fundo

Baker Tilly Brasil – PR Auditores Independentes S/S, com qualificação completa na página 49. Uma empresa de auditoria contratada pelo Administrador, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise de sua situação e da atuação do Administrador, podendo ser substituída, sem prévia e expressa aprovação dos Cotistas.

Eventos de Avaliação

São as situações descritas no Artigo 122 do Regulamento do Fundo.

Eventos de Liquidação Antecipada

São as situações descritas no Artigo 123 do Regulamento do Fundo.

Encargos do Fundo

São os encargos descritos no Capítulo XXII do Regulamento do Fundo.

FATCA

Foreign Account Tax Compliance Act. É uma legislação norte-americana, publicada em 18 de março de 2010, no contexto do *HIRE Act – Hiring Incentives to Restore Employment Act*, que tem por objeto, de acordo com a linguagem proposta pelo legislador norte-americano, “detectar, deter e desencorajar a evasão fiscal” nos Estados Unidos da América (“EUA”), exigindo que as instituições financeiras sediadas fora dos EUA e aderentes ao FATCA, identifiquem as contas de pessoas sujeitas a tributos nos

EUA e as reportem às autoridades fiscais competentes. O FATCA requer que todas as instituições financeiras estrangeiras, reportem informações relacionadas a contas bancárias de cidadãos norte-americanos para a Receita Federal dos EUA (“IRS”) e impõe pena de retenção de valores para as instituições que não o acatem.

Em 23 de setembro de 2014, um acordo intergovernamental *Intergovernmental Agreement* (“IGA”) para troca de informações foi assinado pelo Brasil e pelos EUA, a fim de estabelecer a estrutura para a aplicação do FATCA às instituições financeiras estrangeiras no Brasil, baseado no Acordo para o Intercâmbio de Informações Relativas a Tributos (“TIEA”), celebrado entre o Brasil e os EUA em 20 de março de 2007 e internalizado no Brasil por meio do Decreto nº 8.003, de 15 de março de 2013.

O IGA tem por objeto a melhora no cumprimento das regras fiscais internacionalmente. O IGA prevê a reciprocidade por parte do governo dos EUA com o Brasil, que passa a receber as informações sobre investimentos financeiros e recursos em contas correntes localizadas nos EUA e que pertençam a brasileiros, tanto pessoas físicas, quanto pessoas jurídicas, desta forma, o Fisco brasileiro conta com mais uma fonte de informações para verificar o cumprimento da legislação tributária brasileira pelos contribuintes que invistam nos EUA.

As instituições financeiras que entendam por bem adotar o FATCA, seja por questões comerciais ou por exigência dos administradores dos fundos de investimento brasileiros, devem registrar-se eletronicamente no FATCA, disponibilizado pelo IRS. O registro no FATCA conferirá à instituição financeira um número de identificação de intermediário global, o *Global Intermediary Identification Number* (“GIIN”).

FGC

O Fundo Garantidor de Créditos, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, conj. 201 e 202, CEP 05426-100, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.954.288/0001-33, cujo objetivo é prestar garantia de crédito contra as instituições associadas, quais sejam, todas as instituições financeiras e associações de poupança e empréstimo, nas hipóteses de liquidação, intervenção extrajudicial ou falência; reconhecimento pelo BACEN do estado de insolvência da instituição em tela ou, ainda, em determinadas situações expressamente autorizadas pelo BACEN.

Fundo

PRK Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial LP, fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.947.353/0001-69, administrado pelo Administrador.

Gestora

Petra Capital Gestão de Investimentos Ltda., com qualificação completa na página 48.

Instrução CVM 356	Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada.
Instrução CVM 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 489	Instrução CVM nº 489, de 14 de janeiro de 2011.
Instrução CVM 539	Instrução CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada.
Instrução CVM 555	Instrução CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014, conforme alterada
Investidores Qualificados	São os investidores qualificados, nos termos do artigo 9-B da Instrução CVM 539.
IOF/Títulos	Imposto sobre Títulos ou Valores Mobiliários.
IR	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.
IRPJ	Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica.
Oferta Pública	A presente distribuição pública das Cotas Seniores da 2ª Emissão, nos termos da Instrução CVM 400, a qual (i) será destinada a Investidores Qualificados; (ii) será intermediada pelo Coordenador Líder; e (iii) dependerá de prévio registro perante a CVM.
Partes Relacionadas	São, com relação a qualquer Pessoa específica, qualquer outra Pessoa que controle, seja controlada ou esteja sob controle comum com tal Pessoa especificada. Para os fins desta definição, “controle”, quando utilizado com relação a qualquer Pessoa especificada, significa o poder de direcionar a administração e as políticas de tal Pessoa, direta ou indiretamente, seja por meio da propriedade de ações com direito a voto, por contrato ou de outra forma; e os termos “controlando” e “controlado” terão significados correlatos.
Patrimônio Líquido	O patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do Capítulo XX do Regulamento do Fundo e da seção “Características do Fundo” deste Prospecto.
Periódico do Fundo	Jornal Folha de São Paulo.
Pessoa	Qualquer pessoa física ou jurídica, incluindo qualquer sociedade, parceria, associação, consórcio, fundo, sociedade não personificada ou entidade governamental.
Política de Cobrança	Tem o significado atribuído no Artigo 84 do Regulamento do Fundo.
PIS	Programa de Integração Social.
Prazo de Duração	Tem o significado no inciso I, do Artigo 2º, do Regulamento e na seção “Características do Fundo” deste Prospecto.
Procedimento de Verificação por Amostragem do Lastro de Direitos Creditórios	É o procedimento descrito no Anexo IV ao Regulamento do Fundo.

Prospecto Preliminar

O prospecto preliminar de Oferta, a ser disponibilizado nos seguintes *websites*: (i) www.petracorreтора.com.br, clicar em “Fundos Administrados”, “FIDC PRK MULTISSETORIAL LP” e, em seguida, em “Prospecto Preliminar”; e (ii) <http://www.cvm.gov.br/>, clicar em “Informações de Regulados”, “Fundos de Investimento”, “Consulta a Informações de Fundos”, “Fundos de Investimento Registrados”, incluir nome do Fundo, e, em seguida, em “Documentos Eventuais”, sem prejuízo de sua eventual publicação em jornal ou outro meio de comunicação, conforme faculdade prevista no §1º do artigo 54-A da Instrução CVM 400.

Prospecto ou Prospecto Definitivo

O prospecto definitivo de Oferta, a ser disponibilizado nos seguintes *websites*: www.petracorreтора.com.br, clicar em “Fundos Administrados”, “FIDC PRK MULTISSETORIAL LP” e, em seguida, em “Prospecto Definitivo”; e (ii) <http://www.cvm.gov.br/>, clicar em “Informações de Regulados”, “Fundos de Investimento”, “Consulta a Informações de Fundos”, “Fundos de Investimento Registrados”, incluir nome do Fundo, e, em seguida, em “Documentos Eventuais”, sem prejuízo de sua eventual publicação em jornal ou outro meio de comunicação, conforme faculdade prevista no §1º do artigo 54-A da Instrução CVM 400.

Público Alvo

Definidos como Investidores Qualificados.

Razão de Garantia

A relação (em percentual), entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, obtida por meio da divisão do primeiro pelo segundo, conforme estabelecido no artigo 114 do Regulamento do Fundo.

Real, Reais, R\$

Moeda corrente no Brasil.

Regulamento

O regulamento do Fundo e seus eventuais aditamentos.

Relatório Preliminar da Agência de Classificação de Risco

Os relatórios preliminares de classificação das Cotas Seniores, elaborados pelas Agências de Classificação de Risco.

Relatório Definitivo da Agência de Classificação de Risco

Os relatórios definitivos de classificação das Cotas Seniores, elaborados pelas Agências de Classificação de Risco.

Resolução CMN 2.907

Resolução nº 2.907, expedida pelo CMN em 29 de novembro de 2001.

SELIC

o Sistema Especial de Liquidação e Custódia, criado pela Circular nº 466, de 11 de outubro de 1979 do BACEN, e que constitui sistema informatizado destinado à custódia de títulos escriturais de emissão do Tesouro Nacional, bem como ao registro e à liquidação de operações com esses títulos.

SFN

Sistema Financeiro Nacional.

Sistema de Envio de Documentos

Sistema de envio de documento disponível na página da CVM na rede mundial de computadores.

SRF ou Receita Federal	Secretaria da Receita Federal.
Suplemento	Suplemento ao Regulamento do Fundo, registrado no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, contemplando as informações de cada Série de Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas Mezanino.
Taxa de Administração	Remuneração mensal devida pelo Fundo ao Administrador em decorrência dos serviços de administração do Fundo, calculada e paga na forma do Capítulo IV do Regulamento do Fundo e na seção “Taxas de Administração”, na página 34 deste Prospecto.
Taxa DI	São as taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, <i>over extra-grupo</i> , calculadas e divulgadas pela CETIP, ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.
Taxa Mínima de Cessão	<p>É a taxa mínima da cessão calculada conforme seguinte:</p> $\text{TMC} = 170\% \text{ CDI}^*$ $\text{TMC} = \text{Taxa mínima de cessão (\%aa)}$ <p>*170% (cento e setenta por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de 1 (um) dia – “<i>Over Extra Grupo</i>”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos na data da respectiva cessão.</p>
Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco	O termo de ciência de risco e adesão ao Regulamento do Fundo, a ser assinado por cada investidor quando do seu ingresso como Cotista do Fundo, e por meio do qual o Cotista (i) declara estar ciente dos riscos envolvidos no investimento nas Cotas do Fundo; (ii) declara ser Investidor Qualificado, nos termos do artigo 9-B da Instrução CVM ; e (iii) adere ao Regulamento do Fundo.
Termo de Cessão	O documento pelo qual se formaliza a cessão dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, na forma prevista no anexo do respectivo Contrato de Cessão. Funciona como um borderô, contendo a relação dos títulos cedidos, o valor de face dos mesmos, as datas dos seus vencimentos e os dados dos devedores, além do valor pelo qual os referidos Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo. Este documento prova a realização da cessão e obriga o Cedente a entregar ao Administrador, por conta e ordem do Fundo, os Documentos Comprobatórios.

DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER E ADMINISTRADOR DO FUNDO

Nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400 e no âmbito da Oferta, o Coordenador Líder declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (a) as informações prestadas, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (ii) o Prospecto Preliminar, bem como o Prospecto Definitivo (a) foram e serão, respectivamente, elaborados de acordo com as normas pertinentes; e (b) conterão, na data de suas respectivas publicações, as informações do Fundo necessárias ao conhecimento, pelos investidores da Oferta, das Cotas Seniores do Fundo, dos fatores de riscos relacionados ao Fundo e à Oferta e inerentes aos investimentos nas Cotas Seniores e de quaisquer outras informações do Fundo e da Oferta relevantes e necessárias para uma tomada de decisão de investimento fundamentada.

DECLARAÇÃO DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

A declaração do Coordenador Líder e Administrador do Fundo, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, encontra-se anexa ao presente Prospecto Definitivo.

RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

O sumário abaixo não contém todas as informações sobre a Oferta. **RECOMENDA-SE AO INVESTIDOR, ANTES DE TOMAR SUA DECISÃO DE INVESTIMENTO, A LEITURA CUIDADOSA DO PRESENTE PROSPECTO DEFINITIVO, INCLUSIVE SEUS ANEXOS E, EM ESPECIAL, A SEÇÃO “FATORES DE RISCO” NAS PÁGINAS 69 A 72 DO PRESENTE PROSPECTO DEFINITIVO, E DO REGULAMENTO DO FUNDO.**

Fundo	PRK Fundo de Investimento em Direitos Creditórios LP, cuja Classificação ANBIMA é Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fomento Mercantil.
Tipo e Prazo do Fundo	Condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado.
Classe de Cotas	<p>O Fundo conta com 2 (duas) classes de cotas, quais sejam, Cotas Seniores e Cotas Subordinadas, sendo que as Cotas Subordinadas estão divididas nas subclasses Cotas Subordinadas Mezanino e Cotas Subordinadas Júnior.</p> <p>A relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores será de 200% (duzentos por cento) (“Razão de Garantia”). Desta forma, o Fundo deverá ter no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio representado por Cotas Subordinadas, sendo que deste percentual, no mínimo 20% (vinte por cento) do valor total patrimônio líquido do Fundo deverá ser representado por Cotas Subordinadas Júnior. Esta relação será verificada mensalmente, no último Dia Útil de cada mês, pelo Administrador.</p>
Objeto do Fundo	O Fundo tem por objeto a valorização de suas Cotas, por meio da aquisição: (i) de Direitos Creditórios, em conjunto com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais direitos creditórios, nos termos dos respectivos Contratos de Cessão; e (ii) de Ativos Financeiros, conforme a política de investimento estabelecida no Regulamento do Fundo.
Classificação de Risco das Cotas Seniores da 2ª Série	A+(fe), atribuída pela Liberum Ratings.
Volume Total das Cotas Seniores da 2ª Série	R\$ 3.000.000,00 (três milhões de Reais), na Data da Emissão.
Quantidade de Cotas Seniores da 2ª Série	3.000 (três mil) Cotas Seniores.
Valor Unitário de Emissão das Cotas Seniores da 2ª Série	R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Valor de Integralização das Cotas Seniores da 2ª Série	R\$ 1.000,00 (um mil reais) ou o valor da Cota Sênior no fechamento do dia útil imediatamente anterior à Integralização, dos dois o maior.
Valor Máximo de Investimento nas Cotas Seniores da 2ª Série	Não há restrições ao valor máximo de investimento por subscritor de Cotas Seniores da 2ª Série.
Meta de Rentabilidade das Cotas Seniores (Benchmark)	<p>A 2ª série de Cotas Seniores, representativa do patrimônio líquido do Fundo, possui um <i>Benchmark</i> de rentabilidade correspondente a 100% (cem por cento) da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, “<i>over extra grupo</i>”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (www.cetip.com.br) acrescida de 4% (quatro por cento) ao ano.</p> <p>O <i>Benchmark</i> não representa, nem deverá ser considerado, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa, obrigação, garantia ou sugestão de rentabilidade do Administrador, da Gestora, do Custodiante, da Consultora, dos Cedentes e do Coordenador Líder, aos Cotistas.</p>
Amortização e Resgate das Cotas do Fundo	<p>A amortização das Cotas Seniores do Fundo poderá ocorrer antes do prazo previsto nas seguintes hipóteses:</p> <p>I - impossibilidade de o Fundo adquirir Direitos Creditórios admitidos por sua política de investimento;</p> <p>II - o patrimônio líquido do Fundo se tornar igual à soma do valor de todas as Cotas Seniores; e/ou</p> <p>III - em se tratando de Cotas Subordinadas Júnior, quando ocorrer a hipótese prevista no Artigo 106 do Regulamento do Fundo.</p> <p>A antecipação do início da amortização de Cotas do Fundo será operacionalizada mediante comunicação, por meio de publicação no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de correio eletrônico aos Cotistas enviado com 15 (quinze) dias de antecedência em relação à data da efetivação da amortização.</p> <p>O resgate de Cotas somente ocorrerá no término do prazo de duração do Fundo ou de cada série ou classe de Cotas ou ainda no caso de liquidação antecipada.</p> <p>Na amortização ou resgate de Cotas será utilizado o valor da Cota em vigor no Dia Útil imediatamente anterior ao do pagamento respectivo, sendo que o Administrador deverá constituir reserva monetária formada com as disponibilidades diárias havidas com o recebimento: (i) do valor de integralização de Cotas; e/ou (ii) do valor dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, destinada ao pagamento da</p>

	<p>próxima amortização ou resgate de Cotas Seniores, de acordo com o seguinte cronograma:</p> <p>(a) até 20 (vinte) dias antes de cada data de amortização ou data de resgate, o saldo da reserva deverá ser equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor integral da amortização ou resgate atualizado até a data da constituição da reserva; e</p> <p>(b) até 10 (dez) dias antes de cada data de amortização ou data de resgate, o saldo da reserva deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor integral da amortização ou resgate atualizado até a data da constituição da reserva.</p> <p>Nos termos do Regulamento do Fundo, as Cotas Seniores poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.</p>
Mecanismo de Proteção do Fundo	<p>Na hipótese de inobservância do percentual referente à Razão de Garantia por 5 (cinco) dias úteis consecutivos, será adotado o seguinte procedimento: no prazo de 10 (dez) dias contados da constatação do desenquadramento entre o valor das Cotas Seniores em relação ao Patrimônio Líquido do Fundo, o Administrador deverá convocar Assembleia Geral para deliberar sobre a eventual liquidação antecipada do Fundo, ficando assegurado a qualquer cotista detentor de Cotas Subordinadas Júnior o direito de evitar a liquidação do Fundo, caso subscreva tantas Cotas Subordinadas Júnior quantas forem necessárias para recompor a Relação Mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor total das Cotas Seniores.</p> <p>O investimento no Fundo de que trata este prospecto não conta com garantia do Administrador, do Gestor, do Custodiante, da Consultora, dos Cedentes, do Coordenador Líder, nem de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.”</p>
Taxa de Administração e demais encargos do Fundo	<p>As despesas e encargos previstos no Regulamento, bem como a Taxa de Administração serão suportados pelo Fundo. Não será cobrada taxa de ingresso, taxa de saída e/ou taxa de performance dos Cotistas, nos termos deste Prospecto e do Regulamento. As informações acerca da Taxa de Administração e demais encargos suportados pelo Fundo estão detalhadas na página 32 deste Prospecto Definitivo.</p>
Regime de Colocação	<p>A Oferta das Cotas Seniores da 2ª Série será conduzida pelo Coordenador Líder, sob o regime de melhores esforços.</p>
Forma de Distribuição, Público Alvo e Considerações quanto à Adequação do Investimento	<p>A partir da data de publicação do anúncio de início de distribuição e enquanto não tiver sido publicado o anúncio de encerramento de distribuição, o que, de acordo com o cronograma tentativo, deve ocorrer até 28 de setembro de 2016, os investidores poderão aceitar a Oferta de Cotas Seniores da 2ª Emissão e subscrevê-las junto ao Administrador. A Oferta será realizada sem a possibilidade de realização de reservas antecipadas.</p> <p>As Cotas Seniores da 2ª Emissão são destinadas exclusivamente a</p>

	Investidores Qualificados. Pessoas que se caracterizem como “pessoas vinculadas” nos termos do artigo 55, da Instrução CVM 400, não poderão as adquirir Cotas Seniores da 2ª Emissão, objeto da Oferta.																										
Local de Admissão e Negociação das Cotas Seniores	As Cotas Seniores serão registradas para (i) distribuição, no mercado primário, no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos administrado e operacionalizado pela CETIP; e (ii) negociação, no mercado secundário, no SF – Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP, observada a responsabilidade dos intermediários de assegurar que somente Investidores Qualificados adquiram as Cotas Seniores. A integralização das Cotas Seniores poderá ser efetuada por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN.																										
Aplicação dos Recursos pelo Fundo	Os recursos provenientes da emissão das Cotas serão utilizados, pelo Fundo, para a aquisição dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimento do Fundo, de composição e de diversificação da carteira do Fundo e a Ordem de Alocação dos Recursos.																										
Cedentes	Empresas, sediadas no território nacional, indicadas pela Consultora, que cedam Direitos Creditórios ao Fundo, na forma do Regulamento do Fundo e do Contrato de Cessão.																										
Demonstrativo de Custo de Distribuição da Oferta de Cotas Seniores da 2ª Emissão	<table><tr><th>Custo</th><th>% em relação ao valor da Distribuição</th><th>Montante (R\$)</th></tr><tr><td>Taxa de Registro na CVM</td><td>0,64%</td><td>R\$ 19.200,00</td></tr><tr><td>Taxa de Registro na ANBIMA</td><td>0,1044%</td><td>R\$ 3.132,00</td></tr><tr><td>Auditor da Carteira</td><td>0,25%</td><td>R\$ 7.500,00</td></tr><tr><td>Classificação de Risco</td><td>0,4667%</td><td>R\$ 14.000,00</td></tr><tr><td>Comissão do Coordenador Líder</td><td>0,4%</td><td>R\$12.000,00</td></tr><tr><td>Assessor Legal</td><td>0,8333%</td><td>R\$ 25.000,00</td></tr><tr><td>Total</td><td>2,6944%</td><td>R\$80.832,00</td></tr></table>			Custo	% em relação ao valor da Distribuição	Montante (R\$)	Taxa de Registro na CVM	0,64%	R\$ 19.200,00	Taxa de Registro na ANBIMA	0,1044%	R\$ 3.132,00	Auditor da Carteira	0,25%	R\$ 7.500,00	Classificação de Risco	0,4667%	R\$ 14.000,00	Comissão do Coordenador Líder	0,4%	R\$12.000,00	Assessor Legal	0,8333%	R\$ 25.000,00	Total	2,6944%	R\$80.832,00
	Custo	% em relação ao valor da Distribuição	Montante (R\$)																								
	Taxa de Registro na CVM	0,64%	R\$ 19.200,00																								
	Taxa de Registro na ANBIMA	0,1044%	R\$ 3.132,00																								
	Auditor da Carteira	0,25%	R\$ 7.500,00																								
Classificação de Risco	0,4667%	R\$ 14.000,00																									
Comissão do Coordenador Líder	0,4%	R\$12.000,00																									
Assessor Legal	0,8333%	R\$ 25.000,00																									
Total	2,6944%	R\$80.832,00																									
	<table><tr><th colspan="3">Custo Unitário de Distribuição</th></tr><tr><th>Preço por Cota Sênior (em R\$)</th><th>Custo por Cota Sênior (em R\$)</th><th>Percentual em Relação ao Valor Nominal da Cota Sênior</th></tr><tr><td>R\$1.000,00</td><td>26,94</td><td>2,6944%</td></tr></table>			Custo Unitário de Distribuição			Preço por Cota Sênior (em R\$)	Custo por Cota Sênior (em R\$)	Percentual em Relação ao Valor Nominal da Cota Sênior	R\$1.000,00	26,94	2,6944%															
Custo Unitário de Distribuição																											
Preço por Cota Sênior (em R\$)	Custo por Cota Sênior (em R\$)	Percentual em Relação ao Valor Nominal da Cota Sênior																									
R\$1.000,00	26,94	2,6944%																									
Administrador	Petra – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.																										
Gestora	Petra Capital Gestão de Investimentos Ltda.																										
Custodiante	Banco Petra S.A.																										
Agente de Cobrança e/ou Consultora	PRK Fomento Mercantil Ltda.																										
Depositários	Interfile Participações S.A., ou, Iron Mountain do Brasil S.A.																										
Empresa de Auditoria do Fundo	Baker Tilly Brasil – PR Auditores Independentes S/S.																										

Agência de Classificação de Risco	Liberum Ratings Serviços Financeiros Ltda.												
Coordenador Líder	Petra – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.												
Assessor Legal	Velloza & Giroto Advogados Associados.												
Cronograma Tentativo da Oferta	<p>A Oferta das Cotas Seniores seguirá o cronograma tentativo abaixo:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Evento</th><th>Data Estimada*</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Protocolo do Pedido de Registro da Oferta na CVM</td><td>24.02.2016</td></tr> <tr> <td>Obtenção do Registro na CVM</td><td>24.03.2016</td></tr> <tr> <td>Publicação do Anúncio de Início da Oferta</td><td>28.03.2016</td></tr> <tr> <td>Disponibilização do Prospecto Definitivo da Oferta</td><td>28.03.2016</td></tr> <tr> <td>Publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta</td><td>28.09.2016</td></tr> </tbody> </table> <p>(*) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e adiamentos, sem aviso prévio, a critério do Administrador e do Coordenador Líder.</p>	Evento	Data Estimada*	Protocolo do Pedido de Registro da Oferta na CVM	24.02.2016	Obtenção do Registro na CVM	24.03.2016	Publicação do Anúncio de Início da Oferta	28.03.2016	Disponibilização do Prospecto Definitivo da Oferta	28.03.2016	Publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta	28.09.2016
Evento	Data Estimada*												
Protocolo do Pedido de Registro da Oferta na CVM	24.02.2016												
Obtenção do Registro na CVM	24.03.2016												
Publicação do Anúncio de Início da Oferta	28.03.2016												
Disponibilização do Prospecto Definitivo da Oferta	28.03.2016												
Publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta	28.09.2016												
Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta	<p>Havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição, ou que o fundamentem, de modo que acarrete aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da Oferta.</p> <p>Tendo sido deferida a modificação da Oferta, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias.</p> <p>A modificação será divulgada imediatamente por meio do Periódico do Fundo e o investidor, no momento de aceitação à Oferta, declarará que está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.</p> <p>Na hipótese de modificação ou revogação da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão confirmar seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados do recebimento da comunicação pelo Coordenador Líder. A manutenção da aceitação da Oferta será presumida em caso de silêncio do investidor.</p> <p>Em caso de revogação da Oferta ou desistência da aceitação da Oferta pelo investidor, os valores eventualmente depositados pelo investidor serão devolvidos, sem juros nem correção monetária.</p>												

Fatores de Risco	<p>PARA UMA EXPLICAÇÃO ACERCA DOS FATORES DE RISCO QUE DEVAM SER CONSIDERADOS CUIDADOSAMENTE ANTES DA DECISÃO DE INVESTIMENTO, VEJA A SEÇÃO "FATORES DE RISCO" DO PRESENTE PROSPECTO DEFINITIVO, na página 69 deste Prospecto Definitivo.</p>
------------------	---

CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

As informações contidas nesta Seção foram baseadas no Regulamento do Fundo, constante do Anexo I ao presente Prospecto Definitivo. Recomenda-se, ao potencial investidor, a leitura cuidadosa do Regulamento antes de tomar qualquer decisão de investimento no Fundo.

Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação da carteira estabelecidos no Regulamento do Fundo.

O FUNDO

O Fundo está constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Cotas Seniores somente poderão ser resgatadas (i) em virtude de sua liquidação antecipada, nos termos do Regulamento do Fundo, e (ii) na Data de Resgate.

O prazo de duração do Fundo é indeterminado, ressalvadas as hipóteses de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação do Fundo, conforme definidos no Regulamento do Fundo.

Os atos constitutivos do Fundo foram registrados sob o nº 382.166, em 4 de fevereiro de 2014 no 3º SRTD de Curitiba, no Estado do Paraná. O Regulamento do Fundo em vigor, com redação aprovada pela Assembleia Geral ocorrida em 30 de dezembro de 2015, está registrado sob o nº 406.351, em 14 de janeiro de 2016, 3º SRTD de Curitiba, no Estado do Paraná.

O Fundo é classificado como um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fomento Mercantil, nos termos do anexo II da Deliberação nº 61, de 12 de junho de 2015, da ANBIMA, uma vez que o Fundo busca retorno por meio de investimento em carteira pulverizada de recebíveis (direitos ou títulos), originados e vendidos por diversos cedentes que antecipam recursos por meio da venda de duplicatas, cheques, cédulas de crédito bancário e quaisquer outros títulos passíveis de cessão e transferência de titularidade.

As operações do Fundo não contam com nenhuma garantia do Administrador, da Gestora, do Custodiante, da Consultora, nem de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

BASE LEGAL

O Fundo tem como base legal a Resolução CMN 2.907, a Instrução CVM 356 e, subsidiariamente, a Instrução CVM 555.

PÚBLICO ALVO

O Fundo é destinado aos Investidores Qualificados.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos provenientes da emissão das Cotas serão utilizados, pelo Fundo, para a aquisição dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimento do Fundo, de composição e de diversificação da carteira do Fundo e a Ordem de Alocação dos Recursos.

META DE RENTABILIDADE

A 2ª série de Cotas Seniores, representativa do patrimônio líquido do Fundo, possui um *Benchmark* de rentabilidade correspondente a 100% (cem por cento) da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, “*over extra grupo*”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (www.cetip.com.br) acrescida de 4% (quatro por cento) ao ano.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

O objeto do Fundo é a valorização de suas Cotas, preponderantemente, por meio da aquisição em Direitos Creditórios, de empresas sediadas no território nacional, decorrentes de operações realizadas, ou seja, cuja existência, validade e exequibilidade independam da prestação futura de qualquer contrapartida, realizadas nos segmentos financeiro, comercial, industrial, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços. Os Direitos Creditórios serão representados pelos Documentos Comprobatórios.

Sem prejuízo dos Critérios de Elegibilidade descritos no Regulamento do Fundo, os Direitos Creditórios serão cedidos ao Fundo pelas respectivas Cedentes juntamente com todos e quaisquer direitos, garantias e prerrogativas, principais e acessórios, assegurados em razão de sua titularidade.

O respectivo Cedente é responsável pela correta constituição, pela existência, certeza, autenticidade, legalidade, veracidade e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, e ainda, pela solvência ou solvibilidade dos Direitos Creditórios nos termos do Regulamento do Fundo e do respectivo Contrato de Cessão.

O Administrador e o Agente de Cobrança não respondem pela solvência dos devedores, pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou por sua existência, liquidez e correta formalização.

Após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, o Fundo deve ter 50% (cinquenta por cento), no mínimo, de seu patrimônio líquido representado por Direitos Creditórios elegíveis, podendo o Administrador requerer a prorrogação desse prazo à CVM, por igual período, desde que haja motivos que justifiquem tal pedido.

A parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos Creditórios elegíveis será necessariamente alocada pela Gestora nos Ativos Financeiros a seguir descritos, de acordo com os critérios de diversificação descritos abaixo:

I - títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou operações compromissadas com títulos de emissão do Tesouro Nacional, celebradas com as Instituições Autorizadas;

II - títulos de emissão do BACEN e/ou operações compromissadas com títulos de emissão do BACEN, celebradas com as Instituições Autorizadas;

III – cotas de emissão de fundos de investimento em cotas de fundo de investimento de renda fixa ou de fundo de investimento referenciado à Taxa DI, com liquidez diária, cujas políticas de investimento admitam a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados nos itens "I", e "II" acima; e

IV - Certificados de Depósito Bancário – CDBs emitidos por uma Instituição Autorizada.

De acordo com o Regulamento do Fundo, o Administrador envidará seus melhores esforços para adquirir Ativos Financeiros cujos vencimentos propiciem à carteira do Fundo a classificação de longo prazo, para fins de tributação dos Cotistas.

É vedado ao FUNDO:

I – a aquisição de ativos de renda variável e/ou cotas de Fundo de Desenvolvimento Social (FDS);

II – a realização de cessões de fração do valor nominal de Direitos Creditórios pelos Cedentes ao Fundo;

III – a aquisição de Direitos Creditórios vencidos e pendentes de pagamento na data da cessão;

IV - realizar qualquer operação financeira, incluindo a compra e venda de qualquer Ativo Financeiro, operações compromissadas ou com derivativos, em que atue na contraparte, qualquer dos Cedentes, o Administrador, o Agente de Cobrança ou ainda qualquer de seus controladores, sociedades por eles direta ou indiretamente controladas, coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e

V - realizar operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente do Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

A Gestora não poderá realizar operações em mercados de derivativos, ainda que seja com o objetivo de proteger posições detidas no mercado à vista.

Os investimentos do Fundo deverão atender aos requisitos de composição e de diversificação descritos abaixo e na Instrução CVM 356 ("Limite de Concentração"):

- a) Ativos Financeiros de um mesmo emissor no limite de até 10% (dez por cento) do patrimônio líquido;
- b) Direitos Creditórios adquiridos de um igual Cedente ou de coobrigação de igual pessoa ou entidade no limite de até 15% (quinze por cento);
- c) Direitos Creditórios de igual devedor no limite de até 15% (quinze por cento); e
- d) os Direitos Creditórios elegíveis representados por CCB; (i) não poderão representar mais que 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do Fundo; e (ii) estão limitados a 10% do patrimônio líquido do Fundo por devedor.

Os Limites de Concentração deverão ser observados com relação ao grupo econômico do emissor, originador, devedor e/ou do Cedente, conforme o caso, incluindo desta forma, seus controladores, sociedades por eles direta ou indiretamente controladas, coligadas ou outras sociedades sob controle comum, incluindo empresas controladas por pessoas físicas com grau de parentesco até segundo grau ("Grupo Econômico").

Os Limites de Concentração, descritos acima, não se aplicam à aquisição de títulos públicos federais, cotas de fundos de renda fixa e fundos de investimento em cotas classificados como "renda fixa" que possuam como política de investimento a alocação preponderante em títulos públicos federais.

O Fundo poderá, ainda, alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações compromissadas.

Enquanto não decorrido o período de 90 (noventa) dias contados do início das atividades do Fundo, previsto no Artigo 53 do Regulamento do Fundo, não são aplicáveis ao Fundo os Limites de Concentração, podendo o Administrador, inclusive, manter a carteira do Fundo concentrada em Direitos Creditórios oriundos de um único Cedente.

A Gestora poderá contratar quaisquer operações para a composição da carteira do Fundo onde figurem como contraparte o Administrador, o Custodiante, a Gestora, as empresas controladoras, coligadas e/ou subsidiárias destas, ou ainda quaisquer carteiras, clubes de investimento e/ou fundos de investimento administrados pelo Administrador desde que com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do Fundo. Todas as informações relativas às operações ora referidas serão objeto de registros analíticos segregados.

Os percentuais e Limites de Concentração serão cumpridos diariamente pela Gestora, com base no patrimônio líquido do Dia Útil imediatamente anterior.

Os Direitos Creditórios serão custodiados pelo Custodiante e, conforme o caso, pelo Depositário, conforme indicado no Regulamento do Fundo, e os demais Ativos Financeiros da carteira do Fundo serão registrados e custodiados ou mantidos em contas de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BACEN ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo BACEN ou pela CVM.

Conforme estabelecido em cada um dos Contratos de Cessão, os boletos de cobrança dos valores devidos pelos devedores com relação a cada um dos Direitos Creditórios representados por duplicatas serão pagos diretamente em conta corrente de titularidade do Fundo junto ao Banco Cobrador e movimentada pelo Custodiante, por meio do sistema de compensação bancária. Os Direitos Creditórios representados por cheque, ou CCB's serão liquidados por meio de depósito em conta corrente de titularidade do Fundo junto ao Administrador. Nenhum valor oriundo de pagamentos dos Direitos Creditórios será considerado quitado se recebido por qualquer dos Cedentes ou pelo Agente de Cobrança, até que o respectivo recurso seja creditado na conta corrente de titularidade do Fundo junto ao Custodiante.

O Fundo não poderá adquirir Direitos Creditórios da Consultora.

O Fundo poderá alienar a terceiros os Direitos Creditórios adquiridos desde que o valor de venda seja igual ou superior ao valor contabilizado em seu ativo.

Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu patrimônio, de maneira diferenciada para cada série ou classe de Cotas, conforme as regras descritas no Regulamento.

Não existe, por parte do Fundo, do Administrador, do Custodiante, da Gestora ou da Consultora, nenhuma promessa ou garantia acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo ou relativas à rentabilidade de suas Cotas.

Não existe a obrigatoriedade por parte do Fundo em adquirir todos Direitos Creditórios selecionados e aprovados pela Consultora.

O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. A carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados no Capítulo XIII do Regulamento e transcritos na seção “Fatores de Risco”, na página 69 deste Prospecto. **Antes de adquirir as Cotas do Fundo, o investidor deve ler cuidadosamente os Fatores de Risco, responsabilizando-se pelo seu investimento no Fundo. As aplicações em Cotas do Fundo não contam com garantia do Administrador, da Gestora, do Agente de Cobrança e/ou Consultora, do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro, ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido do Fundo corresponde à soma algébrica do disponível com o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades. Na subscrição de Cotas representativas do patrimônio inicial do Fundo que ocorrer em data diferente da data de integralização definida no Boletim de Subscrição, será utilizado o valor da Cota de mesma classe em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao Administrador, em sua sede ou dependências.

Em conformidade com o inciso XV, do Artigo 24, da Instrução CVM 356, a relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores será de 200% (duzentos por cento) (“Razão de Garantia”). Portanto, o FUNDO deverá ter no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio representado por Cotas Subordinadas, sendo que deste percentual, no mínimo 20% (vinte por cento) do valor total patrimônio líquido do Fundo deverão estar representados por Cotas Subordinadas Júnior. Esta relação será verificada mensalmente, no último Dia Útil de cada mês, pelo Administrador.

Na hipótese de inobservância do percentual mencionado acima, por 5 (cinco) dias úteis consecutivos, será adotado o seguinte procedimento: no prazo de 10 (dez) dias contados da constatação do desenquadramento entre o valor das Cotas Seniores em relação ao patrimônio líquido do Fundo, o Administrador deverá convocar Assembleia Geral para deliberar sobre a eventual liquidação antecipada do Fundo, ficando assegurado a qualquer cotista, detentor de Cotas Subordinadas Júnior, o direito de evitar a liquidação do Fundo, caso subscreva tantas Cotas Subordinadas Júnior quantas forem necessárias para recompor a Relação Mínima entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o valor total das Cotas Seniores.

O descumprimento de qualquer obrigação originária dos Direitos Creditórios pelos devedores e demais Ativos Financeiros componentes da carteira do Fundo, será atribuído às Cotas Subordinadas Júnior até o limite equivalente à somatória do valor total destas. Uma vez excedida a somatória de que trata este a inadimplência dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo será atribuída às Cotas Subordinadas Mezanino, e não sendo suficiente, será atribuída as Cotas Seniores.

As séries de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Mezanino do Fundo buscarão atingir o *Benchmark* previsto no respectivo Suplemento de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Mezanino. Depois de atingido o *Benchmark* das Cotas Seniores, o excedente da rentabilidade será destinado às Cotas Subordinadas, na seguinte ordem:

- a) primeiramente para as Cotas Subordinadas Mezanino até o limite de máximo de rentabilidade definido no respectivo Suplemento; e
- b) depois para as Cotas Subordinadas Júnior, as quais não possuem limitação máxima de rentabilidade

Conforme acima determinado, uma vez atingido o *Benchmark* definido para cada série de Cotas Seniores emitidas, toda a rentabilidade a ele excedente será atribuída primeiramente às Cotas Subordinadas Mezanino, observado o limite ora previsto no respectivo Suplemento, e o excedente será destinado às Cotas Subordinadas Júnior, razão pela qual estas cotas poderão apresentar valores diferentes entre si e diferentes das Cotas Seniores.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Para efeito da determinação do valor da carteira, devem ser observadas as normas e os procedimentos previstos abaixo e na legislação em vigor.

As Cotas do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil mediante a utilização de metodologia de apuração do valor dos Direitos Creditórios e dos demais Ativos Financeiros integrantes da respectiva carteira, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados ao devedor, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, adotando-se, sempre quando houver, o valor de mercado, observando-se a seguinte metodologia:

I - os ativos adquiridos com a intenção de serem mantidos até o respectivo vencimento deverão ser classificados como “títulos mantidos até o vencimento”. Os demais ativos deverão ser classificados na categoria “títulos para negociação”;

II - Os ativos classificados como “títulos para negociação” serão marcados a mercado, diariamente, nos termos da legislação em vigor, observado que:

- a) a verificação do valor de mercado dos Ativos Financeiros do Fundo terá como referência os preços praticados em operações realizadas com ativos e mercados semelhantes aos dos Ativos Financeiros do Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo; devendo ser utilizado como parâmetro o preço médio de negociação do ativo no dia da apuração em seus respectivos mercados; independentemente dos preços praticados pelo Administrador em suas mesas de operação; e
- b) na precificação dos Ativos Financeiros deverá ser computada a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período

III - Os Ativos Financeiros do Fundo classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” serão avaliados da seguinte forma:

- a) pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período;
- b) a apropriação dos rendimentos deve ser efetuada considerados os dias úteis entre a data da aquisição do Direito Creditório até a data do seu vencimento, excluído o dia da aquisição e incluído o dia do vencimento; e
- c) o rendimento do Direito Crédito é a diferença entre o valor de aquisição e o valor do Direito Creditório apurado na data de seu vencimento.

Todos os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo serão classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” para efeito de avaliação, e serão avaliados conforme a metodologia exposta no item III, acima.

Todos os demais ativos adquiridos pelo Fundo, ou seja, a parte do patrimônio líquido que não estiver alocada em Direitos Creditórios, serão classificados na categoria "títulos para negociação", e serão avaliados conforme a metodologia exposta no item II acima.

Para a provisão dos valores referentes aos Direitos Creditórios vencidos e não pagos, será observada a seguinte regra:

I – até o 15º (décimo quinto) dia de atraso não será realizada qualquer provisão;

II – para cada dia decorrido a partir do 16º (décimo sexto) dia de atraso, será provisionado o valor correspondente a 1/30 (um trinta avos) do valor de face do título;

III – a partir do 45º (quadragésimo quinto) dia contado desde o vencimento do título, o valor da provisão corresponderá ao valor de face do mesmo.

As Cotas devem ser registradas pelo valor respectivo para amortização ou resgate, respeitadas as características de cada classe ou série, se houver.

ASSEMBLEIA GERAL

Será de competência privativa da Assembleia Geral:

I - tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras deste;

II - alterar o Regulamento do Fundo;

III - deliberar sobre a substituição do Administrador e dos demais prestadores de serviços do Fundo, observado o inciso IV abaixo;

IV – deliberar sobre a destituição do Agente de Cobrança ou sobre a contratação pelo Fundo de novas prestadoras de serviços de consultoria especializada;

V - deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pelo Administrador, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;

VI – prorrogar o prazo de duração de séries de Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas Mezanino;

VII – deliberar sobre a ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação e/ou Liquidação Antecipada;

VIII - aprovar a emissão de novas Cotas Seniores do Fundo

IX - deliberar sobre incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo; e

X – deliberar sobre a alteração do *benchmark* das Cotas.

A Assembleia Geral reunir-se-á uma vez por ano, no mínimo, para deliberar sobre as demonstrações financeiras do Fundo.

A convocação da Assembleia Geral do Fundo far-se-á, pelo Administrador, por correio eletrônico preferencialmente, ou por carta com aviso de recebimento endereçado a cada cotista ou mediante

anúncio publicado no Periódico indicado no Regulamento, do qual constarão, obrigatoriamente, o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

Além da reunião anual para deliberar sobre as demonstrações financeiras do Fundo, a Assembleia Geral pode ser convocada pelo Administrador ou por Cotistas possuidores de Cotas que representem, isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas.

A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento ou do correio eletrônico aos Cotistas.

Não se realizando a Assembleia Geral, será publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico aos cotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Para efeito no disposto acima, admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio, a carta ou o correio eletrônico de primeira convocação.

Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral realizar-se-á no local onde o Administrador tiver a sede, quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios cartas ou correios eletrônicos endereçados aos Cotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede.

Independentemente das formalidades previstas nesta Seção, será considerada regular a Assembleia Geral que comparecerem todos os Cotistas.

O caso de decretação de intervenção ou liquidação extrajudicial do Administrador implicará em automática convocação da Assembleia Geral, no prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua decretação, para:

I - nomeação de representante de Cotistas;

II - deliberação acerca de:

- a) substituição do Administrador, conforme o caso; e
- b) liquidação antecipada do Fundo.

As Assembleias Gerais serão instaladas com a presença de pelo menos um Cotista, sendo que as deliberações relativas à matéria prevista no inciso I, do Artigo 24, do Regulamento do Fundo, devem ser tomadas pelo critério da maioria de Cotas dos Cotistas presentes, correspondendo a cada Cota um voto, ressalvado o disposto abaixo.

As deliberações relativas às matérias previstas nos incisos IV e VII, do Artigo 24, do Regulamento do Fundo, dependerão da aprovação de no mínimo 60% (sessenta por cento) das Cotas Subordinadas Mezanino emitidas e maioria das Cotas Seniores emitidas.

As deliberações relativas às matérias previstas nos incisos VI e VIII, do Artigo 24, do Regulamento do Fundo, dependerão da aprovação de no mínimo 50% (cinquenta por cento) das Cotas Subordinadas Júnior emitidas e 100% (cem por cento) dos detentores de cotas da respectiva série ou classe afetada.

As deliberações relativas às matérias previstas nos incisos II, III, V e IX, do Artigo 24, do Regulamento do Fundo, dependerão da aprovação em primeira convocação da maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes.

A deliberação relativa à matéria prevista no inciso X, do Artigo 24, do Regulamento do Fundo dependerá da aprovação de 100% dos Cotistas detentores de Cotas da respectiva série ou classe afetada, além da maioria das demais Cotas emitidas pelo Fundo.

Somente podem votar na Assembleia Geral os Cotistas, seus representantes legais, ou procuradores constituídos há menos de um ano.

Não têm direito a voto na Assembleia Geral, o Administrador, o Custodiante e a Gestora, bem como as pessoas físicas ou jurídicas a elas ligadas, incluindo, mas não se limitando, os seus sócios, as empresas do mesmo conglomerado econômico, controladas ou controladoras, e seus respectivos empregados e prepostos.

As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

A divulgação referida acima deve ser providenciada mediante anúncio publicado no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista ou, ainda, por correio eletrônico.

A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

Somente pode exercer as funções de representante de Cotistas, pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

I - ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas;

II - não exercer cargo ou função no Administrador, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controlados e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e

III - não exercer cargo em empresa cedente de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.

O Regulamento do Fundo poderá ser alterado, independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Cotistas.

As modificações aprovadas pela Assembleia Geral passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

I - lista de cotistas presentes na Assembleia Geral;

II - cópia da ata da Assembleia Geral;

III - exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos; e

IV - modificações procedidas no prospecto, se houver.

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Salvo quando outro meio de comunicação com os Cotistas seja expressamente previsto no Regulamento do Fundo, quaisquer atos fatos decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Cotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no Periódico utilizado pelo Fundo ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente; e (ii) de correio eletrônico enviado ao representante de cada Cotista. Esta publicação poderá ser dispensada caso todos os Cotistas sejam devidamente comunicados por carta registrada.

As publicações aqui referidas deverão ser mantidas à disposição dos Cotistas na sede e agências do Administrador e das instituições que distribuírem as Cotas.

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Será devido à Administradora, a título de honorários pelas atividades de administração, gestão, escrituração, controladoria e consultoria especializada, a remuneração equivalente à somatória dos seguintes montantes, calculados individualmente ("Taxa de Administração"), acrescido da TEvento calculada de acordo com os eventos definidos a seguir:

- a) a remuneração de 0,64% (sessenta e quatro centésimos por cento) a.a., incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, observado o pagamento mínimo mensal de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) ao mês.
- b) A importância equivalente a 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o valor de face de cada título adquirido pelo FUNDO no mês imediatamente anterior, observado o mínimo de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) ao mês.

Para fins de cálculo da Taxa de Administração, deve-se considerar cada uma das seguintes TEvento:

- (i) Transformação de FIDC padronizado em não padronizado (ou vice-versa) após o registro do regulamento na CVM: R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais);
- (ii) Alteração de regulamento ou contrato: R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) por documento;
- (iii) Confecção de atas de AGE com convocação: R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais);
- (iv) Confecção de atas de AGE sem convocação: R\$ 600,00 (seiscentos reais);
- (v) Cisão, fusão ou incorporação: R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais);
- (vi) Audiência em ações judiciais: R\$ 600,00 (seiscentos reais), acrescido de despesas de deslocamento;
- (vii) Participação na assinatura de documentos fora da sede do Administrador: R\$ 400,00 (quatrocentos reais), acrescido de despesas de deslocamento;

A Taxa de Administração será calculada e provisionada diariamente, tendo como base o patrimônio líquido do Fundo do primeiro Dia Útil imediatamente anterior, com a aplicação da fração de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), por Dias Úteis, sendo o pagamento realizado mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido.

O Administrador pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

A parcela fixa da Taxa de Administração será devidamente reajustada anualmente, de acordo com a variação positiva do IGP-M.

Os tributos incidentes sobre as remunerações descritas acima (ISS, PIS, COFINS e IR na fonte e outros que porventura venham a incidir) serão a ela acrescidos nas alíquotas vigentes nas respectivas datas de pagamento.

A Taxa de Administração, nos termos da legislação aplicável, não compreende os serviços de custódia de títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros do Fundo prestados pelo próprio Administrador, que serão cobrados do Fundo, a título de despesa, conforme disposto no Regulamento do Fundo.

Não será cobrada taxa de ingresso, saída e performance do Fundo.

ENCARGOS DO FUNDO

Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pelo Administrador:

I - taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;

II - despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento do Fundo ou na regulamentação pertinente;

III - despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;

IV - honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;

V - emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;

VI - honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;

VII - quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;

VIII - taxas de custódia de ativos do Fundo;

IX - contribuição devida às bolsas de valores ou a entidades de mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Cotas admitidas à negociação;

X - despesas com a contratação de agência classificadora de risco;

XI - despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas, como representante dos cotistas; e

XII - despesas com a contratação de agente de cobrança.

Quaisquer despesas não previstas nesta Seção, como encargos do Fundo, devem correr por conta do Administrador.

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO

A presente análise foi feita com base na legislação brasileira, em vigor na data deste Prospecto Definitivo, e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Cotistas e ao Fundo.

OBJETIVO DE TRATAMENTO TRIBUTÁRIO

O Fundo dedicará esforços em buscar enquadramento como Fundo de Investimento de Longo Prazo.

As Amortizações programadas poderão não ter igual tratamento tributário aplicável ao resgate das Cotas Seniores, pois os prazos de amortização são menores que o prazo de resgate, o que pode implicar em um tratamento tributário menos favorecido ao Cotista. Ademais, o Fundo não tem como garantir aos seus Cotistas que a legislação atual permanecerá em vigor pelo tempo de duração de cada série do Fundo, e não tem como garantir que não haverá alteração da legislação e regulamentação em vigor, e que esse será o tratamento tributário aplicável aos titulares de Cotas Seniores à época do resgate ou da amortização de Cotas Seniores de cada série.

TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AOS COTISTAS

IOF

Os investimentos no Fundo estão sujeitos à incidência do Imposto sobre Operações relativas a Títulos ou Valores Mobiliários ("IOF/Títulos"). Nos termos da legislação vigente, o IOF/Títulos será cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate (liquidação do Fundo), cessão ou repactuação das Cotas, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306/07. De acordo com tal Decreto, resgates, cessões ou repactuações efetuados em prazo de até 29 (vinte e nove) dias (inclusive), sujeitam-se ao IOF/Títulos, calculado de forma percentual sobre o rendimento auferido, sendo que quanto maior o prazo da aplicação, menor será o percentual de rendimento sujeito à incidência do imposto (0% a 96%).

Imposto de Renda

Os rendimentos decorrentes da aplicação em fundos de investimentos estão sujeitos à incidência de imposto de renda ("IR") de acordo com as seguintes regras:

(i) Para o Cotista pessoa física residente no Brasil:

(a) os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Cotas do Fundo devem ser tributados na fonte, pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Cotas, às alíquotas regressivas abaixo indicadas:

Para Fundos de Investimento de Longo Prazo¹:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- 20% em aplicações com prazo de 181 até 360 dias;
- 17,5% em aplicações com prazo de 361 até 720 dias; e
- 15% para aplicações com prazo acima de 720 dias.

¹ Fundos de longo prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos Creditórios) tenha prazo médio superior a 365 dias.

O Administrador buscará manter a carteira do Fundo como de Longo Prazo, de forma a proporcionar aos Cotistas o benefício das alíquotas regressivas acima indicadas, até a alíquota mínima de 15%. No entanto, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de Curto Prazo para efeitos tributários.

Para Fundos de Investimento de Curto Prazo²:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias; e
- 20% em aplicações com prazo acima de 180 dias.

(b) os ganhos auferidos na alienação das Cotas fora de bolsa devem ser tributados como ganho de capital, pela diferença positiva entre o valor da alienação e o custo de aquisição das Cotas, à alíquota de 15%, devendo ser recolhidos pela própria pessoa física (“autorrecolhimento”).

(c) os ganhos auferidos na alienação das Cotas em bolsa devem ser tributados como ganho líquido, pela diferença positiva entre o valor da alienação e o custo de aquisição das Cotas, à alíquota de 15%.

(ii) Para Cotista pessoa jurídica não financeira domiciliado no Brasil:

(a) os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Cotas do Fundo devem ser tributados na fonte, pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Cotas, mediante aplicação das alíquotas regressivas supra³;

(b) os ganhos auferidos na alienação (realizada dentro ou fora de bolsa) das Cotas do Fundo devem ser tributados na fonte, como ganhos líquidos, pela diferença positiva entre o valor da alienação e o custo de aquisição das Cotas, à alíquota de 15%.

Exceções e Outras Incidências

Existem algumas exceções às incidências tributárias acima relacionadas (e.g., Cotistas entidades fechadas de previdência complementar), bem como, em decorrência das alterações que a legislação fiscal brasileira está sujeita, poderá haver outras incidências tributárias para os Cotistas sobre os rendimentos produzidos pelo Fundo, dependendo da forma de tributação a que cada Cotista estiver sujeito.

Recomendações aos Cotistas

Recomenda-se que os Cotistas do Fundo consultem seus assessores tributários para verificar eventuais implicações fiscais específicas resultantes do investimento no Fundo.

TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AO FUNDO

O Fundo não tem personalidade jurídica, não estando, desse modo, sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ; (ii) Contribuição

² Fundos de curto prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos Creditórios) tenha prazo médio igual ou inferior a 365 dias.

³ Como regra, o imposto de renda retido na fonte – IRF será tratado como antecipação do imposto devido e a variação positiva do valor da quota integrará a base de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica – IRPJ e da contribuição social sobre o lucro – CSLL da pessoa jurídica.

Social sobre o Lucro Líquido – CSLL; (iii) contribuição para o Programa de Integração Social – PIS; e (iv) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

IOF

A atual legislação fiscal estabelece que as operações realizadas pela Carteira do Fundo estão sujeitos à incidência do IOF/Títulos à alíquota zero.

Imposto de Renda

A atual legislação fiscal estabelece que a Carteira do Fundo é isenta do imposto de renda.

Outras Incidências

Em decorrência das alterações que a legislação fiscal brasileira está sujeita, novas obrigações tributárias podem ser impostas, no futuro, ao Fundo.

LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

São considerados Eventos de Avaliação:

I – inobservância, pelo Agente de Cobrança, dos deveres e das obrigações previstas no Regulamento do Fundo, desde que, notificado para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 2 (dois) Dias Úteis, contados do recebimento da referida notificação;

II - inobservância, pelo Administrador, dos deveres e das obrigações previstos no Regulamento do Fundo, conforme o caso, verificado pelos Cotistas, desde que, notificado por estes para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados do recebimento da referida notificação;

III - na hipótese de serem realizados pagamentos de amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento do Fundo;

IV – inobservância dos índices de subordinação mínimos estipulados no Regulamento do Fundo por um período de 5 (cinco) dias consecutivos;

V – índice mensal de recompra dos títulos adquiridos superior a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do FUNDO;

VII – mudança do controle societário do Agente de Cobrança que implique em saída ou impedimento do sócio Paulo Ricardo C. de Oliveira;

VIII – Caso os Direitos Creditórios vencidos e não pagos por período superior a 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data de seus respectivos vencimentos, atinjam 9% (nove por cento) do patrimônio líquido do FUNDO.

Na ocorrência de um Evento de Avaliação, o Fundo não estará sujeito à liquidação automática, devendo o Administrador convocar a Assembleia Geral para deliberar sobre o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do Evento de Avaliação, podendo deliberar: (i) pela não liquidação do Fundo, ou (ii) que o Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, devendo o Administrador, neste caso, convocar Assembleia Geral para deliberar pela liquidação do Fundo.

Na hipótese de ocorrência e continuidade de um Evento de Avaliação, e até a eventual decisão de

liquidação do Fundo ou de retomada de suas atividades regulares, conforme venha a ser deliberado pela Assembleia Geral, o Administrador do Fundo deverá suspender imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios.

Poderá haver a liquidação antecipada do FUNDO nas seguintes situações:

I - por deliberação de Assembleia Geral pela liquidação do Fundo;

II – em caso de impossibilidade do Fundo adquirir Direitos Creditórios admitidos por sua política de investimento;

III– no caso de oferta pública de Cotas Seniores, se o patrimônio líquido do Fundo se tornar igual ou inferior à soma do valor de todas as Cotas Seniores; e

IV - cessação pelo Agente de Cobrança, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Consultoria, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, nos termos do referido contrato.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, o Administrador deverá: (i) interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios; (iii) convocar uma Assembleia Geral, no prazo máximo de 05 (cinco) Dias Úteis, a contar da data da ocorrência do Evento de Liquidação, para deliberar sobre as medidas que serão adotadas visando preservar os direitos dos Cotistas, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurado o resgate das Cotas Seniores detidas pelos cotistas dissidentes, no caso de decisão da Assembleia Geral favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.

A Assembleia Geral poderá ser realizada, quando aplicável, juntamente com a Assembleia Geral que deliberar que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação.

Caso a Assembleia Geral decida não liquidar o Fundo, será assegurado aos Cotistas detentores de Cotas Seniores dissidentes, desde que se manifestem formalmente até o encerramento da respectiva Assembleia Geral, o resgate das Cotas Seniores por eles detidas, pelo seu valor, na forma prevista no Suplemento e no Regulamento do Fundo.

Na ocorrência de liquidação antecipada do Fundo, as Cotas poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios, devendo ser observado, no que couber, o disposto no Regulamento do Fundo.

Na hipótese de liquidação do Fundo, os titulares de Cotas Seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos valores previstos para amortização ou resgate da respectiva série e no limite desses mesmos valores, na data da liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Cotas Seniores.

Nas hipóteses de liquidação do Fundo, o auditor independente deverá emitir parecer sobre a demonstração da movimentação do patrimônio líquido, compreendendo o período entre a data das últimas demonstrações financeiras auditadas e a data da efetiva liquidação do FUNDO, manifestando-se sobre as movimentações ocorridas no período.

Após a partilha ativo, o Administrador deverá promover o cancelamento do registro do Fundo, mediante o encaminhamento à CVM, no prazo de 15 (quinze) dias, da seguinte documentação:

I - o termo de encerramento firmado pelo Administrador em caso de pagamento integral aos cotistas ou a ata da Assembleia Geral que tenha deliberado a liquidação do Fundo, quando for o caso;

II - a demonstração de movimentação de patrimônio do Fundo, acompanhada do parecer do

auditor independente; e

III - o comprovante da entrada do pedido de baixa de registro no CNPJ do FUNDO perante a Receita Federal.

CARACTERÍSTICAS DAS COTAS DO FUNDO

REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO

O valor mínimo de aplicação no Fundo é de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Além disso, esta Oferta destina-se somente a Investidores Qualificados.

As cotas serão registradas para negociação na CETIP, de acordo com a legislação vigente, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas.

A integralização, a amortização e o resgate de Cotas do Fundo podem ser efetuados por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED, ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN que venha a substituí-las.

Admite-se o resgate de Cotas do Fundo em Direitos Creditórios, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, conforme especificado no Regulamento do Fundo.

FORMA E ESPÉCIE

As Cotas do Fundo serão escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus respectivos titulares, não sendo resgatáveis, exceto na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, admitida, ainda, sua amortização, total ou parcial, nos termos descritos no Regulamento do Fundo.

O valor mínimo de aplicação em Cotas Seniores será especificado nos respectivos Suplementos, sendo que o valor mínimo de aplicação em Cotas Subordinadas será de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

A qualidade de Cotista caracteriza-se pela abertura de conta de depósito em seu nome.

COTAS

As Cotas Seniores poderão ser transferidas a qualquer tempo para a custódia fiduciária da CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia e/ou da CETIP, mediante solicitação do Cotista ao Administrador, que responde pela escrituração de tais Cotas.

O pagamento das Cotas Seniores custodiadas na CBLC ou na CETIP serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CBLC ou da CETIP, conforme o caso.

As Cotas Seniores terão uma única classe, podendo ser divididas em séries com valores e prazos diferenciados para amortização, resgate e remuneração, definidos em Suplemento específico de cada série, cujo modelo consta do Anexo II ao Regulamento do Fundo.

As Cotas Seniores terão prioridade nos pagamentos de amortização e/ou resgate sobre as Cotas Subordinadas, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Cotas Seniores de qualquer série.

Cada série de Cotas Seniores terá iguais características e conferirá a seus titulares iguais direitos e obrigações.

As Cotas Seniores da 2ª Emissão serão distribuídas publicamente até 28 de setembro de 2016, nos termos da Instrução CVM 400.

O Fundo poderá emitir subclasses de Cotas Subordinadas. Na data de elaboração deste Prospecto, o Fundo possui em circulação Cotas Subordinadas Mezanino e Cotas Subordinadas Junior.

A integralização, a amortização e o resgate de Cotas do Fundo podem ser efetuados via TED ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN.

Em se tratando de Cotas Subordinadas, a integralização, a amortização e o resgate podem ser efetuados em Direitos Creditórios.

Para as Cotas Seniores, não é admissível a integralização ou amortização em Direitos Creditórios, mas o resgate pode ser feito em Direitos Creditórios na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.

Os titulares das Cotas não poderão, sob nenhuma hipótese, exigir do Fundo o resgate de suas Cotas em termos outros que não os expressamente previstos no Regulamento do Fundo.

É vedada a afetação ou a vinculação, a qualquer título, de parcela do patrimônio do Fundo a qualquer classe ou série de Cotas.

Ocorrendo feriado de âmbito estadual ou municipal na praça sede do Administrador, a aplicação, efetivação de amortização ou de resgate será realizada no primeiro Dia Útil subsequente com base no valor da Cota deste dia para aplicação e no valor da Cota no Dia Útil imediatamente anterior para amortização e resgate. Considerar-se-á feito o pedido de aplicação, amortização ou resgate no primeiro Dia Útil subsequente. Os feriados estaduais ou municipais na sede do Administrador em nada afetarão a realização de aplicações, resgates ou amortizações do Fundo.

EMIÇÃO DE COTAS

Na emissão de Cotas do Fundo, deve ser utilizado o valor da Cota em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao Administrador, em sua sede ou dependências. No ato da subscrição das Cotas, o subscritor assinará o Boletim de Subscrição, que será autenticado pelo Administrador. Do Boletim de Subscrição constarão as seguintes informações:

- I - nome e qualificação do subscritor;
- II - número e classe de Cotas subscritas; e
- III - preço e condições para sua integralização.

Mediante aprovação da Assembleia Geral, novas séries Cotas Seniores ou classes de Cotas Subordinadas do Fundo poderão ser emitidas, desde que observados os procedimentos exigidos pela regulamentação da CVM e as normas do Regulamento do Fundo, cabendo a respectiva Assembleia Geral decidir sobre a realização de tal oferta pública, sendo que esta oferta poderá ser realizada nos termos da Instrução CVM 400 ou ser com esforços restritos, nos termos previstos na Instrução CVM 476, ficando as regras de distribuição estipuladas no respectivo Suplemento.

Não haverá direito de preferência dos Cotistas do Fundo na aquisição e subscrição das eventuais novas séries de Cotas Seniores ou classes de Cotas Subordinadas.

O prazo para subscrição das Cotas Seniores será definido em Suplemento específico, observada as disposições normativas aplicável à modalidade de distribuição da respectiva série.

A CVM, em virtude de solicitação fundamentada, a seu exclusivo critério, poderá prorrogar o prazo previsto acima, por outro período, no máximo igual ao prazo inicial.

O saldo de Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino não colocado, será cancelado.

O Fundo poderá realizar distribuição concomitante de classes e séries distintas de Cotas, em quantidades e condições previamente estabelecidas no respectivo Suplemento, anúncio de início de distribuição de Cotas e no prospecto do Fundo, se houver, observado o disposto no Regulamento do Fundo e na regulamentação aplicável.

O preço de subscrição das Cotas poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para amortização, desde que uniformemente aplicado para todos os subscritores e apurado por meio de procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.

Para o cálculo do número de Cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue ao Administrador quaisquer taxas ou despesas.

DISTRIBUIÇÃO

Exceto na hipótese de distribuição pública de Cotas do Fundo com dispensa de requisitos ou de registro nos termos Instrução CVM 400 e da Instrução CVM 476, a distribuição das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino será precedida de registro específico na CVM e da publicação de anúncio de início de distribuição contendo todas as informações exigidas na regulamentação expedida pela CVM.

Cada classe ou série de Cotas do Fundo destinada à colocação pública deve ser avaliada por agência classificadora de risco em funcionamento no país.

Caso ocorra o rebaixamento da classificação de risco de uma série de Cotas Seniores do Fundo, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - comunicação a cada Cotista das razões do rebaixamento, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, por meio de publicação no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de correio eletrônico;

II - envio a cada Cotista de correspondência ou correio eletrônico contendo cópia do relatório da empresa de classificação de risco que deliberou pelo rebaixamento.

PRAZO DE DISTRIBUIÇÃO

As Cotas Seniores da 2ª Emissão, objeto da Oferta, deverão ser distribuídas até 28 de setembro de 2016.

AMORTIZAÇÃO, RESERVA DE AMORTIZAÇÃO E RESGATE

As Cotas Subordinadas Júnior poderão ser amortizadas e resgatadas em Direitos Creditórios. As Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Mezanino poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.

As Cotas Subordinadas Júnior somente poderão ser amortizadas (total ou parcialmente) ou resgatadas após a amortização (total ou parcial) ou resgate de todas as Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino. Excetua-se a hipótese de amortização de Cotas Subordinadas Júnior caso o montante de referidas cotas supere o percentual de 22% (vinte e dois por cento) do valor total do Patrimônio Líquido do Fundo, conforme previsto no Artigo 106 do Regulamento do Fundo.

A amortização das Cotas Subordinadas Júnior deverá respeitar a relação entre Cotas Seniores e patrimônio líquido do Fundo, definida no Artigo 106 do Regulamento, enquanto houver Cotas Seniores em circulação.

O cronograma de pagamento das amortizações de Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino obedecerá ao estabelecido no respectivo Suplemento.

A amortização das Cotas do Fundo poderá ocorrer antes do prazo previsto nas seguintes hipóteses:

I - impossibilidade do Fundo adquirir Direitos Creditórios admitidos por sua política de investimento;

II - o patrimônio líquido do Fundo se tornar igual à soma do valor de todas as Cotas Seniores; e/ou

III - em se tratando de Cotas Subordinadas Júnior, quando ocorrer a hipótese prevista no Artigo 106 do Regulamento do Fundo.

A antecipação do início da amortização de Cotas do Fundo será operacionalizada mediante comunicação por meio de publicação no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de correio eletrônico aos Cotistas, enviado com 15 (quinze) dias de antecedência em relação à data da efetivação da amortização.

Independente das amortizações previstas no Regulamento do Fundo, na hipótese do montante total de Cotas Subordinadas Júnior superar o percentual de 22% (vinte e dois por cento) do valor total do patrimônio líquido do Fundo, estas poderão ser amortizadas, observados os seguintes critérios:

- (a) a partir da data da primeira integralização de Cotas do Fundo, trimestralmente o Administrador fará a verificação da ocorrência ou não desta hipótese de amortização; e
- (b) as Cotas Subordinadas Júnior serão amortizadas visando exclusivamente o reequilíbrio da relação e observando, no que couber, as demais disposições do Regulamento do Fundo.

O percentual de 22% (vinte e dois por cento) estabelecido para as amortizações referentes às Cotas Subordinadas Júnior receberá acréscimos progressivos de 0,5% (meio por cento), sendo o início da contagem deste prazo 01 de Julho de 2016 e, portanto, o primeiro reajuste será devido em 01 de Janeiro de 2017.

Verificada a possibilidade de amortização de Cotas Subordinadas Júnior, o Administrador terá até 15 (quinze) dias para realizar o pagamento das amortizações extraordinárias.

O resgate de Cotas somente ocorrerá no término do prazo de duração do Fundo ou de cada série ou classe de Cotas ou ainda no caso de liquidação antecipada.

O pagamento das amortizações ou dos resgates de Cotas do Fundo será realizado no dia 15 (quinze) do respectivo mês ou no primeiro Dia Útil subsequente da praça em que o Administrador está sediado.

Na amortização ou resgate de Cotas será utilizado o valor da cota em vigor no Dia Útil imediatamente anterior ao do pagamento respectivo, sendo que o Administrador deverá constituir reserva monetária formada com as disponibilidades diárias havidas com o recebimento: (i) do valor de integralização de Cotas; e/ou (ii) do valor dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, destinada ao pagamento da próxima amortização ou resgate de Cotas Seniores, de acordo com o seguinte cronograma:

- (a) até 20 (vinte) dias antes de cada data de amortização ou data de resgate, o saldo da reserva deverá ser equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor integral da amortização ou resgate atualizado até a data da constituição da reserva; e
- (b) até 10 (dez) dias antes de cada data de amortização ou data de resgate, o saldo da reserva deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor integral da amortização ou resgate atualizado até a data da constituição da reserva.

Caso o Administrador não consiga formar a Reserva de Amortização, o Administrador deverá interromper a aquisição de Direitos Creditórios elegíveis até que a respectiva Reserva de Amortização seja devidamente constituída.

Os recursos da Reserva de Amortização serão exclusivamente alocados pelo Administrador na aquisição dos Ativos Financeiros indicados no Artigo 54 do Regulamento do Fundo. Os rendimentos auferidos pelas aplicações da Reserva de Amortização serão revertidos exclusivamente ao Fundo.

NEGOCIAÇÃO DAS COTAS

As Cotas poderão ser registradas para distribuição primária no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos e, para negociação no mercado secundário, no SF - Módulo de Fundos, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, nos termos da legislação vigente, observado que: (i) os Cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência das Cotas de que são titulares; e (ii) caberá, exclusivamente, aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Cotas sejam Investidores Qualificados e enquadrados no público alvo do Fundo.

Caso, a critério do Administrador, futuramente, o Fundo venha a realizar distribuições públicas, e as Cotas venham a ser registradas em bolsa de valores ou sistema de balcão organizado, a negociação das Cotas dependerá (i) do prévio registro na CVM, nos termos do Artigo 2º, da Instrução CVM 400; e (ii) da obtenção de uma classificação de risco das Cotas por agência classificadora de risco atuante no país.

Na hipótese de negociação privada de Cotas, (i) a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo cotista e o respectivo pagamento do preço será processado pelo Administrador somente após a verificação, pelo intermediário que representa o adquirente, da condição de investidor qualificado do novo cotista; (ii) os cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Cotas. Na transferência de titularidade das Cotas fora de bolsa ou mercado de balcão organizado, o alienante deverá apresentar o documento de arrecadação de receitas federais, que comprove o pagamento do imposto de renda sobre o ganho de capital incidente na alienação ou declaração sobre a inexistência de imposto devido.

IDENTIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

ADMINISTRADOR

Petra – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 03.317.692/0001-94
Avenida Paulista, nº 1842, 1º andar, 17º e 18º andares
CEP 01310-923, São Paulo, SP
At.: Sr. Ricardo Binelli
Telefone: (41) 3074-0909
E-mail: admfundos@bancopetra.com.br
Website: www.petracorrentora.com.br

O Administrador é uma instituição financeira participante e aderente ao FATCA, com inscrição no GIIN, sob os caracteres P2W26G.00001.ME.076.

GESTORA

Petra Capital Gestão de Investimentos Ltda.

CNPJ/MF nº 09.204.714/0001-96 Avenida Paulista, nº 1.842, 1º andar, conjunto 17,
CEP 01310-923, São Paulo, SP
At.: Sr. Ricardo Binelli
Telefone: (11) 3526-9001
E-mail: middle.office@petraasset.com.br
Website: www.petracapital.com.br

CUSTODIANTE

Banco Petra S.A.

CNPJ/MF nº 11.758.741/0001-52
Rua Pasteur, nº 463, 11º andar,
CEP 80250-104, Curitiba, PR
At.: Sr. Edilberto Pereira
Telefone: (41) 3074-0909
E-mail: admfundos@bancopetra.com.br
Website: www.bancopetra.com.br

AGENTE DE COBRANÇA E/OU CONSULTORA

PRK Fomento Mercantil Ltda.

CNPJ/MF nº 16.926.569/0001-12
Avenida das Américas, nº 1155, Sala 1807,
CEP 22631-000, Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Paulo Ricardo Carvalho de Oliveira
Telefone: (21) 3437-9330
Fax: (21) 3437-9330
E-mail: paulo@prkfide.com.br
Website: www.prkfomento.com.br

DEPOSITÁRIOS

Interfile Participações S.A

CNPJ/MF 07.227.893/0001-51
Avenida Paulo Ayres, nº 40 e nº 70
CEP 06767-220, Taboão da Serra, SP

Telefone: (11) 4788-5770
Fax: (11) 4135-3767
E-mail: admin@interfile.com.br
Website: www.interlife.com.br

Iron Mountain do Brasil S.A.
CNPJ/MF 04.120.966/0001-13
Avenida Gonçalo Madeira, n° 401,
CEP 05348-000, São Paulo, SP
Telefone: (11) 3767-0888
E-mail: crb@ironmountain.com.br
Website: www.ironmountain.com.br

EMPRESA DE AUDITORIA DO FUNDO

Baker Tilly Brasil – PR Auditores Independentes S/S
CNPJ/MF n° 67.634.717/0001-66
Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 1461,
CEP 04571-011, São Paulo – SP.
Telefone: (11) 5504-3800
Fax: (11) 5504-3805
E-mail: saopaulo@bakertillybrasil.com.br
Website: www.bakertillybrasil.com.br

AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Liberum Ratings Serviços Financeiros Ltda.
CNPJ/MF n° 14.222.571/0001-85
Rua Bandeira Paulista, n° 530 – conjunto 103 D
CEP 04532-001
Telefone: (11) 3165-4222

E-mail: contato@liberumratings.com.br
Website: www.liberumratings.com.br

COORDENADOR LÍDER

Petra – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CNPJ/MF n° 03.317.692/0001-94
Rua Pasteur n° 463, 11° andar
CEP 80250-104, Curitiba, PR
At.: Sr. Ricardo Binelli
Telefone: (41) 3074-0909
E-mail: admfundos@bancopetra.com.br
Website: www.petracorrentora.com.br

ASSESSOR LEGAL

Velloza & Giroto Advogados Associados
Avenida Paulista, n° 901, 17° e 18° andares,
CEP 01311-100, São Paulo, SP
At.: Sr. Guilherme F. Cooke
Telefone: (11) 3145-0055
Fax: (11) 3145-0050
E-mail: guilherme.cooke@vellozaegiroto.com.br
Website: www.vellozaegiroto.com.br

BREVE HISTÓRICO DO GRUPO PETRA

A PETRA – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. foi fundada em 1999 como sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários, com foco na atuação como intermediária ao mercado de capitais para investidores individuais. Em 2000, tornou-se corretora membro da BM&FBOVESPA. Possui mais de 150 colaboradores distribuídos entre a sede em Curitiba e filiais nas cidades de São Paulo e Fortaleza.

Com o objetivo de segregar as atividades de gestão de carteiras e fundos de ações oferecidos a seus clientes, a PETRA criou a PETRA ASSET em 2004.

A PETRA iniciou as atividades de estruturação e administração de fundos de investimento em 2005. Foi a primeira corretora não afiliada a banco a receber autorização da CVM para escriturar cotas de fundo de investimento. Atualmente o Banco PETRA S.A é responsável pela administração de 147 fundos, representando aproximadamente R\$ 8,9 bilhões de patrimônio líquido, com 94 FIDCs em operação. Deste total, R\$ 4,2 bilhões correspondem a FIDCs com atuação preponderante no setor de fomento mercantil, com aproximadamente 853 mil títulos em carteira. Os sócios são Fernando Marques de Marsillac Fontes, Ricardo Binelli e Maria Cláudia Beldi.

Em 2014, conforme o anuário de Finanças Estruturadas da Uqbar (www.uqbar.com.br), empresa que realiza pesquisas na área de securitização, a PETRA foi líder em número de operações no mercado de FIDCs, nos segmentos de Estruturação, Administração, Custódia e Gestão.

DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES

ADMINISTRADOR

O Fundo é administrado pelo Administrador, que, observada a regulamentação em vigor e as limitações deste Prospecto e do Regulamento, tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer, em nome do Fundo, os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros que integrem a sua carteira, inclusive o de comparecer e votar em nome do Fundo em assembleias gerais e especiais de interesse deste, observada a delegação dos poderes de gestão da carteira ao Gestor.

O Administrador é uma instituição financeira participante e aderente ao FATCA, com inscrição no GIIN, sob os caracteres P2W26G.00001.ME.076.

O Administrador deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância: (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) do Regulamento, (iii) das deliberações da Assembleia Geral, (iv) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Cotistas

O Administrador tem como obrigações, sem prejuízo das demais previstas na legislação aplicável, neste Prospecto, no Regulamento e nos demais Documentos do Fundo, os seguintes deveres:

(a) manter atualizados e em perfeita ordem:

- (i) documentação relativa às operações do Fundo;
- (ii) o registro dos Cotistas;

- (iii) o livro de atas de Assembleias Gerais;
- (iv) o livro de presença de Cotistas;
- (v) os demonstrativos trimestrais do Fundo;
- (vi) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
- (vii) os relatórios do Auditor Independente; e
- (viii) o prospecto do Fundo.

(b) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição contratada;

(c) entregar ao Cotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento do Fundo, bem como cientificá-lo do nome do Periódico utilizado para divulgação de informações e da Taxa de Administração praticada;

(d) divulgar, anualmente, no Periódico utilizado para divulgações do Fundo, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem Cotas deste, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor da Cota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da agência classificadora de risco contratada pelo Fundo;

(e) custear as despesas de propaganda do Fundo;

(f) fornecer anualmente aos Cotistas, documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;

(g) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre o Administrador e o Fundo;

(h) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco do Fundo ou dos Direitos Creditórios e demais Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, quando aplicável;

(i) fornecer informações relativas aos Direitos Creditórios adquiridos ao Sistema de Informações de Créditos do Banco Central do Brasil (SCR), nos termos da norma específica.

A divulgação das informações, prevista no item ("i") cima, pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódico de ampla veiculação, devidamente indicado no Prospecto do Fundo, observada a responsabilidade do Administrador pela regularidade na prestação destas informações.

É vedado ao Administrador:

(a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo;

(b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo, inclusive, quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos; e

(c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de cotas deste.

As vedações de que tratam os itens (a) a (c) acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras do Administrador, das sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os É vedado ao Administrador, em nome do Fundo:

I - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;

II - realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos no Regulamento ou nas instruções da CVM;

III - aplicar recursos diretamente no exterior;

IV - adquirir Cotas do próprio Fundo;

V - pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução CVM 356;

VI - vender Cotas do Fundo à prestação;

VII - vender Cotas do Fundo a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil Cedentes de Direitos Creditórios para o Fundo, exceto quando se tratar de Cotas cuja classe se subordine às demais para efeito de resgate;

VIII - prometer rendimento predeterminado aos cotistas;

IX - fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

X - delegar poderes de gestão da carteira do FUNDO, ressalvado o disposto no inciso II, do Artigo 39, da Instrução CVM 356;

XI - obter ou conceder empréstimos; e

XII - efetuar locação, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo.

CUSTODIANTE

Com relação ao Custodiante, instituição integrante do Grupo Petra, são suas obrigações:

a) validar os Direitos de Crédito em relação aos Critérios de Elegibilidade descritos no Regulamento;

b) receber e verificar os Documentos Comprobatórios;

c) durante o funcionamento do Fundo, em periodicidade trimestral, verificar os Documentos Comprobatórios;

d) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios, evidenciados pelo Contrato de Cessão, Termo de Cessão e Documentos Comprobatórios;

e) fazer a custódia e a guarda dos Contratos de Cessão, Termos de Cessão, dos Documentos Comprobatórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;

f) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, os Documentos Comprobatórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para o auditor independente, agência de classificação de risco de crédito contratada pelo Fundo e órgãos reguladores; e

g) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos diretamente em conta de titularidade do Fundo, ou em conta *escrow* instituída pelas partes, em instituição financeira, sob contrato, a qual acolherá os depósitos a serem feitos pelos devedores e ali mantidos em custódia, para liberação após o cumprimento de requisitos especificados e verificados pelo Administrador.

Verificação do Lastro

Em razão do Fundo possuir significativa quantidade de Direitos Creditórios e expressiva diversificação de devedores e de Cedentes, além de atuar em vários segmentos, o Custodiante, realizará a verificação do lastro que trata as letras “b” e “c” acima, por amostragem. Não haverá verificação dos Documentos Comprobatórios (i) previamente à cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis e/ou (ii) na data de cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis.

O Custodiante realizará, diretamente ou por intermédio de empresa contratada para essa finalidade, a verificação por amostragem do lastro dos Direitos Creditórios, com base nos parâmetros estabelecidos no Anexo IV do Regulamento do Fundo:

Guarda da Documentação

A guarda dos Documentos Comprobatórios emitidos a partir dos caracteres criados em computador ou meio técnico equivalente, de acordo com os termos da Instrução CVM 356, serão realizados pelo Custodiante. O Depositário fará a guarda dos Documentos Comprobatórios físicos, ou seja, dos originais emitidos em suporte analógico.

Nos termos do artigo 38 da Instrução CVM 356, a nomeação de qualquer terceiro responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios e para a realização de verificação por amostragem do lastro dos Direitos Creditórios não exclui as responsabilidades do Custodiante.

O Custodiante dispõe de regras e procedimentos adequados, por escrito e passíveis de verificação, que lhe permitirão o efetivo controle: (i) do Depositário com relação à guarda, conservação e movimentação dos Documentos Comprobatórios sob sua guarda, bem como para diligenciar o cumprimento, pelo Depositário, de suas obrigações nos termos do Regulamento do Fundo e do Contrato de Depósito; e (ii) da empresa contratada para a verificação por amostragem do lastro dos Direitos Creditórios, bem como para diligenciar o cumprimento de suas obrigações, nos termos do Regulamento do Fundo e do Contrato firmado com o Custodiante. Tais regras e procedimentos encontram-se disponíveis para consulta nos *website* do Administrador (www.petracorreтора.com.br).

DEPOSITÁRIOS

BREVE HISTÓRICO DA INTERFILE PARTICIPAÇÕES S.A.

A Interfile iniciou suas atividades em 1991, terceirizando a guarda de documentos para um grande banco internacional, passando rapidamente a atender outras empresas de diferentes segmentos.

Em 1996 foi criado um serviço de gestão individual de documentos, que passou então a ser o seu principal foco de negócios. Embrião dos amplos serviços de BPO oferecidos atualmente, foi o início de um processo de renovação e aprimoramento que se faz presente até hoje.

Adquirida por um grupo de investidores em 2000, o que já era uma bem-sucedida empresa de capital fechado passou a contar com a participação de investidores e de novos administradores com experiência nos mercados brasileiro e internacional.

Os negócios foram se expandindo e consolidando, com a aquisição ou estruturação de outras empresas especializadas em seus segmentos – como é o caso da Interservicer, focada no mercado de Crédito Imobiliário.

Em 2015, a Interfile dá mais um importante passo, posicionando-se como a primeira empresa Full Service BPO do mercado brasileiro.

BREVE HISTÓRICO DA IRON MOUNTAIN DO BRASIL S.A.

Há 60 anos, a Iron Mountain tem sido um parceiro de confiança para mais de 150 mil empresas em 36 países fornecendo soluções para o gerenciamento, segurança e armazenamento de informações.

Além de ser encontrada na Bolsa de Nova York sob o símbolo IRM, a Iron Mountain é uma empresa S&P 500, membro do índice FTSE4Good e da Fortune 1000 (estando atualmente na posição 730). Empresas de todos os setores e tamanhos, incluindo 94% das empresas listadas no Ranking Fortune 1000, confiam na Iron Mountain como seu parceiro na gestão de informações.

Honramos a confiança que nossos clientes depositam em nós. Protegemos alguns dos materiais mais valiosos do mundo, como peças históricas, tesouros culturais, documentos diversos, registros médicos, entre outros. Para isso, a Iron Mountain possui um time de mais de 17.000 profissionais e orgulha-se de possuir uma infraestrutura única, que conta com mais de 1.000 galpões, 10 centros de dados e 3.600 veículos em todo mundo.

Nosso conhecimento e reputação adquirida mundialmente na Gestão de Informações garante expertise em:

- Gestão e armazenagem de documentos físicos;
- Gerenciamento de mídias e dados;
- Digitalização e Gestão de processos de negócios
- Destruição Segura.

DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES DOS DEPOSITANTES

Para a prestação dos serviços de guarda dos Documentos Representativos de Crédito referentes aos Direitos de Crédito Elegíveis, o Custodiante, sem prejuízo de suas responsabilidades, contratará os serviços de Depositários, conforme faculta o artigo 38, §6º, da Instrução 356, mediante Contrato a ser celebrado entre o Custodiante e os Depositários.

Os serviços dos Depositários consistem em:

- I - guarda dos Documentos Representativos de Crédito referente aos Direitos de Crédito Elegíveis;
- II - zelar para que os Documentos Representativos de Crédito sejam mantidos em perfeita ordem e estado; e

III - disponibilizar prontamente, sempre que solicitado, a documentação mantida sob sua guarda.

A contratação, pelo Custodiante, dos Depositários não resulta e/ou resultará, de qualquer forma, em qualquer ingerência e/ou controle, pelos Depositários e/ou pelos respectivos Cedentes, sobre os Direitos de Crédito Elegíveis, tampouco eximirá o Custodiante de suas obrigações de custódia, conforme previstas no Contrato de Custódia celebrado entre a Administradora e o Custodiante e na regulamentação em vigor.

O Custodiante, ou os Depositários, será depositário dos Documentos Comprobatórios e os guardará em imóvel próprio ou em imóvel de terceiro subcontratado. O Custodiante Banco Petra pode permitir ao Fundo, à Administradora e à empresa de auditoria eventualmente contratada acesso aos Documentos Representativos de Crédito.

O Custodiante adota os seguintes procedimentos com o objetivo verificar o cumprimento, pelos Depositários, de suas obrigações previstas no presente Prospecto e no Regulamento:

(i) realização de auditoria nos processos e instalações do Agente de Depósito com o intuito de atestar a eficácia das obrigações assumidas pelo Agente de Depósito, bem como de certificar-se que os padrões mínimos exigidos para a guarda, manutenção, armazenamento, organização e digitalização dos documentos comprobatórios relativos aos Direitos de Crédito estão sendo plenamente atendidos; (ii) verificação trimestral, por amostragem, da manutenção pelo Agente de Depósito dos padrões mínimos exigidos para a guarda, manutenção, armazenamento, organização e digitalização dos documentos comprobatórios relativos aos Direitos de Crédito, bem como das demais obrigações assumidas pelo Agente de Depósito nos termos do respectivo contratos de depósito e da legislação vigente.

AGENTE DE COBRANÇA E/OU CONSULTORA

A PRK Fomento Mercantil iniciou suas atividades em novembro do ano de 2012, com foco na cessão de recebíveis originados principalmente do setor industrial. Seus sócios são profissionais da área de crédito, com experiência em bancos de investimento, bancos de varejo e empresas de fomento mercantil. Paulo Ricardo C de Oliveira, sócio da PRK Fomento Mercantil, iniciou sua carreira como analista de crédito e foi gestor de carteiras de crédito focadas no *middle market*, trabalhou no Unibanco, no Banco Daycoval e no Banco ABC Brasil. Wagner Sardinha, sócio da PRK Fomento Mercantil, trabalhou no Banco do Brasil, operando carteiras de recebíveis.

EMPRESA DE AUDITORIA DO FUNDO

Competência técnica dos grandes com atendimento personalizado.

Desde a sua criação, a Baker Tilly Brasil estabeleceu uma relação de confiança com o mercado financeiro. Sede regional da rede Baker Tilly International na América Latina, crescemos rapidamente ao longo desses últimos anos e nos tornamos referência em auditoria, consultoria de gestão, consultoria tributária e outsourcing para todo tipo de empresa, desde os pequenos grupos familiares até conglomerados nacionais e internacionais.

Nossos profissionais adotam metodologias de trabalho usadas com muito sucesso internacionalmente e totalmente adaptadas ao Brasil e atuam com total integridade, confidencialidade e ética.

Para garantir nossa competência técnica, toda a equipe participa de programas de educação continuada que a capacita a analisar os problemas e preocupações de nossos clientes para propor a eles as melhores soluções.

AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

A Liberum Ratings é uma agência de classificação de riscos. Sua principal linha de negócios é a atribuição de ratings de crédito de curto e longo prazo, aplicáveis a ativos e a emissores. Utiliza um processo de análise que se apoia no tripé experiência, conhecimento técnico e metodologia.

Reúne profissionais qualificados, que conduzem as avaliações de forma aderente às metodologias adotadas e de acordo com as particularidades de cada ativo, equilibrando aspectos qualitativos e quantitativos. A essa prática, soma a abordagem de aspectos socioambientais e de governança corporativa, o que diferencia suas análises das emitidas tradicionalmente pela indústria de rating. Tais critérios estão em linha com o Principles for Responsible Investment (PRI), iniciativa da ONU à qual a Liberum Ratings é signatária.

Além dos ratings de crédito, a Liberum Ratings elabora pareceres sobre a qualidade da gestão adotada por intermediários, como gestores de recursos de terceiros (assets) e corretoras de valores, e sobre a adequação das práticas de sustentabilidade observadas por companhias e instituições financeiras. Desenvolve, ainda, estudos e pesquisas sobre os mercados financeiros e de capitais, locais ou globais, bem como das indústrias que os acessam.

De origem brasileira, tem sede em São Paulo e possui sócios isentos de qualquer vínculo com grupos econômicos. Seu compromisso com a independência e isenção também se traduz no fato de nenhum de seus sócios e colaboradores, ou seus familiares, participarem no capital de empresas que atuem na estruturação, distribuição ou comercialização de ativos financeiros, ou que prestem serviços de trustee ou fidúcia.

ASSESSOR LEGAL

Formado por profissionais com extensa experiência, Velloza & Giroto Advogados Associados ("Velloza & Giroto"), fundado em 1993, é um escritório que alia modernidade à tradição, atuando de forma altamente compromissada com os anseios dos mais criteriosos clientes nacionais e internacionais que representa. Reconhecido pela qualidade de seus serviços e pelo apurado senso de negócios, Velloza & Giroto está consolidado como um dos principais escritórios do Brasil, com destacada atuação na área empresarial.

VERIFICAÇÃO PELO ADMINISTRADOR DO CUMPRIMENTO DAS RESPECTIVAS OBRIGAÇÕES PELO GESTOR, PELO CUSTODIANTE E PELO AGENTE DE COBRANÇA E/OU CONSULTORA

O Administrador, ou um terceiro contratado por ele, realizará, no prazo de aproximadamente um ano, uma visita às sedes ou filiais do Gestor, do Custodiante e do Agente de Cobrança, na qual será verificado o cumprimento de todas as obrigações descritas nos respectivos contratos, celebrados com tais prestadores de serviços, incluindo as decorrentes da legislação em vigor e do Regulamento do Fundo.

Caso o Administrador verifique quaisquer inconsistências na verificação acima descrita, deverá comunicar tal fato ao prestador de serviço para que regularize no prazo estipulado pelo Administrador, a prestação do serviço de acordo com a descrição no respectivo contrato. Adicionalmente, haverá uma classificação interna dos prestadores de serviços de forma que alguns prestadores de serviços poderão ser visitados em prazo inferior a um ano e outros em prazo

superior, a critério do Administrador, de acordo com a estrutura do Fundo e com o relatório de análise realizado na visita anterior.

PROCEDIMENTO DE SUBSTITUIÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO

Substituição do Administrador

O Administrador, mediante aviso divulgado no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, pode renunciar à administração do FUNDO, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação deste, nos termos da Instrução CVM 356.

Nas hipóteses de substituição do Administrador e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal do Administrador, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil do próprio Administrador.

Na hipótese de renúncia do Administrador, este deverá permanecer na administração do Fundo até que a Assembleia Geral eleja um novo administrador ou decida sua liquidação. Se, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da renúncia, a Assembleia Geral não indicar um substituto, o Administrador poderá promover a liquidação do Fundo.

O Administrador poderá ser substituído ainda em decorrência de seu descredenciamento pela CVM, em conformidade com as normas que regulam o exercício das atividades de administrador de carteira de valores mobiliários, hipótese na qual a CVM poderá indicar uma instituição financeira para assumir temporariamente a posição de administrador do Fundo, até a efetiva substituição do Administrador pela Assembleia Geral.

O Administrador deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis contados da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Administrador ou por qualquer terceiro envolvido diretamente com a administração do Fundo, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem interrupções, os deveres e as obrigações de Administrador, nos termos do Regulamento do Fundo.

Substituição de outros Prestadores de Serviço do Fundo

A substituição da Gestora, do Custodiante, da Agência de Classificação de Risco, do Agente de Cobrança, dos Auditores do Fundo e/ou de quaisquer prestadores de serviço do Fundo poderá ser realizada a qualquer tempo, conforme procedimento a ser deliberado pelos titulares das Cotas reunidos em Assembleia Geral.

DESCRIÇÃO DE RELAÇÕES SOCIETÁRIAS OU RELAÇÕES CONTRATUAIS RELEVANTES

RELAÇÕES ENTRE O COORDENADOR LÍDER E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇO AO FUNDO

Relação entre o Coordenador Líder e o Custodiante

O Custodiante é acionista do Coordenador Líder, sendo detentor de 100% (cem por cento) das ações ordinárias representativas do capital social do Coordenador Líder.

Até a data do presente Prospecto Definitivo, o Custodiante não mantinha qualquer relacionamento comercial relevante com o Coordenador Líder, além do relacionamento decorrente do fato de o Coordenador Líder realizar a distribuição pública e escrituração de cotas da grande maioria dos fundos administrados pelo Custodiante.

Os contratos relativos ao relacionamento existente entre o Custodiante e o Coordenador Líder são contratos de prestação de serviços de distribuição e escrituração de cotas. Tais contratos são celebrados pelos valores de mercado dos respectivos serviços, de modo que inexistente contrato considerado relevante para os fins do disposto no item 1.2, do Anexo III-A, da Instrução CVM 400.

Apesar de pertencerem a um grupo econômico comum, o Custodiante e o Coordenador Líder exercem suas atividades de forma independente e segregada, de forma a garantir a transparência, a independência e a segurança a seus respectivos clientes.

Relação entre o Coordenador Líder e a Gestora

Por se tratar de empresas do mesmo Grupo, além do relacionamento decorrente da presente Oferta, o Coordenador Líder atua como instituição administradora de diversos fundos de investimento geridos pelo Gestor.

Relação entre o Coordenador Líder e os Cedentes

O Coordenador Líder e os Cedentes do Fundo, até a data deste Prospecto, não possuem qualquer relacionamento societário.

Na data deste Prospecto, além do Fundo, existem outros fundos de investimentos que são administrados pelo Coordenador Líder e que alguns Cedentes eventualmente realizem operações.

Na data deste Prospecto, o Coordenador Líder e os Cedentes não mantêm qualquer relacionamento comercial entre si, além do acima mencionado e daqueles descritos neste Prospecto.

Relação entre o Coordenador Líder e a Agência de Classificação de Risco

O Coordenador Líder e a Agência de Classificação de Risco não possuem qualquer relacionamento societário.

Na data deste Prospecto, além do Fundo, existem outros fundos de investimentos que são administrados pelo Coordenador Líder e que contam com a prestação dos serviços da Agência Classificadora de Risco.

Na data deste Prospecto, o Coordenador Líder e a Agência Classificadora de Risco não mantêm qualquer relacionamento comercial entre si, além do acima mencionado e daqueles descritos neste Prospecto.

Relação entre o Coordenador Líder e a Empresa de Auditoria do Fundo

O Coordenador Líder e a Empresa de Auditoria do Fundo não possuem qualquer relacionamento societário.

Na data deste Prospecto, além do Fundo, existem outros fundos de investimentos que são administrados pelo Coordenador Líder e que contam com a prestação de serviços da Empresa de Auditoria do Fundo.

Na data deste Prospecto, o Coordenador Líder e a Empresa de Auditoria do Fundo não mantêm qualquer relacionamento comercial entre si, além do acima mencionado e daqueles descritos neste Prospecto.

Relação entre o Coordenador Líder e o Agente de Cobrança e/ou Consultora

O Coordenador Líder e a Consultora não possuem qualquer relacionamento societário.

Na data deste Prospecto, além do Fundo, não existe um fundo de investimento que seja administrado pelo Coordenador Líder e que conte com a prestação de serviços da Consultora.

Na data deste Prospecto, o Coordenador Líder e a Consultora não mantêm qualquer relacionamento comercial entre si, além do acima mencionado e daqueles descritos neste Prospecto.

Relação entre o Coordenador Líder e os Depositários

O Coordenador Líder e os Depositários não possuem qualquer relacionamento societário.

Na data deste Prospecto, além do Fundo, existem outros fundos de investimentos que são administrados pelo Coordenador Líder e que contam com a prestação dos serviços dos Depositários.

Na data deste Prospecto, o Coordenador Líder e os Depositários não mantêm qualquer relacionamento comercial entre si, além do acima mencionado e daqueles descritos neste Prospecto.

RELAÇÕES ENTRE A GESTORA E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇO AO FUNDO

Relação entre a Gestora e os Cedentes

A Gestora e os Cedentes do Fundo, até a data deste Prospecto, não possuem qualquer relacionamento societário.

Na data deste Prospecto, além do Fundo, existem outros fundos de investimentos que são geridos pela Gestora e que alguns Cedentes eventualmente realizem operações.

Na data deste Prospecto, a Gestora e os Cedentes não mantêm qualquer relacionamento comercial entre si, além do acima mencionado e daqueles descritos neste Prospecto.

Relação entre a Gestora e a Agência de Classificação de Risco

A Gestora e a Agência de Classificação de Risco não possuem qualquer relacionamento societário.

Na data deste Prospecto, além do Fundo, existem outros fundos de investimentos que são geridos pela Gestora e que contam com a prestação dos serviços da Agência Classificadora de Risco.

Na data deste Prospecto, a Gestora e a Agência Classificadora de Risco não mantém qualquer relacionamento comercial entre si, além do acima mencionado e daqueles descritos neste Prospecto.

Relação entre a Gestora e a Empresa de Auditoria do Fundo

A Gestora e a Empresa de Auditoria do Fundo não possuem qualquer relacionamento societário.

Na data deste Prospecto, além do Fundo, existem outros fundos de investimentos que são geridos pela Gestora e que contam com a prestação de serviços da Empresa de Auditoria do Fundo.

Na data deste Prospecto, a Gestora e a Empresa de Auditoria do Fundo não mantém qualquer relacionamento comercial entre si, além do acima mencionado e daqueles descritos neste Prospecto.

Relação entre a Gestora e o Agente de Cobrança e/ou Consultora

A Gestora e a Consultora não possuem qualquer relacionamento societário.

Na data deste Prospecto, além do Fundo, não existe um fundo de investimento que seja gerido pela Gestora e que conte com a prestação de serviços da Consultora.

Na data deste Prospecto, a Gestora e a Consultora não mantém qualquer relacionamento comercial entre si, além do acima mencionado e daqueles descritos neste Prospecto.

Relação entre a Gestora e os Depositários

A Gestora e os Depositários não possuem qualquer relacionamento societário.

Na data deste Prospecto, além do Fundo, existem outros fundos de investimentos que são geridos pela Gestora e que contam com a prestação dos serviços dos Depositários.

Na data deste Prospecto, a Gestora e os Depositários não mantém qualquer relacionamento comercial entre si, além do acima mencionado e daqueles descritos neste Prospecto.

DECISÕES SOBRE SITUAÇÕES DE POTENCIAL CONFLITO DE INTERESSE

O Administrador, observadas as limitações do Regulamento do Fundo e da regulamentação aplicável, tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo, inclusive discutir e decidir sobre matérias em relação às quais haja situação de potencial conflito de interesses entre o Fundo, seus prestadores de serviço e/ou os Cedentes.

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS

CONTRATO DE CESSÃO

O Contrato de Cessão, firmado entre o Fundo e Cedente, com interveniência do Administrador, Gestor e Consultor do Fundo, tem como objeto reger toda e qualquer cessão de direitos creditórios que forem feitos pelos Cedentes ao Fundo.

Os Contratos de Cessão, bem como os Termos de Cessão a eles vinculados são firmados de forma irrevogável e irretroatável.

Por meio do Contrato de Cessão, o Cedente obriga-se a realizar, na medida em que seja do seu interesse, cessões de Direitos Creditórios ao Fundo, o qual terá a faculdade de adquiri-los, a seus exclusivos critérios, e desde que tais Direitos Creditórios estejam enquadrados, na data da aquisição, à política de investimento e aos Critérios de Elegibilidade previstos no Regulamento e no Contrato de Cessão.

Nos termos do Contrato de Cessão, o Cedente é responsável, pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização de todos os Direitos Creditórios ofertados, a serem adquiridos pelo Fundo, nos termos dos artigos 286 e seguintes do Código Civil brasileiro, de acordo com as disposições da legislação e regulamentação aplicável, bem como pela existência e validade dos Documentos Comprobatórios da Operação que dá lastro a cada Direito Creditório.

Ainda, o Cedente será coobrigado e responsável pelo adimplemento dos Direitos de Crédito e respectivas garantias reais, fiduciárias e/ou fidejussórias. Para garantir o pagamento de qualquer débito relacionado ao Contrato de Cessão, o Fundo poderá exigir, no ato de sua assinatura, que a Cedente lhe entregue nota promissória de sua emissão devidamente preenchida, datada e no limite total da Cessão de Direitos Creditórios.

A Cedente assume a responsabilidade de, concluída a operação e sobrevivendo à constatação de vícios ou de quaisquer outras exceções na origem do crédito negociado, recomprar os referidos Direitos Creditórios do Fundo mediante a assinatura de Termo de Recompra ou, na impossibilidade de recompra, indenizar o Fundo, pelo valor de face do título negociado, acrescido de multa de 10% (dez por cento), e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, de atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, das perdas e danos e honorários de advogado, tudo conforme autorizam os artigos 389 e 394 ao 396 do Código Civil.

O prazo para a Cedente recomprar os Direitos Creditórios será de 48 (quarenta e oito) horas após ser cientificada da constatação de vícios ou de quaisquer outras exceções, devendo o respectivo Termo de Recompra ser firmado pelas Partes do mesmo modo que os Termos de Cessão.

A recusa na recompra dos Direitos Creditórios no prazo estipulado, poderá dar ensejo à cobrança judicial contra a Cedente e os responsáveis solidários.

Qualquer tolerância em relação ao disposto nesta cláusula será considerada mera liberalidade do Fundo.

No caso do Fundo acionar judicialmente os Devedores ou for por eles acionado em decorrência dos casos previstos nesta cláusula, obriga-se a Cedente a reembolsar o Fundo, com todos os acréscimos legais, todas as despesas que este tiver tido, incluindo despesas com advogados, perícias e custas processuais.

São casos de rescisão de pleno direito do Contrato de Cessão, independentemente de aviso ou notificação se a Cedente (i) deixar de cumprir qualquer obrigação assumida no Contrato de Cessão ou; (ii) verificar que prestou declarações inverídicas, no Contrato ou em qualquer dos Termos de Cessão.

Se a rescisão tiver ocorrido por descumprimento contratual, culpa ou dolo da Cedente, esta responderá por todas as obrigações assumidas no Contrato de Cessão, além das perdas e danos sofridos pelo Fundo.

Os Contratos de Cessão podem ser denunciados pelo Fundo ou pelos Cedentes, a qualquer tempo, sem ônus algum, obrigando-se as Partes a não efetuarem mais nenhuma cessão de Direitos Creditórios entre si a partir de então, entretanto, para cessões já realizadas, o Contrato manterá sua eficácia.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE CARTEIRA

O Contrato de Prestação de Serviços de Gestão de Carteira, celebrado entre o Fundo e o Gestor, estabelece os termos e condições para a prestação, pelo Gestor contratado dos serviços de gestão de carteira, define os procedimentos a serem realizados para a prestação dos serviços de gestão, o compartilhamento de informações entre as partes, as responsabilidades assumidas pelo Gestor, bem como a parcela da taxa de administração a ser destinada a remuneração deste.

Para informações acerca do relacionamento entre o Gestor e os demais prestadores de serviços do Fundo, veja o capítulo “Relações entre a Gestora e Demais Prestadores de Serviço ao Fundo” deste Prospecto.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CUSTÓDIA E CONTROLADORIA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

O Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, celebrado entre o Fundo e o Custodiante, estabelece as condições para a prestação de serviços de custódia qualificada e controladoria, ao qual o prestador de serviços fica responsável pela (i) validação dos direitos creditórios, quanto aos critérios de elegibilidade estabelecidos no Regulamento, Contrato de Cessão e neste Prospecto; (ii) recebimento dos documentos comprobatórios de lastro dos direitos creditórios; (iii) liquidação física e financeira dos direitos creditórios cedidos ao Fundo; (iv) custódia e guarda da documentação relativa aos ativos integrantes da carteira; e (v) receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgates de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos nas contas de depósito do Fundo. Ademais, o Contrato dispõe sobre a descrição das condições operacionais da prestação dos serviços contratados, as responsabilidades e obrigações do Custodiante, o fluxo de informações a serem disponibilizadas entre as partes, bem como a parcela da taxa de administração a ser destinada a remuneração deste.

Para informações acerca do relacionamento entre o Gestor e os demais prestadores de serviços do Fundo, veja o capítulo “Relações entre a Gestora e Demais Prestadores de Serviço ao Fundo” deste Prospecto.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA NA ANÁLISE, SELEÇÃO, COBRANÇA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS

O Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria na Análise, celebrado entre Fundo e Consultora, estabelece as condições para a prestação dos serviços de consultoria especializada na análise e seleção dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, e na cobrança destes Direitos Creditórios que não forem pagos nas respectivas datas de vencimento. Ademais, estabelece os procedimentos operacionais para a realização da prestação de serviços contratados, bem como a remuneração a ser paga a Consultora.

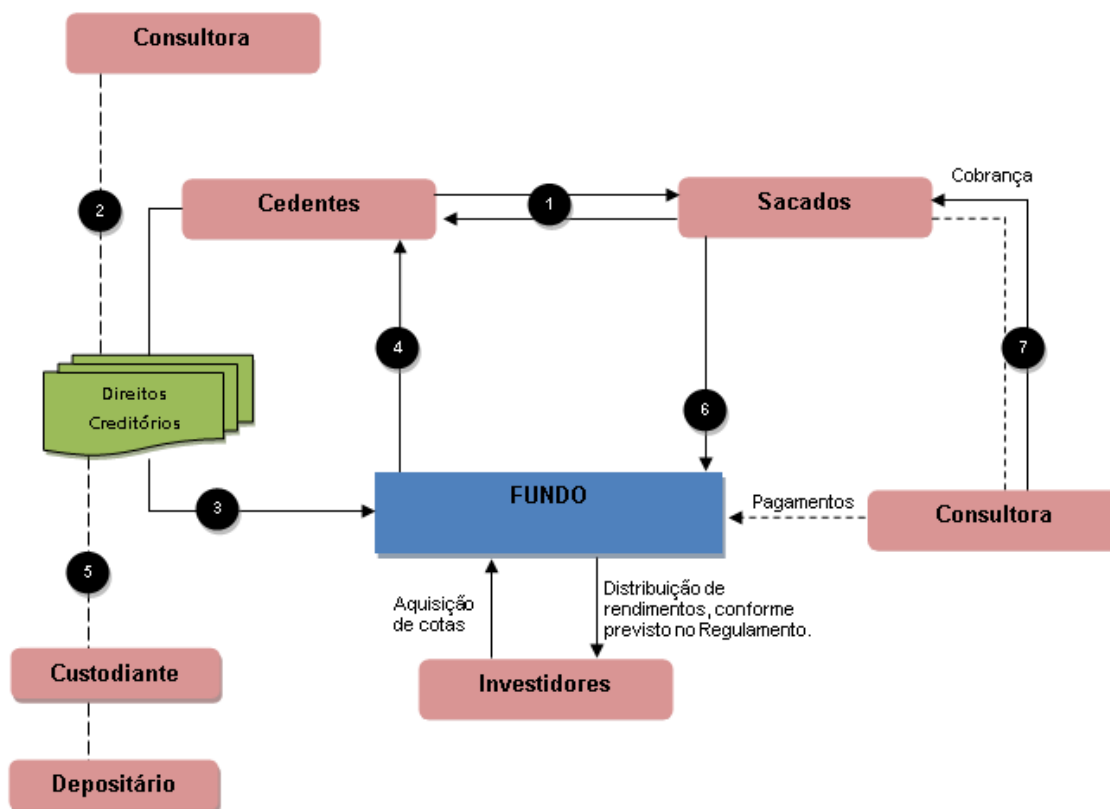
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

O Contrato de Prestação de Serviços de Classificação de Risco, celebrado entre Fundo e Agência de Classificação de Risco, estabelece as condições para a prestação dos serviços de classificação de risco de cotas a serem emitidas pelo Fundo. Ademais, estabelece os procedimentos operacionais para a realização da prestação de serviços contratados, bem como a remuneração a ser paga a Agência de Classificação de Risco.

INFORMAÇÕES SOBRE OS DIREITOS CREDITÓRIOS

O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Cotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definidas no Regulamento do Fundo, a valorização de suas Cotas por meio da aquisição pelo Fundo (i) de Direitos Creditórios Elegíveis; e (ii) de Ativos Financeiros.

FLUXOGRAMA DA OPERAÇÃO



- 1) Os Direitos Creditórios são originados a partir de operações de venda de produtos e/ou prestação de serviços, realizadas entre Cedente e seus clientes (Sacados).
- 2) A Consultora realiza a análise dos Direitos Creditórios detidos pelos Cedentes, e caso sejam aprovados, os indica para aquisição pelo Fundo.
- 3) Verificados os critérios de elegibilidade dos Direitos Creditórios indicados pela Consultora, os direitos creditórios são cedidos ao Fundo, mediante a assinatura do respectivo Termo de Cessão.
- 4) O Fundo realiza o pagamento ao Cedente do preço de cessão dos Direitos Creditórios.

- 5) Uma vez adquiridos pelo Fundo, os Direitos Creditórios são mantidos sob custódia pelo Custodiante, que poderá enviar os Documentos Comprobatórios para guarda realizada pelo Depositário.
- 6) No vencimento, Sacado deverá realizar o pagamento dos Direitos Creditórios diretamente ao Fundo, em conta corrente movimentada pelo Custodiante.
- 7) Caso não haja pagamento no vencimento, a Consultora realizará a cobrança e recebimento dos valores referentes aos Direitos Creditórios, os quais serão imediatamente repassados ao Fundo.

ORIGINAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo são originados pelos Cedentes, empresas sediadas no território nacional, pertencentes a diversos segmentos, decorrentes de operações realizadas, ou seja, cuja existência, validade e exequibilidade independam da prestação futura de qualquer contrapartida, realizadas nos segmentos financeiro, comercial, industrial, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços. Nos termos do Regulamento do Fundo, os Direitos Creditórios serão representados pelos Documentos Comprobatórios, assim entendidos documentos ou títulos representativos do respectivo Direito Creditório, representados por duplicatas escriturais e cheques, de titularidade dos respectivos Cedentes. Por conseguinte, os direitos creditórios são clientes dos Cedentes, que tenham obtido a prestação de serviços ou a aquisição de bens em algum dos segmentos dos quais se originam os Direitos Creditórios.

CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

A cessão dos Direitos Creditórios ocorre nos termos dos Contratos de Cessão firmados com cada Cedente, cujo resumo pode ser verificado na página 59 deste Prospecto Definitivo.

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os Direitos Creditórios que poderão ser cedidos ao Fundo deverão atender à política de investimentos estabelecida no Regulamento, especialmente no que diz respeito aos Critérios de Elegibilidade, sob pena de a cessão ser considerada nula e o Cedente ser obrigada a devolver os valores recebidos pela cessão dos Direitos Creditórios.

Os Critérios de Elegibilidade dos direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são os seguintes:

- I. enquadramento aos Limites de Concentração do Fundo;
- II. data de vencimento que não seja posterior à data de encerramento da última série de Cotas Seniores do FUNDO;
- III. que os direitos creditórios não estejam vencidos e pendentes de pagamento na Data de Aquisição;
- IV. cada cessão de Direitos Creditórios será precedida de análise verificando a concentração de títulos de até 20 (vinte por cento) de um mesmo devedor (mesmo CPF ou CNPJ) e até 15% (quinze por cento) para um mesmo Cedente (mesmo CNPJ);
- V. os Direitos Creditórios devem ser de devedores que, na Data da Aquisição para o FUNDO, não apresentem qualquer valor em atraso há mais de 15 (quinze) dias corridos;
- VI. os Direitos de Creditórios integrantes da carteira do Fundo deverão ter prazo médio ponderado de vencimento de, no máximo, 90 (noventa) dias contados da Data de Aquisição;

VII. enquadramento da Taxa Mínima de Cessão.

Ademais, todos os cheques e duplicatas relativos aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo deverão ser endossados pela Cedente em favor do Fundo, podendo ser empregado endosso por chancela mecânica ou eletrônica. Os cheques deverão ser nominais à Cedente e estar cruzados. As duplicatas deverão estar assinadas pelos representantes da Cedente.

As duplicatas deverão ter sido emitidas pela Cedente com base em uma fatura de prestação de serviços já realizados ou mercadorias já entregues.

Todas as duplicatas ou outros títulos de crédito ou contratos deverão ser acompanhadas de cópias das notas fiscais/faturas que deram origem aos créditos e do documento que prove a entrega dos serviços ou das mercadorias (canhoto da fatura ou recibo assinado pelo Devedor).

PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Os Direitos Creditórios serão adquiridos a uma Taxa Mínima de Cessão, equivalente a 170% (cento e setenta por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros ("DI") de 1 (um) dia – "over Extra-Grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos na data da respectiva cessão.

LIMITES DE CONCENTRAÇÃO

Os investimentos do Fundo deverão atender aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos abaixo e na Instrução CVM 356:

- a) Ativos Financeiros de um mesmo emissor no limite de até 10% (dez por cento) do patrimônio líquido;
- b) Direitos Creditórios adquiridos de igual Cedente ou de coobrigação de igual pessoa ou entidade no limite de até 15% (quinze por cento);
- c) Direitos Creditórios de igual devedor no limite de até 15% (quinze por cento); e
- d) Os Direitos Creditórios elegíveis representados por CCB; (i) não poderão representar mais que 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do Fundo; e (ii) estão limitados a 10% do patrimônio líquido do Fundo por devedor.

FORMALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

A cessão dos Direitos Creditórios é formalizada mediante a assinatura dos Termos de Cessão, os quais são parte integrante dos respectivos Contratos de Cessão firmados entre o Fundo e cada um dos Cedentes. Referido Termo de Cessão funciona como um borderô, contendo a relação dos títulos cedidos, o valor de face dos mesmos, as datas dos seus vencimentos e os dados dos devedores, além do valor pelo qual os referidos Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo. Este documento prova a realização da cessão e obriga a Cedente a entregar à Administradora, por conta e ordem do Fundo, os Documentos Comprobatórios.

POLÍTICA DE COBRANÇA

As instruções de cobrança dos Direitos Creditórios deverão respeitar a seguinte Política de Cobrança:

I – as instruções de protesto, prorrogação, baixa, cancelamento de protesto e abatimento serão enviadas diretamente pelo Administrador ao Banco Cobrador;

II – as comunicações aos cartórios de protesto de títulos serão realizadas pelo Administrador;

III – havidas todas as medidas cabíveis amigavelmente e por meios administrativos, o Agente de Cobrança ou a empresa de cobrança por ela nomeada poderá ser indicado um advogado que responderá pela cobrança do devedor em juízo, ficando o Administrador obrigado a outorgar em nome do Fundo o respectivo mandato *ad-judicia*.

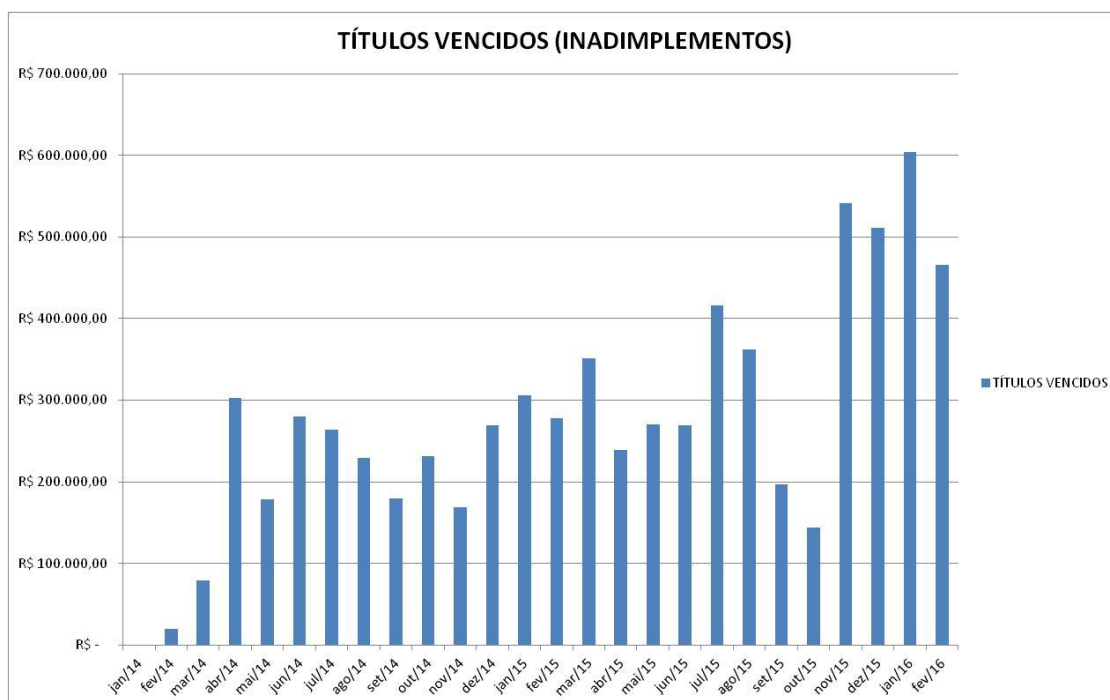
Os Cedentes e/ou o Agente de Cobrança deverão transferir ao Fundo, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da verificação de seu recebimento, quaisquer valores que eventualmente venha a receber dos devedores, sem qualquer dedução ou desconto, a qualquer título.

DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE INADIMPLEMENTO, PERDAS E PRÉ-PAGAMENTOS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Considerando as informações obtidas desde sua constituição, a Carteira do Fundo apresenta o seguinte histórico de inadimplimento, perdas e pré-pagamento dos Direitos Creditórios adquiridos:

Inadimplimentos

Desde sua constituição, o Fundo apresenta o seguinte histórico de inadimplimento, sendo considerados inadimplidos os Direitos Creditórios vencidos e não pagos a menos de um ano, para os quais o Fundo ainda possui expectativa de recuperação.



DATA	INADIMPLEMENTOS	DATA	INADIMPLEMENTOS
jan/14	R\$ -	fev/15	R\$ 277.443,00
fev/14	R\$ 19.126,00	mar/15	R\$ 351.045,00
mar/14	R\$ 79.033,92	abr/15	R\$ 238.437,00
abr/14	R\$ 302.834,00	mai/15	R\$ 270.508,00
mai/14	R\$ 178.025,00	jun/15	R\$ 269.688,00
jun/14	R\$ 279.453,00	jul/15	R\$ 415.718,00
jul/14	R\$ 264.231,00	ago/15	R\$ 362.034,00
ago/14	R\$ 228.752,00	set/15	R\$ 196.662,00
set/14	R\$ 179.273,00	out/15	R\$ 143.880,00
out/14	R\$ 231.211,00	nov/15	R\$ 541.292,00
nov/14	R\$ 168.661,00	dez/15	R\$ 510.864,00
dez/14	R\$ 268.615,00	jan/16	R\$ 603.518,00
jan/15	R\$ 306.176,00	fev/16	R\$ 466.128,00

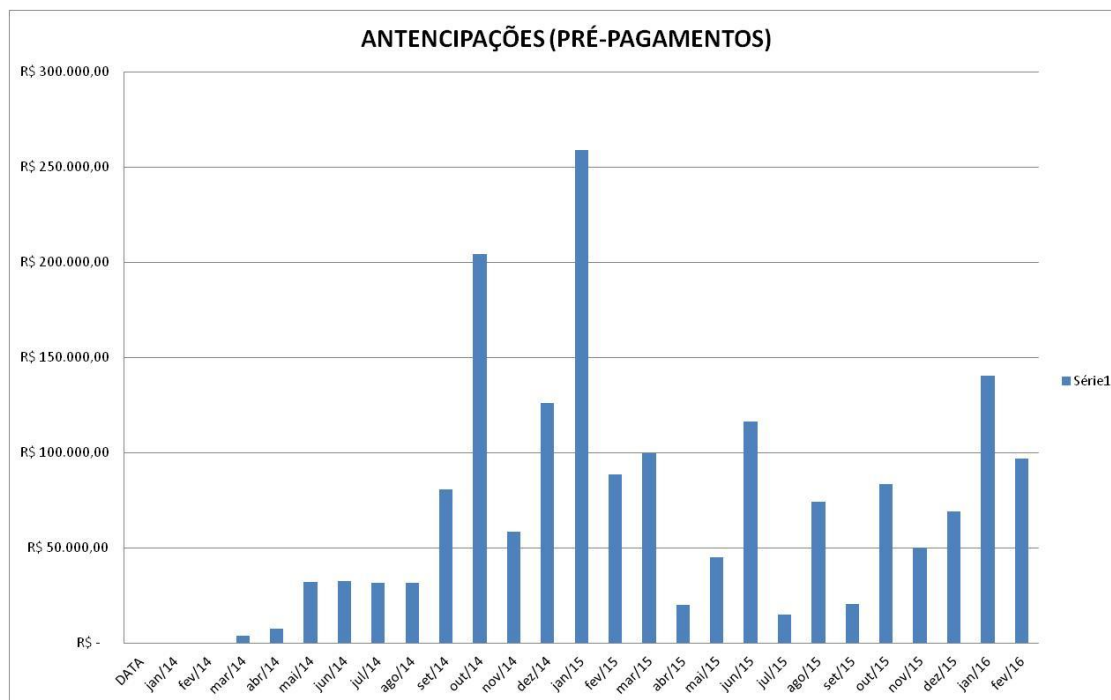
Perdas Reconhecidas

O Fundo tem por política reconhecer como perdas os Direitos Creditórios vencidos e não pagos em período superior a um ano. Desde sua constituição, o Fundo apresenta em sua carteira o seguinte histórico de perdas:

	SACADOS	VALOR
16/02/2015	Clínica Santa Branca	R\$ 428,13
17/02/2015	Casa de Saúde	R\$ 26.868,60
20/02/2015	Casa de Saúde	R\$ 41.172,30
20/02/2015	Casa de Saúde	R\$ 2.106,00
TOTAL:		R\$ 70.575,03

Pré-pagamentos

Desde sua constituição, o Fundo apresenta o seguinte histórico de antecipação de pagamento dos Direitos Creditórios detidos:



DATA	PRÉ-PAGAMENTO	DATA	PRÉ-PAGAMENTO
jan/14	R\$ --	fev/15	R\$ 88.402,00
fev/14	R\$--	mar/15	R\$ 99.606,00
mar/14	R\$ 3.610,00	abr/15	R\$ 20.155,00
abr/14	R\$ 7.712,00	mai/15	R\$ 45.154,00
mai/14	R\$ 31.815,00	jun/15	R\$ 116.196,00
jun/14	R\$ 32.375,00	jul/15	R\$ 15.022,00
jul/14	R\$ 31.679,00	ago/15	R\$ 74.199,00
ago/14	R\$ 31.678,00	set/15	R\$ 20.261,00
set/14	R\$ 80.705,00	out/15	R\$ 83.500,00
out/14	R\$ 204.436,00	nov/15	R\$ 50.232,00
nov/14	R\$ 58.244,00	dez/15	R\$ 69.162,00
dez/14	R\$ 125.791,00	jan/16	R\$ 140.192,00
jan/15	R\$ 258.758,00	fev/16	R\$ 96.689,00

FATORES DE RISCO

Antes de decidir investir nas Cotas do Fundo, os interessados devem analisar, cuidadosamente, considerando sua própria situação financeira e objetivos de investimento, todas as informações constantes deste Prospecto Definitivo e, especialmente, avaliar os fatores de risco descritos nesta Seção.

Os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes, que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Cotistas, hipóteses em que o Administrador, a Gestora, o Custodiante ou quaisquer outras pessoas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos: (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Cotistas, quando da amortização ou resgate de suas Cotas, nos termos do Regulamento do Fundo.

As aplicações dos Cotistas não contam com garantia do Administrador, da Gestora, do Custodiante, dos Cedentes, do Coordenador Líder, de qualquer mecanismo de seguro, ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Risco de crédito: consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros pelos emissores e coobrigados dos ativos ou pelas contrapartes das operações do Fundo, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução dos ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a carteira do Fundo

Risco de liquidez: consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a Gestora poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o Fundo, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos que podem, inclusive, obrigar a Gestora a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Esses fatores podem prejudicar o pagamento de resgate e/ou amortização aos cotistas do Fundo.

Risco de mercado: consiste no risco de flutuação dos preços e da rentabilidade dos Ativos Financeiros do Fundo, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações nas políticas econômicas monetária, fiscal ou cambial, e mudanças econômicas nacionais ou internacionais. As oscilações de preços podem fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes aos de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das Cotas e perdas aos cotistas.

Risco de concentração: A Gestora buscará diversificar a carteira do Fundo e deverá observar os Limites de Concentração do Fundo de que trata o Artigo 56 do Regulamento do Fundo. No entanto, a política de investimentos do Fundo admite i) a aquisição/ou manutenção na carteira do Fundo de concentração em títulos públicos e privados; e ii) a aquisição e/ou manutenção na carteira do Fundo de Direitos Creditórios de apenas um Cedente nos primeiros 90 (noventa) dias de funcionamento do Fundo. O risco associado às aplicações do Fundo é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do Fundo em um único emissor de títulos, ou em Direitos Creditórios cujo devedor seja um único devedor, maior será a vulnerabilidade do Fundo em relação ao risco de crédito desse emissor ou devedor.

Risco de descasamento: Os Direitos Creditórios componentes da carteira do Fundo são contratados a taxas pré-fixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo Fundo para as Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Mezanino, quando houver, terão determinado *Benchmark* de taxa de juros. Neste caso, se, de maneira excepcional, a taxa de juros se elevar substancialmente, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as Cotas Seniores e para as Cotas Subordinadas Mezanino.

Risco da liquidez da Cota no mercado secundário: O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o resgate das Cotas do Fundo, em situações de normalidade, só poderá ser feito ao término do prazo de duração de cada série ou classe, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o cotista resolva desfazer-se de suas Cotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de cotas de fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, não apresenta alta liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas Cotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor.

Risco de inexistência de mercado secundário para negociação de Direitos Creditórios: O Fundo deve aplicar seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios. No entanto, pela sua própria natureza, a aplicação em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento de renda fixa. Não existe, no Brasil, por exemplo, mercado ativo para compra e venda de Direitos Creditórios. Assim, caso seja necessária a venda dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, como nas hipóteses de liquidação previstas no Regulamento do Fundo, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda de patrimônio ao Fundo, bem como afetar adversamente a rentabilidade das Cotas.

Risco de descontinuidade: A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos Creditórios nos termos de cada um dos Contratos de Cessão. Conforme previsto no Regulamento do Fundo, poderá haver a liquidação antecipada do Fundo em situações pré-determinadas ou mediante deliberação da Assembleia Geral. Tal situação pode acarretar o desenquadramento da carteira do Fundo, bem como gerar dificuldades ao Administrador e ao Agente de Cobrança em identificar Direitos de Crédito que estejam de acordo com os Critérios de Elegibilidade nos termos do Regulamento do Fundo em tempo hábil. Desse modo, os cotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos que detinham aplicados no Fundo com igual remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida, entretanto, pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Agente de Cobrança ou pelos Cedentes dos Direitos Creditórios qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

Risco de resgate das Cotas do Fundo em Direitos Creditórios: Na ocorrência de uma das hipóteses de liquidação antecipada do Fundo, há previsão no Regulamento do Fundo de que as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Mezanino poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios. Nessa hipótese, os cotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos Creditórios recebidos do Fundo ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos Creditórios e poderão sofrer prejuízos patrimoniais.

Risco tributário: Este pode ser definido como o risco de perdas devido à criação de tributos, nova interpretação ou ainda de interpretação diferente que venha a se consolidar sobre a incidência de quaisquer tributos, obrigando o Fundo a novos recolhimentos, ainda que relativos a operações já efetuadas.

Risco Relacionado a Fatores Legais e Regulatórios: O Fundo está sujeito a riscos decorrentes das eventuais restrições de natureza legal ou regulatória que possam afetar adversamente a validade da constituição e da cessão dos Direitos Creditórios para o Cedente, bem como o comportamento do conjunto dos Direitos Creditórios cedidos e os fluxos de caixa a serem gerados.

Risco de guarda da documentação relativa aos Direitos Creditórios: O Custodiante será responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios da Operação relativos aos Direitos

Creditórios. Todavia o Custodiante contratou o Depositário para que realize a guarda do original dos Documentos Comprobatórios da Operação que tenham sido emitidos em suporte analógico. Mesmo que o Custodiante possua regras e procedimentos adequados, por escrito e passíveis de verificação e que o contrato de prestação garanta o efetivo controle do Custodiante sobre a movimentação dos Documentos Comprobatórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo sob guarda do Depositário, a guarda da documentação por terceiro pode representar uma limitação ao FUNDO. Nos termos do parágrafo segundo do Artigo 19 do Regulamento, o Custodiante realizará, diretamente, ou através de terceiro contratados, verificação periódica da documentação referente aos Direitos Creditórios. Uma vez que essa verificação é realizada após a cessão dos Direitos Creditórios ao FUNDO, a carteira do FUNDO poderá conter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios da Operação apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo FUNDO, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios.

Risco pela ausência do registro em cartório das cessões de Direitos Creditórios ao Fundo:

Por se tratar de um Fundo que poderá adquirir Direitos Creditórios de uma multiplicidade de Cedentes domiciliados em diversas localidades no território brasileiro, o Fundo adota como política não registrar os Contratos de Cessão e seus Termos de Cessão em cartório de registro de títulos e documentos em função dos custos do registro. Assim sendo, a não realização do referido registro, ou a não utilização de instrumento público para a formalização dos Contratos de Cessão e/ou Termo de Cessão e anexos poderá representar risco ao Fundo em relação a créditos reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos pelos Cedentes a mais de um cessionário. O Fundo não poderá reclamar Direitos Creditórios cedidos a terceiros ou valores em relação a Direitos Creditórios cedidos pagos por devedores a terceiros de boa fé adquirentes dos mesmos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. O Fundo poderá sofrer perdas, não podendo o Administrador ser de qualquer forma responsabilizados por tais perdas.

Ausência de classificação de risco das Cotas: O Fundo poderá emitir Cotas Subordinadas e séries de Cotas Seniores que não possuam classificação de risco emitida por agência classificadora de risco, desde que permitido pela regulamentação aplicável, o que pode dificultar a avaliação, por parte dos investidores, da qualidade do crédito representado pelas Cotas e com a capacidade do Fundo em honrar com os pagamentos das Cotas. Além disso, a ausência de classificação de risco pode restringir a negociação dessas Cotas no mercado secundário a um número menor de investidores e, assim, reduzir a liquidez destas nesse mercado. Caso os titulares das Cotas Seniores ou das Cotas Subordinadas Mezanino desejem se desfazer de seu investimento antes do prazo de vencimento, podem ser obrigados a oferecer descontos substanciais para vendê-las no mercado secundário, realizando uma perda de parte de seu vencimento. Não há garantias de que os investidores conseguirão se desfazer de seus investimentos antes do prazo de vencimento destas cotas.

Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos: O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do Administrador tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do Fundo, (b) inadimplência dos emissores dos ativos e/ou devedores, e (c) incremento significativo nas solicitações de resgates de cotas seniores. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os Cotistas e atrasos nos pagamentos dos resgates.

Titularidade dos Direitos Creditórios: O Fundo é uma comunhão de recursos que tem por objeto a aquisição de Direitos de Creditórios, e suas Cotas representam porções ideais de seu patrimônio líquido. Deste modo, a titularidade das Cotas não confere ao cotista propriedade ou qualquer outro direito que possa ser exercido diretamente sobre os Direitos de Creditórios ou sobre os Ativos Financeiros que integram a carteira do Fundo. Em caso de liquidação antecipada do Fundo, poderá

haver resgate de Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios, nas hipóteses previstas no Regulamento, e neste caso, a propriedade dos Direitos Creditórios será transferida do Fundo para os cotistas. Não caberá ao cotista a escolha dos Direitos Creditórios que lhe serão atribuídos por ocasião do resgate de Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios.

Risco decorrente da multiplicidade de Cedentes: O Fundo está apto a adquirir Direitos Creditórios de titularidade de múltiplas Cedentes. Tais Cedentes não são previamente conhecidas pelo Fundo, pelo Administrador, de forma que eventuais problemas de natureza comercial entre os Cedentes e os respectivos devedores podem não ser previamente identificados pelo Fundo, pelo Administrador. Caso os Direitos Creditórios cedidos não sejam pagos integralmente pelos respectivos devedores em decorrência de qualquer problema de natureza comercial entre o devedor e o respectivo Cedente, tais como (i) defeito ou vício do produto ou (ii) devolução do produto que resulte no cancelamento da respectiva venda e as respectivas Cedentes não restituam ao Fundo o montante em moeda corrente nacional correspondente ao valor dos referidos Direitos Creditórios, os resultados do Fundo poderão ser afetados negativamente.

Risco da Cobrança Judicial e Extrajudicial: Em se verificando a inadimplência nas obrigações dos pagamentos dos créditos cedidos ao Fundo, poderá ser efetuada a cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Não há, contudo, garantia de que, em qualquer uma dessas hipóteses, as referidas cobranças atingirão os resultados almejados, nem de que o Fundo recuperará a totalidade dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao Fundo. O Fundo, caso os custos da cobrança judicial sejam muito elevados, poderá optar por não efetuar tal cobrança judicial, o que poderá acarretar perda patrimonial para o Fundo.

Riscos relacionados aos procedimentos de cobrança: os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extra judiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e à salvaguarda dos direitos, das garantias e das prerrogativas dos Cotistas são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite do valor total das Cotas Subordinadas. O Administrador e o Agente de Cobrança não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção de referidos procedimentos caso o Fundo não disponha de recursos suficientes necessários para tanto.

Demais riscos: O Regulamento do Fundo prevê que os Direitos Creditórios deverão atender os Critérios e Elegibilidade, porém os Critérios de Elegibilidade poderão ser insuficientes ou inadequadas para garantir a liquidez dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo. O Fundo poderá incorrer no risco de os Direitos Creditórios serem alcançados por obrigações assumidas pelos Cedentes e/ou em decorrência de sua intervenção ou liquidação extrajudicial. Os principais eventos que podem afetar a cessão dos Direitos Creditórios consistem (i) na existência de garantias reais sobre os Direitos Creditórios, constituídas antes da sua cessão ao Fundo, sem conhecimento do Fundo, (ii) na existência de penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os Direitos Creditórios, ocorridas antes da sua cessão ao Fundo e sem o conhecimento do Fundo, (iii) na verificação, em processo judicial, de fraude contra credores ou fraude à execução praticadas pelos Cedentes, e (iv) na revogação da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, quando restar comprovado que tal cessão foi praticada com a intenção de prejudicar os credores dos Cedentes. Nestas hipóteses os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo poderão ser alcançados por obrigações dos Cedentes e o patrimônio do Fundo poderá ser afetado negativamente. A propriedade das Cotas não confere aos cotistas propriedade direta sobre os Direitos Creditórios. Os direitos dos cotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Cotas possuídas. O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos, tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas regras aplicáveis aos Ativos Financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo, alteração na política econômica, decisões judiciais, etc.

ANEXO I – REGULAMENTO DO FUNDO

**REGULAMENTO DO
PRK FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MULTISSECTORIAL LP**

Administrado pelo
PETRA – PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
S/A

30 de dezembro de 2015

**REGULAMENTO DO
PRK FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MULTISSETORIAL LP
CNPJ/MF nº 18.947.353/0001-69**

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

Artigo 1º - O PRK FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LP, doravante denominado FUNDO, é um fundo de investimento em direitos creditórios regido por este Regulamento, bem como pela Resolução CMN 2.907, pela Instrução CVM 356 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Primeiro. Os termos e as expressões adotados neste Regulamento, grafados em letra maiúscula, terão os significados a eles atribuídos no Anexo I deste Regulamento, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural.

Parágrafo Segundo. O FUNDO é classificado como um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fomento Mercantil, nos termos do item IV do anexo A da Deliberação nº 61, de 12 de junho de 2015, da ANBIMA, uma vez que o FUNDO busca retorno por meio de investimento em carteira pulverizada de recebíveis (direitos ou títulos), originados e vendidos por diversos cedentes que antecipam recursos através da venda de duplicatas, cheques, cédulas de crédito bancário e quaisquer outros títulos passíveis de cessão e transferência de titularidade.

Artigo 2º - O FUNDO tem como principais características:

- I** – é constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado;
- II** - não possui taxa de ingresso, taxa de saída e de performance;
- III** – poderá emitir tanto Cotas de classe Sênior (as “Cotas Seniores”) como de classe Subordinada (“Cotas Subordinadas”);
- IV** - poderá emitir séries de Cotas Seniores;
- V**- poderá emitir subclasses de Cotas Subordinadas;
- VI** – somente poderá receber aplicações, bem como ter Cotas Seniores negociadas no mercado secundário, quando o subscritor ou o adquirente das Cotas Seniores for Investidor Qualificado;
- VII** - o valor mínimo para aquisição inicial de Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino estará definido no Suplemento da respectiva série ou subclasse;

Artigo 3º - Os Anexos a este Regulamento constituem parte integrante e inseparável do mesmo.

CAPÍTULO II – OBJETIVO DO FUNDO E PÚBLICO ALVO

Artigo 4º - O objetivo do FUNDO é a valorização de suas Cotas, por meio da aquisição: (i) de Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais direitos creditórios, tudo nos termos dos respectivos Contratos de Cessão; e (ii) de Ativos Financeiros, conforme a política de investimento estabelecida neste Regulamento.

Artigo 5º - O FUNDO estabelecerá um *Benchmark* de rentabilidade para cada série de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Mezanino que forem emitidas, conforme Suplemento específico, sem que isto represente uma garantia ou promessa de rentabilidade das aplicações.

Artigo 6º - As Cotas Subordinadas Júnior não possuem meta de rentabilidade.

Artigo 7º - O público-alvo do FUNDO são Investidores Qualificados, definidos como tal pela regulamentação editada pela CVM, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis entre os investidores qualificados para fins de aquisição e subscrição de Cotas do FUNDO.

Artigo 8º - É indispensável, por ocasião da subscrição de Cotas do FUNDO, a adesão do cotista aos termos deste Regulamento, com a assinatura do respectivo Termo de Adesão onde ele atesta que tomou conhecimento dos riscos envolvidos e da política de investimento do FUNDO, recebendo uma cópia do presente Regulamento e do prospecto, se houver.

Parágrafo único. Quando se tratar de oferta pública com esforços restritos nos termos da Instrução CVM 476, cada Cotista assinará declaração atestando sua ciência com a ausência de registro perante a CVM da oferta e as restrições a negociação das Cotas previstas na Instrução CVM 476.

Artigo 9º - O investidor receberá também informações referentes à classificação de risco das Cotas Seniores, quando houver.

Artigo 10º - Na hipótese de oferta pública de Cotas nos termos da Instrução CVM 400 ou da Instrução CVM 476, além de estarem disponíveis no site da CVM, o Regulamento e o prospecto, se houver, estarão disponíveis na página da rede mundial de computadores (Internet) da Administradora e das instituições que coloquem Cotas do Fundo. Os exemplares do Regulamento e o prospecto, se houver serão fornecidos pela Administradora sempre que solicitado.

CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

Artigo 11 - As atividades de administração do FUNDO serão exercidas pela **PETRA – PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 1842, Torre Norte, 1º andar, conjuntos 17 e 18, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.317.692/0001-94, doravante designada (“Administradora”).

Parágrafo Primeiro. A Administradora declara que é instituição financeira participante e aderente ao *Foreign Account Tax Compliance Act* (“FATCA”), com inscrição no *Global Intermediary Identification Number* (“GIIN”) sob o código P2W26G.00001.ME.076.

Parágrafo Segundo. A Administradora, observadas as limitações legais e deste Regulamento, tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do FUNDO e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios que integram a carteira do FUNDO.

Artigo 12 - A atividade de gestão da carteira do FUNDO será exercida pela **PETRA CAPITAL GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA.**, sociedade limitada com sede na Av. Paulista, 1842, 1º andar, conj. 17, Torre Norte, Bela Vista, São Paulo-SP, CEP 01.310-923, inscrita no CNPJ sob o nº 09.204.714/0001-96 (“Gestora”).

Parágrafo Primeiro - A Gestora, observadas as limitações legais e deste Regulamento, tem poderes para praticar todos os atos necessários à gestão do FUNDO e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Ativos Financeiros que integram a carteira do FUNDO.

Parágrafo Segundo - A Administradora dispõe de regras e procedimentos adequados, por escrito e passíveis de verificação, que lhe permitirão diligenciar o cumprimento, pela Gestora, de suas obrigações descritas neste Regulamento e no Contrato de Gestão. Tais regras e procedimentos encontram-se disponíveis para consulta no website da Administradora (www.petracorreтора.com.br).

Artigo 13 - Incluem-se entre as obrigações da Administradora, sem prejuízo de outras definidas neste Regulamento:

I - manter atualizados e em perfeita ordem:

- a) a documentação relativa às operações do FUNDO;
- b) o registro dos cotistas;
- c) o livro de atas de Assembleias Gerais;
- d) o livro de presença de cotistas;
- e) o prospecto do FUNDO, se houver;
- f) os demonstrativos trimestrais do FUNDO;
- g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao FUNDO; e
- h) os relatórios do auditor independente.

II - receber quaisquer rendimentos ou valores do FUNDO diretamente ou por meio de instituição contratada;

III - entregar ao cotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento do FUNDO, bem como cientificá-lo do nome do Periódico utilizado para divulgação de informações e da Taxa de Administração praticada;

IV - divulgar, anualmente, no Periódico utilizado para divulgações do FUNDO, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem Cotas deste, o valor do patrimônio líquido do FUNDO, o valor da Cota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da agência classificadora de risco contratada pelo FUNDO, se houver;

V - custear as despesas de propaganda do FUNDO;

VI - fornecer anualmente aos cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;

VII - sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o FUNDO;

VIII - providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco do FUNDO ou dos Direitos Creditórios e demais Ativos Financeiros integrantes da carteira do FUNDO (quando aplicável).

IX - fornecer informações relativas aos Direitos Creditórios adquiridos ao Sistema de Informações de Créditos do Banco Central do Brasil (SCR), nos termos da norma específica.

Artigo 14 - É vedado à Administradora:

- I - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo FUNDO, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- II - utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo FUNDO; e
- III - efetuar aportes de recursos no FUNDO, de forma direta ou indireta, a qualquer título.

Parágrafo Único - As vedações de que tratam os incisos I a III do *caput* deste Artigo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

Artigo 15 - É vedado à Administradora, em nome do FUNDO:

- I - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- II - realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento ou nas instruções da CVM;
- III - aplicar recursos diretamente no exterior;
- IV - adquirir Cotas do próprio FUNDO;
- V - pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução CVM 356;
- VI - vender Cotas do FUNDO a prestação;
- VII - vender Cotas do FUNDO a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil Cedentes de Direitos Creditórios para este FUNDO, exceto quando se tratar de Cotas cuja classe se subordine às demais para efeito de resgate;
- VIII - prometer rendimento predeterminado aos cotistas;
- IX - fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- X - delegar poderes de gestão da carteira do FUNDO, ressalvado o disposto no Artigo 39, inciso II, da Instrução CVM 356;
- XI - obter ou conceder empréstimos; e
- XII - efetuar locação, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do FUNDO.

Artigo 16 - A Administradora, mediante aviso divulgado no Periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista, pode renunciar à administração do FUNDO, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação deste, nos termos da Instrução CVM 356.

Parágrafo Primeiro. Nas hipóteses de substituição da Administradora e de liquidação do FUNDO, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal da Administradora, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Administradora.

Parágrafo Segundo. Na hipótese de renúncia da Administradora, esta deverá permanecer na administração do FUNDO até que a Assembleia Geral eleja um novo administrador ou decida sua liquidação. Se, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da renúncia, a

Assembleia Geral não indicar um substituto, a Administradora poderá promover a liquidação do FUNDO.

CAPÍTULO IV - DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 17 - Será devido à Administradora, a título de honorários pelas atividades de administração, gestão, escrituração, controladoria e consultoria especializada, a remuneração equivalente à somatória dos seguintes montantes, calculados individualmente (a “Taxa de Administração”), acrescido da TEvento calculada de acordo com os eventos definidos no Anexo V:

- a) a remuneração de 0,64% (sessenta e quatro centésimos por cento) a.a., incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, observado o pagamento mínimo mensal de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) ao mês.
- b) A importância equivalente a 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o valor de face de cada título adquirido pelo FUNDO no mês imediatamente anterior com o mínimo de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) mês.

Artigo 18 - A Taxa de Administração será calculada e provisionada diariamente, tendo como base o patrimônio líquido do FUNDO do primeiro Dia Útil imediatamente anterior, com a aplicação da fração de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), por Dias Úteis, sendo o pagamento realizado mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido.

Parágrafo Primeiro - A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo FUNDO aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

Parágrafo Segundo - A parcela fixa da Taxa de Administração será devidamente reajustada anualmente, de acordo com a variação positiva do IGP-M.

Parágrafo Terceiro - Os tributos incidentes sobre as remunerações descritas acima (ISS, PIS, COFINS e IR na fonte e outros que porventura venham a incidir) serão a ela acrescidos nas alíquotas vigentes nas respectivas datas de pagamento.

Parágrafo Quarto - A Taxa de Administração, nos termos da legislação aplicável, não compreende os serviços de custódia de títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros do FUNDO prestados pela própria Administradora, que serão cobrados do FUNDO, a título de despesa, conforme disposto neste Regulamento.

Parágrafo Quinto - Não será cobrada taxa de ingresso, saída e performance do FUNDO.

CAPÍTULO V - DA CUSTÓDIA

Artigo 19 - As atividades de custódia qualificada, escrituração e controladoria serão realizadas pelo **BANCO PETRA S/A**, instituição financeira com sede na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar – Conjunto 1103, Água Verde, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.758.741/0001-52 (“Custodiante”), compreendendo as seguintes atividades:

- I – validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade;

- II – receber e verificar a Documentação Comprobatória da Operação;
- III – durante o funcionamento do FUNDO, em periodicidade trimestral, verificar a Documentação Comprobatória da Operação;
- IV – realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios, evidenciados pelo Contrato de Cessão, Termo de Cessão e Documentos Comprobatórios;
- V – fazer a custódia e a guarda dos Contratos de Cessão, Termos de Cessão, dos Documentos Comprobatórios e demais ativos integrantes da carteira do FUNDO;
- VI – diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem os Documentos Comprobatórios, com metodologia pré-estabelecida e de livre acesso para auditoria independente, agência de classificação de risco de crédito contratada pelo FUNDO e órgãos reguladores; e
- VII - cobrar e receber, por conta e ordem do FUNDO, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos diretamente em conta de titularidade do FUNDO, ou em conta *escrow* instituída pelas partes, em instituição financeira, sob contrato, a qual acolherá os depósitos a serem feitos pelos devedores e ali mantidos em custódia, para liberação após o cumprimento de requisitos especificados e verificados pela Administradora.

Parágrafo Primeiro –A Administradora dispõe de regras e procedimentos adequados, por escrito e passíveis de verificação, que lhe permitirão diligenciar o cumprimento, pelo Custodiante, de suas obrigações descritas neste Regulamento e no Contrato de Custódia. Tais regras e procedimentos encontram-se disponíveis para consulta no website da Administradora (www.petracorreтора.com.br).

Parágrafo Segundo - Em razão do FUNDO possuir significativa quantidade de Direitos Creditórios e expressiva diversificação de devedores e de Cedentes, além de atuar em vários segmentos, o Custodiante, realizará a verificação do lastro que trata os incisos II e III do *caput* deste Artigo, por amostragem.

Parágrafo Terceiro – O Custodiante realizará, diretamente, ou através de empresa de auditoria independente, a verificação por amostragem do lastro dos Direitos Creditórios com base nos parâmetros estabelecidos no Anexo IV deste Regulamento, sempre que permitido pela legislação aplicável.

Parágrafo Quarto - Para atendimento ao disposto no parágrafo 3º, inciso IV, do Artigo 8º da Instrução CVM 356, o Custodiante considerará os resultados da verificação dos Documentos Comprobatórios, por amostragem, realizada no trimestre anterior pela Administradora.

Artigo 20 - A guarda dos Documentos Comprobatórios emitidos a partir dos caracteres criados em computador ou meio técnico equivalente de acordo com os termos da Instrução CVM 356 serão realizados pelo Custodiante. O Depositário fará a guarda dos Documentos Comprobatórios físicos, ou seja, dos originais emitidos em suporte analógico.

Parágrafo Primeiro – Nos termos do artigo 38 da Instrução CVM 356/01, a nomeação de qualquer terceiro responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios e para a realização de verificação por amostragem do lastro dos Direitos Creditórios não exclui as responsabilidades do Custodiante.

Parágrafo Segundo – O Custodiante dispõe de regras e procedimentos adequados, por escrito e passíveis de verificação, que lhe permitirão o efetivo controle: (i) do Depositário com relação à

guarda, conservação e movimentação dos Documentos Comprobatórios sob sua guarda, bem como para diligenciar o cumprimento, pelo Depositário, de suas obrigações nos termos deste Regulamento e do Contrato de Depósito; e (ii) da empresa contratada para a verificação por amostragem do lastro dos Direitos Creditórios, bem como para diligenciar o cumprimento pela mesma de suas obrigações nos termos deste Regulamento e do Contrato firmado com o Custodiante. Tais regras e procedimentos encontram-se disponíveis para consulta no website da Administradora (www.petracorreтора.com.br).

CAPÍTULO VI - DOS OUTROS PROFISSIONAIS CONTRATADOS

Artigo 21 - O FUNDO contratou a PRK FOMENTO MERCANTIL LTDA., sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, estabelecida na Av. das Américas 1155, Sala 1807, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.926.569/0001-12, para atuar como empresa de consultoria especializada na análise e seleção, cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos Creditórios a serem adquiridos (“Consultora”).

Parágrafo Primeiro – A Consultora manterá uma equipe dedicada ao FUNDO.

Parágrafo Segundo - A Administradora dispõe de regras e procedimentos adequados, por escrito e passíveis de verificação, que lhe permitirão diligenciar o cumprimento, pela Consultora, de suas obrigações descritas neste Regulamento, no Contrato de Consultoria e no Contrato de Cobrança. Tais regras e procedimentos encontram-se disponíveis para consulta no website da Administradora (www.petracorreтора.com.br).

Artigo 22 - As demonstrações financeiras do FUNDO serão auditadas por auditor independente devidamente registrado na CVM.

Artigo 23 A colocação das Cotas do FUNDO será realizada pela Administradora.

CAPÍTULO VII - DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 24 - Será de competência privativa da Assembleia Geral:

- I - tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do FUNDO e deliberar sobre as demonstrações financeiras deste;
- II - alterar o Regulamento do FUNDO;
- III - deliberar sobre a substituição da Administradora e dos demais prestadores de serviços do FUNDO, observado o inciso IV abaixo;
- IV – deliberar sobre a destituição da Consultora ou sobre a contratação pelo FUNDO de novas prestadoras de serviços de consultoria especializada;
- V - deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- VI – Prorrogar o prazo de duração de séries de Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas Mezanino;
- VII – deliberar sobre a ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação e/ou Liquidação Antecipada;
- VIII - aprovar a emissão de novas Cotas Seniores do FUNDO;
- IX - deliberar sobre incorporação, fusão, cisão ou liquidação do FUNDO; e
- X – deliberar sobre a alteração do *benchmark* das Cotas.

Artigo 25 - A Assembleia Geral reunir-se-á uma vez por ano, no mínimo, para deliberar sobre as demonstrações financeiras do FUNDO.

Artigo 26 - A convocação da Assembleia Geral do FUNDO far-se-á, pela Administradora, por correio eletrônico preferencialmente, ou por carta com aviso de recebimento endereçado a cada cotista ou mediante anúncio publicado no Periódico indicado neste Regulamento, do qual constarão, obrigatoriamente, o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

Artigo 27 - Além da reunião anual para deliberar sobre as demonstrações financeiras do FUNDO, a Assembleia Geral pode ser convocada pela Administradora ou por Cotistas possuidores de Cotas que representem, isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas.

Artigo 28 - A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento ou do correio eletrônico aos cotistas.

Parágrafo Primeiro - Não se realizando a Assembleia Geral, será publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico aos cotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo Segundo - Para efeito do disposto no parágrafo anterior, admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio, a carta ou o correio eletrônico de primeira convocação.

Artigo 29 - Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral realizar-se-á no local onde a Administradora tiver a sede, quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios cartas ou correios eletrônicos endereçados aos cotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede.

Artigo 30 - Independentemente das formalidades previstas nos Artigos deste Capítulo, será considerada regular a Assembleia Geral que comparecerem todos os cotistas.

Artigo 31 - O caso de decretação de intervenção ou liquidação extrajudicial da Administradora implicará em automática convocação da Assembleia Geral, no prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua decretação, para:

- I - nomeação de representante de cotistas;
- II - deliberação acerca de:
 - a) substituição da Administradora, conforme o caso;
 - b) liquidação antecipada do FUNDO.

Artigo 32 - As Assembleias Gerais serão instaladas com a presença de pelo menos um cotista, sendo que as deliberações relativas à matéria prevista no Artigo 24, inciso I, devem ser tomadas pelo critério da maioria de Cotas dos cotistas presentes, correspondendo a cada Cota um voto, ressalvado o disposto nos parágrafos deste Artigo.

Parágrafo Primeiro - As deliberações relativas às matérias previstas no Artigo 24, incisos IV e VII deste Regulamento dependerão da aprovação de no mínimo 60% (sessenta por cento) das Cotas Subordinadas Mezanino emitidas e maioria das Cotas Seniores emitidas.

Parágrafo Segundo - As deliberações relativas às matérias previstas no Artigo 24, incisos VI e VIII deste Regulamento dependerão da aprovação de no mínimo 50% (cinquenta por cento) das Cotas Subordinadas Júnior emitidas e 100% (cem por cento) dos detentores de cotas da respectiva série ou classe afetada.

Parágrafo Terceiro - As deliberações relativas às matérias previstas no Artigo 24, incisos II, III, V e e IX deste Regulamento dependerão da aprovação em primeira convocação da maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes.

Parágrafo Quarto - A deliberação relativa à matéria prevista no Artigo 24, inciso X, deste Regulamento dependerá da aprovação de 100% dos cotistas detentores de cotas da respectiva série ou classe afetada, além da maioria das demais Cotas emitidas pelo FUNDO.

Parágrafo Quinto - Somente podem votar na Assembleia Geral os cotistas, seus representantes legais, ou procuradores constituídos há menos de um ano.

Parágrafo Sexto - Não têm direito a voto na Assembleia Geral a Administradora, o Custodiante e a Gestora, bem como as pessoas físicas ou jurídicas a elas ligadas, incluindo, mas não se limitando, os seus sócios, as empresas do mesmo conglomerado econômico, controladas ou controladoras, e seus respectivos empregados e prepostos.

Artigo 33 - As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

Parágrafo único. A divulgação referida no *caput* deste Artigo deve ser providenciada mediante anúncio publicado no Periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista ou, ainda, por correio eletrônico.

Artigo 34 - A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do FUNDO, em defesa dos direitos e dos interesses dos cotistas.

Artigo 35 - Somente pode exercer as funções de representante de cotistas, pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- I - ser cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas;
- II - não exercer cargo ou função na Administradora, em seu controlador, em sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- III - não exercer cargo em empresa Cedente de Direitos Creditórios integrantes da carteira do FUNDO.

Artigo 37 - O Regulamento do FUNDO poderá ser alterado, independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências

de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos cotistas.

Artigo 38 - As modificações aprovadas pela Assembleia Geral passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- I - lista de cotistas presentes na Assembleia Geral;
- II - cópia da ata da Assembleia Geral;
- III - exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos; e
- IV - modificações procedidas no prospecto, se houver.

CAPÍTULO VIII - DA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Artigo 39 - A Administradora deve encaminhar à CVM, no prazo de 10 (dez) dias após a respectiva ocorrência as seguintes informações:

- I – a data da primeira integralização de Cotas do FUNDO; e
- II – a data do encerramento de cada distribuição de Cotas.

Artigo 40 - A Administradora deve enviar informe mensal à CVM através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, conforme modelo e conteúdo disponíveis na referida página, observado o prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último Dia Útil daquele mês.

Parágrafo único. Eventuais retificações nas informações previstas neste Artigo devem ser comunicadas à CVM até o primeiro Dia Útil subsequente à data da respectiva ocorrência.

Artigo 41 - A Administradora divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao FUNDO, de modo a garantir a todos os cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

Parágrafo Primeiro - A divulgação das informações previstas neste Artigo deve ser feita por meio de publicação no Periódico e através de correio eletrônico e mantida disponível para os cotistas na sede e agências da Administradora e nas instituições que coloquem Cotas do FUNDO.

Parágrafo Segundo - A Administradora deve realizar as publicações aqui previstas sempre no mesmo Periódico e, em caso de mudança, deve ser precedida de aviso aos cotistas.

Parágrafo Terceiro - Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao FUNDO, são exemplos de fatos relevantes os seguintes:

- I – a alteração da classificação de risco das classes ou séries de Cotas, bem como, quando houver, dos demais Ativos Financeiros da carteira;
- II – a mudança ou substituição de terceiros contratados para prestação de serviços de custódia, consultoria especializada ou gestão da carteira do FUNDO;
- III – a ocorrência de eventos subsequentes que tenham afetado ou possam afetar os critérios de composição e os limites de diversificação da carteira do FUNDO, bem como o

comportamento da carteira de Direitos Creditórios, no que se refere ao histórico de pagamentos; e
IV – a ocorrência de atrasos na distribuição de rendimentos aos cotistas do FUNDO.

Artigo 42 - A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- I - o número de cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- II - a rentabilidade do FUNDO, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- III - o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais Ativos Financeiros da carteira FUNDO, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

Artigo 43 - No prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência, a Administradora deverá protocolar na CVM os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao FUNDO:

- I – alteração de Regulamento;
- II – substituição da instituição Administradora;
- III – incorporação;
- IV – fusão;
- V – cisão; e
- VI – liquidação.

Artigo 44 - As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do FUNDO não podem estar em desacordo com o Regulamento protocolado na CVM e com o prospecto, se houver.

Parágrafo único. Caso o texto publicitário apresente incorreções ou impropriedades que possam induzir o investidor a erros de avaliação, a CVM pode exigir que as retificações e os esclarecimentos sejam veiculados, com igual destaque, através do veículo usado para divulgar o texto publicitário original, devendo constar, de forma expressa, que a informação está sendo republicada por determinação da CVM.

Artigo 45 - Toda informação, divulgada por qualquer meio, na qual seja incluída referência à rentabilidade do FUNDO, deve obrigatoriamente:

- I – mencionar a data de início de seu funcionamento;
- II – referir-se, no mínimo, ao período de 1 (um) mês-calendário, sendo vedada a divulgação de rentabilidade apurada em períodos inferiores;
- III – abranger, no mínimo, os últimos 3 (três) anos ou períodos desde a sua constituição, se mais recente;
- IV – ser acompanhada do valor da média aritmética do seu patrimônio líquido apurado no último Dia Útil de cada mês, nos últimos 3 (três) anos ou desde a sua constituição, se mais recente; e
- V – deverá apresentar, em todo material de divulgação, o grau conferido pela empresa de classificação de risco ao FUNDO, bem como a indicação de como obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

Artigo 46 - Observada as disposições da Instrução CVM 356 a esse respeito, o Diretor Designado ou sócio-gerente da Administradora, indicado como sendo o responsável pelo FUNDO, deverá elaborar demonstrativos trimestrais, os quais devem ser enviados à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, no prazo

de 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento do período, e permanecer à disposição dos cotistas do FUNDO, bem como ser examinados por ocasião da realização de auditoria independente.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, deve ser considerado o calendário do ano civil.

CAPÍTULO IX - DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 47 - O FUNDO tem escrituração contábil própria.

Artigo 48 - O exercício social do FUNDO tem duração de um ano, encerrando-se em 30 de junho de cada ano.

Artigo 49 - As demonstrações financeiras anuais do FUNDO estão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM, incluindo a Instrução CVM nº 489/2011, e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Artigo 50 - A Administradora deve enviar à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, em até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social ao qual se refiram, as demonstrações financeiras anuais do FUNDO.

CAPÍTULO X - DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 51 - Observado o disposto neste Regulamento, o objetivo do FUNDO é a valorização de suas Cotas, preponderantemente, por meio da aquisição em Direitos Creditórios, de empresas sediadas no território nacional, decorrentes de operações performadas, ou seja, cuja existência, validade e exequibilidade independam da prestação futura de qualquer contrapartida, realizadas nos segmentos financeiro, comercial, industrial, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços.

Parágrafo único. Os Direitos Creditórios serão representados pelos Documentos Comprobatórios.

Artigo 52 - Sem prejuízo dos Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento, os Direitos Creditórios serão cedidos ao FUNDO pelas respectivas Cedentes juntamente como todos e quaisquer direitos, garantias e prerrogativas, principais e acessórios, assegurados em razão de sua titularidade.

Parágrafo Primeiro - A respectiva Cedente é responsável pela correta constituição, pela existência, certeza, autenticidade, legalidade, veracidade e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao FUNDO, e ainda, pela solvência ou solvibilidade dos Direitos Creditórios nos termos deste Regulamento e do respectivo Contrato de Cessão.

Parágrafo Segundo - A Administradora e a Consultora não respondem pela solvência dos devedores, pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou por sua existência, liquidez e correta formalização.

Artigo 53 - Após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, o FUNDO deve ter 50% (cinquenta por cento), no mínimo, de seu patrimônio líquido representado por Direitos Creditórios elegíveis, podendo a Administradora requerer a prorrogação desse prazo à CVM, por igual período, desde que haja motivos que justifiquem o pedido.

Artigo 54 - A parcela do patrimônio líquido do FUNDO que não estiver alocada em Direitos Creditórios elegíveis será necessariamente alocada pela Gestora nos Ativos Financeiros a seguir descritos, de acordo com os critérios de diversificação estabelecidos abaixo:

- I - títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou operações compromissadas com títulos de emissão do Tesouro Nacional, celebradas com as Instituições Autorizadas;
- II - títulos de emissão do BACEN e/ou operações compromissadas com títulos de emissão do BACEN, celebradas com as Instituições Autorizadas;
- III – cotas de emissão de fundos de investimento em cotas de fundo de investimento de renda fixa ou de fundo de investimento referenciado à Taxa DI, com liquidez diária, cujas políticas de investimento admitam a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados nos itens "I", e "II" acima; e
- IV - Certificados de Depósito Bancário – CDBs emitidos por uma Instituição Autorizada.

Parágrafo único. A Administradora envidará seus melhores esforços para adquirir Ativos Financeiros cujos vencimentos propiciem à carteira do FUNDO a classificação de longo prazo, para fins de tributação dos cotistas.

Artigo 55 - É vedado ao FUNDO:

- I – Aquisição de ativos de renda variável e/ou cotas de Fundo de Desenvolvimento Social (FDS);
- II – A realização de cessões de fração do valor nominal de Direitos Creditórios pelas Cedentes ao FUNDO;
- III – Aquisição de Direitos Creditórios vencidos e pendentes de pagamento na data da cessão;
- IV - Realizar qualquer operação financeira, incluindo a compra e venda de qualquer Ativo Financeiro, operações compromissadas ou com derivativos, em que atue na contraparte, qualquer das Cedentes, a Administradora, a Consultora ou ainda qualquer de seus controladores, sociedades por eles direta ou indiretamente controladas, coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- V - Realizar operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente do FUNDO possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

Artigo 56 - A Gestora não poderá realizar operações em mercados de derivativos, ainda que seja com o objetivo de proteger posições detidas no mercado à vista.

Artigo 57 - Os investimentos do FUNDO deverão atender aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos abaixo e na Instrução CVM 356 ("Limite de Concentração"):

- a) Ativos Financeiros de um mesmo emissor no limite de até 10% (dez por cento) do patrimônio líquido;
- b) Direitos Creditórios adquiridos de uma mesma Cedente ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade no limite de até 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do FUNDO;

- c) Direitos Creditórios de um mesmo devedor no limite de até 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do FUNDO; e
- d) Os Direitos Creditórios elegíveis representados por CCB; (i) não poderão representar mais que 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do FUNDO; e (ii) estão limitados a 10% do patrimônio líquido do FUNDO por devedor.

Parágrafo Primeiro - Os Limites de Concentração deverão ser observados com relação ao grupo econômico do emissor, originador, devedor e/ou da Cedente, conforme o caso, incluindo desta forma, seus controladores, sociedades por eles direta ou indiretamente controladas, coligadas ou outras sociedades sob controle comum, incluindo empresas controladas por pessoas físicas com grau de parentesco até segundo grau ("Grupo Econômico").

Parágrafo Segundo - Os Limites de Concentração previstos no caput deste Artigo não se aplicam à aquisição de títulos públicos federais, cotas de fundos de renda fixa e fundos de investimento em cotas classificados como "renda fixa" que possuam como política de investimento a alocação preponderante em títulos públicos federais.

Parágrafo Terceiro - O FUNDO poderá, ainda, alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações compromissadas.

Parágrafo Quarto - Enquanto não decorrido o período de 90 (noventa) dias previsto no Artigo 53 acima, não são aplicáveis ao FUNDO os Limites de Concentração previstos no *caput*, podendo a Administradora, inclusive, manter a carteira do FUNDO concentrada em Direitos Creditórios oriundos de uma única Cedente.

Artigo 58 A Gestora poderá contratar quaisquer operações para a composição da carteira do FUNDO onde figurem como contraparte a Administradora, o Custodiante, a Gestora, as empresas controladoras, coligadas e/ou subsidiárias destas ou ainda quaisquer carteiras, clubes de investimento e/ou fundos de investimento administrados pela Administradora desde que com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do FUNDO. Todas as informações relativas às operações ora referidas serão objeto de registros analíticos segregados.

Artigo 59 - Os percentuais e Limites de Concentração referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente pela Gestora, com base no patrimônio líquido do Dia Útil imediatamente anterior.

Artigo 60 - Os Direitos Creditórios serão custodiados pelo Custodiante e, conforme o caso, pelo Depositário, conforme indicado neste Regulamento, e os demais Ativos Financeiros da carteira do FUNDO serão registrados e custodiados ou mantidos em contas de depósito diretamente em nome do FUNDO, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BACEN ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pela referida Autarquia ou pela CVM.

Artigo 61 - Conforme estabelecido em cada um dos Contratos de Cessão, os boletos de cobrança dos valores devidos pelos devedores com relação a cada um dos Direitos Creditórios representados por duplicatas serão pagos diretamente em conta corrente de titularidade do FUNDO junto ao Banco Cobrador e movimentada pelo Custodiante, por meio do sistema de compensação bancária. Os Direitos Creditórios representados por cheque, ou CCB's serão liquidados através de depósito em conta corrente de titularidade do FUNDO junto ao Custodiante.. Nenhum valor oriundo de pagamentos dos Direitos Creditórios será considerado quitado se recebido por qualquer das

Cedentes ou pela Consultora, até que o respectivo recurso seja creditado na conta corrente de titularidade do FUNDO junto ao Custodiante.

Artigo 62 - O FUNDO não poderá adquirir Direitos Creditórios da Consultora.

Artigo 63 - O FUNDO poderá alienar a terceiros Direitos Creditórios adquiridos desde que o valor de venda seja igual ou superior ao valor contabilizado em seu ativo.

Artigo 64 - Todos os resultados auferidos pelo FUNDO serão incorporados ao seu patrimônio, de maneira diferenciada para cada série ou classe de Cotas conforme as regras estabelecidas neste Regulamento.

Artigo 65 - Não existe, por parte do FUNDO, da Administradora, do Custodiante, da Gestora ou da Consultora, nenhuma promessa ou garantia acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do FUNDO ou relativas à rentabilidade de suas Cotas.

Artigo 66 - As aplicações realizadas no FUNDO não contam com garantia da Administradora, do Custodiante, da Gestora, da Consultora ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

Artigo 67 - Não existe a obrigatoriedade por parte do FUNDO em adquirir todos Direitos Creditórios selecionados e aprovados pela Consultora.

CAPÍTULO XI – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Artigo 68 - Na Data de Aquisição dos Direitos Creditórios pelo FUNDO caberá ao Custodiante a verificação do atendimento pelos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade.

Artigo 69 - Serão considerados elegíveis ao FUNDO os Direitos Creditórios cujas informações foram transmitidas pela Consultora ao Custodiante, por meio eletrônico, de acordo com os procedimentos definidos neste Regulamento, e que atendam, cumulativamente, na Data de Aquisição, aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

- I – enquadramento aos Limites de Concentração;
- II - o FUNDO somente adquirirá Direitos Creditórios cuja data de vencimento não seja posterior à data de encerramento da última série de Cotas Seniores do FUNDO;
- III – o FUNDO somente poderá adquirir Direitos Creditórios que não estejam vencidos e pendentes de pagamento na Data de Aquisição;
- IV - cada cessão de Direitos Creditórios será precedida de análise verificando a concentração de títulos de até 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do FUNDO de um mesmo devedor (mesmo CPF ou CNPJ) e até 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do FUNDO para um mesmo Cedente (mesmo CNPJ);
- V – os Direitos Creditórios devem ser de devedores que, na Data da Aquisição para o FUNDO, não apresentem qualquer valor em atraso há mais de 15 (quinze) dias corridos;
- VI - os Direitos de Creditórios integrantes da carteira do Fundo deverão ter prazo médio ponderado de vencimento de no máximo, 90 (noventa) dias contados da Data de Aquisição;
- VII – enquadramento da Taxa Mínima de Cessão, conforme definida no Anexo I a este Regulamento.

Parágrafo Primeiro - As operações de aquisição dos Direitos Creditórios pelo FUNDO serão consideradas formalizadas somente após a celebração de Contrato de Cessão e recebimento do

Termo de Cessão, firmados pelo FUNDO com as Cedentes devidamente assinados, bem como atendidos todos e quaisquer procedimentos descritos neste Regulamento. As Cedentes poderão responder solidariamente com seus devedores pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao FUNDO, nos termos dos respectivos Contratos de Cessão.

Parágrafo Segundo - Na hipótese do Direito Creditório perder qualquer Critério de Elegibilidade após sua aquisição pelo FUNDO, ou seja, cumpridos todos os procedimentos descritos neste Regulamento e registrados no sistema do Custodiante, não haverá direito de regresso contra a Administradora ou a Consultora, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo por parte destes.

CAPÍTULO XII – DOS PROCEDIMENTOS DE CESSÃO

Artigo 70 - Para a formalização das ofertas de Direitos Creditórios pela Cedente ao FUNDO, serão adotados os procedimentos descritos nos Artigos abaixo.

Artigo 71 - A Consultora será a centralizadora do recebimento de arquivos transmitidos pelas Cedentes selecionadas para cederem Direitos Creditórios ao FUNDO. Em tais arquivos, deverá constar a relação dos Direitos Creditórios ofertados, oriundos de operações realizadas nos segmentos financeiro, comercial, industrial, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços realizados pela Cedente, o valor de face dos mesmos, as datas dos seus vencimentos e os dados dos devedores.

Artigo 72 - A Consultora recepcionará a relação dos Direitos Creditórios ofertados não havendo qualquer restrição da Gestora, considerará os Direitos Creditórios passíveis de cessão ao Fundo, devendo transmitir ao Custodiante, através de arquivo eletrônico em formato (“layout”) específico, contemplando, além dos dados recebidos da Cedente, o valor pelo qual os Direitos Creditórios serão cedidos ao FUNDO.

Artigo 73 - Após recebimento do arquivo eletrônico pelo Custodiante, a mesma averiguará se a aquisição pelo FUNDO dos Direitos Creditórios passíveis de cessão é compatível com as obrigações passivas do FUNDO estabelecidas em seu Regulamento e no Contrato de Cessão, considerados o fluxo de caixa existente e a remuneração dessas obrigações passivas, conforme Taxa Mínima de Cessão. Por sua vez, o Custodiante validará os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento.

Artigo 74 - Verificada a compatibilidade e validade dos Direitos Creditórios nos termos acima, assinado o Contrato de Cessão, a Administradora comandará a emissão do respectivo Termo de Cessão, preferencialmente em forma eletrônica.

Artigo 75 - A Gestora acompanhará todo o procedimento de oferta e cessão.

Artigo 76 - O pagamento dos Direitos Creditórios será realizado mediante o crédito dos valores correspondentes ao preço da cessão, pela Administradora, atuando por conta e ordem do FUNDO, na Data de Aquisição.

Parágrafo Único - Não é admitido o pagamento de cessão de Direito Creditório para contas de pessoas que não sejam as próprias Cedentes dos Direitos Creditórios (de terceiros, estranhos aos negócios realizados de venda e compra dos recebíveis).

CAPÍTULO XIII – DOS FATORES DE RISCO

Artigo 77 - Não obstante a diligência da Administradora, da Gestora e da Consultora em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do FUNDO estão, por sua natureza, sujeitos a diversos tipos de riscos e, mesmo que a Administradora e a Gestora mantenham sistemas de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perda total do capital investido pelos cotistas no FUNDO.

Artigo 78 - Os Ativos Financeiros e Direitos Creditórios que compõem a carteira do FUNDO estão sujeitos aos seguintes fatores de risco:

I – Risco de crédito: consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros pelos emissores e coobrigados dos ativos ou pelas contrapartes das operações do FUNDO, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução dos ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a carteira do FUNDO.

II – Risco de liquidez: consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos Ativos Financeiros integrantes da carteira do FUNDO nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a Gestora poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o FUNDO, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos que podem, inclusive, obrigar a Gestora a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Esses fatores podem prejudicar o pagamento de resgate e/ou amortização aos cotistas do FUNDO.

III – Risco de mercado: consiste no risco de flutuação dos preços e da rentabilidade dos Ativos Financeiros do FUNDO, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações nas políticas econômicas monetária, fiscal ou cambial, e mudanças econômicas nacionais ou internacionais. As oscilações de preços podem fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes aos de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das Cotas e perdas aos cotistas.

IV – Risco de concentração: A Gestora buscará diversificar a carteira do FUNDO e deverá observar os Limites de Concentração do FUNDO de que trata o Artigo 56 deste Regulamento. No entanto, a política de investimentos do FUNDO admite i) a aquisição/ou manutenção na carteira do FUNDO de concentração em títulos públicos e privados; e ii) a aquisição e/ou manutenção na carteira do FUNDO de Direitos Creditórios de apenas uma Cedente nos primeiros 90 (noventa) dias de funcionamento do FUNDO. O risco associado às aplicações do FUNDO é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do FUNDO em um único emissor de títulos, ou em Direitos Creditórios cujo devedor seja um único devedor, maior será a vulnerabilidade do FUNDO em relação ao risco de crédito desse emissor ou devedor.

V – Risco de descasamento: Os Direitos Creditórios componentes da carteira do FUNDO são contratados a taxas pré-fixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo FUNDO para as Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Mezanino, quando houver, terão determinado *Benchmark* de taxa de juros. Neste caso, se, de maneira excepcional, a taxa de juros se elevar substancialmente, os recursos do FUNDO podem ser insuficientes para assegurar parte ou a

totalidade da rentabilidade almejada para as Cotas Seniores e para as Cotas Subordinadas Mezanino.

VI - Risco da liquidez da Cota no mercado secundário: O FUNDO é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o resgate das Cotas do FUNDO, em situações de normalidade, só poderá ser feito ao término do prazo de duração de cada série ou classe, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o cotista resolva desfazer-se de suas Cotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de cotas de fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, não apresenta alta liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas Cotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor.

VII – Risco de inexistência de mercado secundário para negociação de Direitos Creditórios: O FUNDO deve aplicar seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios. No entanto, pela sua própria natureza, a aplicação em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento de renda fixa. Não existe, no Brasil, por exemplo, mercado ativo para compra e venda de Direitos Creditórios. Assim, caso seja necessária a venda dos Direitos Creditórios da carteira do FUNDO, como nas hipóteses de liquidação previstas neste Regulamento, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda de patrimônio ao FUNDO, bem como afetar adversamente a rentabilidade das Cotas.

VIII - Risco de descontinuidade: A existência do FUNDO no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos Creditórios nos termos de cada um dos Contratos de Cessão. Conforme previsto neste Regulamento, poderá haver a liquidação antecipada do FUNDO em situações pré-determinadas ou mediante deliberação da Assembleia Geral. Tal situação pode acarretar o desenquadramento da carteira do FUNDO, bem como gerar dificuldades à Administradora e a Consultora em identificar Direitos de Crédito que estejam de acordo com os Critérios de Elegibilidade nos termos deste Regulamento em tempo hábil. Desse modo, os cotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos que detinham aplicados no FUNDO com a mesma remuneração proporcionada pelo FUNDO, não sendo devida, entretanto, pelo FUNDO, pela Administradora, pela Consultora ou pelas Cedentes dos Direitos Creditórios qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

IX - Risco de resgate das Cotas do FUNDO em Direitos Creditórios: Na ocorrência de uma das hipóteses de liquidação antecipada do FUNDO, há previsão neste Regulamento de que as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Mezanino poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios. Nessa hipótese, os cotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos Creditórios recebidos do FUNDO ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos Creditórios e poderão sofrer prejuízos patrimoniais.

X - Risco tributário: Este pode ser definido como o risco de perdas devido à criação de tributos, nova interpretação ou ainda de interpretação diferente que venha a se consolidar sobre a incidência de quaisquer tributos, obrigando o FUNDO a novos recolhimentos, ainda que relativos a operações já efetuadas.

XI - Risco Relacionado a Fatores Legais e Regulatórios: O FUNDO está sujeito a riscos decorrentes das eventuais restrições de natureza legal ou regulatória que possam afetar adversamente a validade da constituição e da cessão dos Direitos Creditórios para o Cedente, bem como o comportamento do conjunto dos Direitos Creditórios cedidos e os fluxos de caixa a serem gerados.

XII – Risco de guarda da documentação relativa aos Direitos Creditórios: O Custodiante será responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios da Operação relativos aos Direitos Creditórios. Todavia o Custodiante contratou o Depositário para que realize a guarda do original dos Documentos Comprobatórios da Operação que tenham sido

emitidos em suporte analógico. Mesmo que o Custodiante possua regras e procedimentos adequados, por escrito e passíveis de verificação e que o contrato de prestação garanta o efetivo controle do Custodiante sobre a movimentação dos Documentos Comprobatórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo sob guarda do Depositário, a guarda da documentação por terceiro pode representar uma limitação ao FUNDO. Nos termos do parágrafo segundo do Artigo 19 deste Regulamento, o Custodiante realizará, diretamente, ou através de terceiro contratados, verificação periódica da documentação referente aos Direitos Creditórios. Uma vez que essa verificação é realizada após a cessão dos Direitos Creditórios ao FUNDO, a carteira do FUNDO poderá conter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios da Operação apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo FUNDO, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios.

XIII – Risco pela ausência do registro em cartório das cessões de Direitos Creditórios ao FUNDO: Por se tratar de um FUNDO que poderá adquirir Direitos Creditórios de uma multiplicidade de Cedentes domiciliadas em diversas localidades no território brasileiro, o FUNDO adota como política não registrar os Contratos de Cessão e seus Termos de Cessão em cartório de registro de títulos e documentos em função dos custos do registro. Assim sendo, a não realização do referido registro, ou a não utilização de instrumento público para a formalização dos Contratos de Cessão e/ou Termo de Cessão e anexos poderá representar risco ao FUNDO em relação a créditos reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos pelas Cedentes a mais de um cessionário. O FUNDO não poderá reclamar Direitos Creditórios cedidos a terceiros ou valores em relação a Direitos Creditórios cedidos pagos por devedores a terceiros de boa fé adquirentes dos mesmos Direitos Creditórios cedidos ao FUNDO. O FUNDO poderá sofrer perdas, não podendo a Administradora ser de qualquer forma responsabilizados por tais perdas.

XIV - Ausência de classificação de risco das Cotas: O FUNDO poderá emitir Cotas Subordinadas e séries de Cotas Seniores que não possuam classificação de risco emitida por agência classificadora de risco, desde que permitido pela regulamentação aplicável, o que pode dificultar a avaliação, por parte dos investidores, da qualidade do crédito representado pelas Cotas e com a capacidade do FUNDO em honrar com os pagamentos das Cotas. Além disso, a ausência de classificação de risco pode restringir a negociação dessas Cotas no mercado secundário a um número menor de investidores e, assim, reduzir a liquidez destas nesse mercado. Caso os titulares das Cotas Seniores ou das Cotas Subordinadas Mezanino desejem se desfazer de seu investimento antes do prazo de vencimento, podem ser obrigados a oferecer descontos substanciais para vendê-las no mercado secundário, realizando uma perda de parte de seu vencimento. Não há garantias de que os investidores conseguirão se desfazer de seus investimentos antes do prazo de vencimento destas cotas.

XV - Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos: O FUNDO também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do FUNDO, (b) inadimplência dos emissores dos ativos e/ou devedores, e (c) incremento significativo nas solicitações de resgates de cotas seniores. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os Cotistas e atrasos nos pagamentos dos resgates.

XVI - Titularidade dos Direitos Creditórios: O FUNDO é uma comunhão de recursos que tem por objeto a aquisição de Direitos de Creditórios, e suas Cotas representam porções ideais de seu patrimônio líquido. Deste modo, a titularidade das Cotas não confere ao cotista

propriedade ou qualquer outro direito que possa ser exercido diretamente sobre os Direitos de Creditórios ou sobre os Ativos Financeiros que integram a carteira do FUNDO. Em caso de liquidação antecipada do FUNDO, poderá haver resgate de Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios, nas hipóteses previstas no Regulamento, e neste caso, a propriedade dos Direitos Creditórios será transferida do FUNDO para os cotistas. Não caberá ao cotista a escolha dos Direitos Creditórios que lhe serão atribuídos por ocasião do resgate de Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios.

XVII - Risco decorrente da multiplicidade de Cedentes: O FUNDO está apto a adquirir Direitos Creditórios de titularidade de múltiplas Cedentes. Tais Cedentes não são previamente conhecidas pelo FUNDO, pela Administradora, de forma que eventuais problemas de natureza comercial entre as Cedentes e os respectivos devedores podem não ser previamente identificados pelo FUNDO, pela Administradora. Caso os Direitos Creditórios cedidos não sejam pagos integralmente pelos respectivos devedores em decorrência de qualquer problema de natureza comercial entre o devedor e a respectiva Cedente, tais como (i) defeito ou vício do produto ou (ii) devolução do produto que resulte no cancelamento da respectiva venda e as respectivas Cedentes não restituam ao FUNDO o montante em moeda corrente nacional correspondente ao valor dos referidos Direitos Creditórios, os resultados do FUNDO poderão ser afetados negativamente.

XVIII - Risco da Cobrança Judicial e Extrajudicial: Em se verificando a inadimplência nas obrigações dos pagamentos dos créditos cedidos ao FUNDO, poderá ser efetuada a cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Não há, contudo, garantia de que, em qualquer uma dessas hipóteses, as referidas cobranças atingirão os resultados almejados, nem de que o FUNDO recuperará a totalidade dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao FUNDO. O FUNDO, caso os custos da cobrança judicial sejam muito elevados, poderá optar por não efetuar tal cobrança judicial, o que poderá acarretar perda patrimonial para o FUNDO.

XIX – Riscos relacionados aos procedimentos de cobrança: os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extra judiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios de titularidade do FUNDO e à salvaguarda dos direitos, das garantias e das prerrogativas dos Cotistas são de inteira e exclusiva responsabilidade do FUNDO, devendo ser suportados até o limite do valor total das Cotas Subordinadas. A Administradora e a Consultora não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção de referidos procedimentos caso o FUNDO não disponha de recursos suficientes necessários para tanto.

XX - Demais riscos: O Regulamento prevê que os Direitos Creditórios deverão atender os Critérios e Elegibilidade, porém os Critérios de Elegibilidade poderão ser insuficientes ou inadequadas para garantir a liquidez dos Direitos Creditórios adquiridos pelo FUNDO. O FUNDO poderá incorrer no risco de os Direitos Creditórios serem alcançados por obrigações assumidas pelas Cedentes e/ou em decorrência de sua intervenção ou liquidação extrajudicial. Os principais eventos que podem afetar a cessão dos Direitos Creditórios consistem (i) na existência de garantias reais sobre os Direitos Creditórios, constituídas antes da sua cessão ao FUNDO, sem conhecimento do FUNDO, (ii) na existência de penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os Direitos Creditórios, ocorridas antes da sua cessão ao FUNDO e sem o conhecimento do FUNDO, (iii) na verificação, em processo judicial, de fraude contra credores ou fraude à execução praticadas pelas Cedentes, e (iv) na revogação da cessão dos Direitos Creditórios ao FUNDO, quando restar comprovado que tal cessão foi praticada com a intenção de prejudicar os credores das Cedentes. Nestas hipóteses os Direitos Creditórios cedidos ao FUNDO poderão ser alcançados por obrigações das Cedentes e o patrimônio do FUNDO poderá ser afetado negativamente. A propriedade das Cotas não confere aos cotistas propriedade direta sobre os Direitos Creditórios. Os direitos dos cotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de

Cotas possuídas. O FUNDO também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos, tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas regras aplicáveis aos Ativos Financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira do FUNDO, alteração na política econômica, decisões judiciais, etc.

CAPÍTULO XIV - COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Artigo 79 - A Consultora, em nome do FUNDO, será responsável pela comunicação aos devedores, da cessão dos Direitos Creditórios para o FUNDO até em 3 (três) dias após a realização da cessão.

Artigo 80. A comunicação poderá ser realizada pelos Correios, por meio de carta com aviso de recebimento (AR), ou através de e-mail que utilize o sistema Comprova de certificação digital de envio, recebimento, conteúdo e leitura (www.comprova.com).

Artigo 81 - A forma de cobrança dos Direitos Creditórios representados por duplicatas e/ou contratos de compra e venda, e/ou de prestação de serviços será através de: i) boletos bancários, tendo o FUNDO por favorecido; e ii) crédito pelos devedores em conta corrente do FUNDO mantida junto ao Banco Cobrador ou junto à Administradora, conforme o caso, ou, ainda, crédito pelos devedores em uma *conta escrow* gerenciada pela Administradora nos termos do inciso VII do Artigo 19 deste Regulamento.

Parágrafo Único – Os recursos do FUNDO que estiverem na conta corrente mantida na Administradora e que não foram utilizados na aquisição de Direitos Creditórios ou alocados em Ativos Financeiros, ao final do dia, deverão ser transferidos para conta corrente do FUNDO no Banco Cobrador.

Artigo 82 - Os Direitos Creditórios representados por cheque serão custodiados em conta corrente de titularidade do FUNDO junto ao Banco Cobrador e serão pagos, nesta conta, por meio do sistema de compensação bancária.

Artigo 83 - A cobrança dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos será realizada pela Consultora.

Artigo 84 - Os Direitos Creditórios poderão ser protestados e cobrados inclusive judicialmente. Todas as despesas de cobrança, inclusive judiciais, serão suportadas pelo FUNDO.

Artigo 85 - As instruções de cobrança dos Direitos Creditórios deverão respeitar a seguinte Política de Cobrança:

- I – As instruções de protesto, prorrogação, baixa, cancelamento de protesto e abatimento serão enviadas diretamente pela Administradora ao Banco Cobrador;
- II – As comunicações aos cartórios de protesto de títulos serão realizadas pela Administradora;
- III – Havidas todas as medidas cabíveis amigavelmente e por meios administrativos, a Consultora ou a empresa de cobrança por ela nomeada poderá ser indicado um advogado que responderá pela cobrança do devedor em juízo, ficando a Administradora obrigada a outorgar em nome do FUNDO o respectivo mandato *ad-judicia*.

Parágrafo Único - Os Cedentes e/ou a Consultora deverão transferir ao FUNDO, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da verificação de seu recebimento, quaisquer valores que

eventualmente venha a receber dos devedores, sem qualquer dedução ou desconto, a qualquer título.

CAPÍTULO XV - DAS COTAS

Artigo 86 - As Cotas do FUNDO serão escriturais, sendo mantidas em contas de depósito em nome de seus respectivos titulares, não sendo resgatáveis, exceto na hipótese de liquidação antecipada do FUNDO, sendo admitida, ainda, sua amortização, total ou parcial, nos termos estabelecidos neste Regulamento.

Parágrafo Primeiro - O valor mínimo de aplicação em Cotas Seniores estará especificado nos respectivos Suplementos, sendo que o valor mínimo de aplicação em Cotas Subordinadas será de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Parágrafo Segundo - A qualidade de cotista caracteriza-se pela abertura de conta de depósito em seu nome.

Artigo 87 - As Cotas Seniores poderão ser transferidas a qualquer tempo para a custódia fiduciária da CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia e/ou da CETIP mediante solicitação do cotista à Administradora, que responde pela escrituração das mesmas.

Parágrafo único - O pagamento das Cotas Seniores custodiadas na CBLC ou na CETIP serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CBLC ou da CETIP, conforme o caso.

Artigo 88 - As Cotas Seniores terão uma única classe, podendo ser divididas em séries com valores e prazos diferenciados para amortização, resgate e remuneração, definidos em Suplemento específico de cada série, cujo modelo é Anexo II deste Regulamento.

Parágrafo Primeiro - As Cotas Seniores terão prioridade nos pagamentos de amortização e/ou resgate sobre as Cotas Subordinadas, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Cotas Seniores de qualquer série.

Parágrafo Segundo - Cada série de Cotas Seniores terá as mesmas características e conferirá a seus titulares iguais direitos e obrigações.

Artigo 89 – O Fundo poderá emitir subclasses de Cotas Subordinadas.

Artigo 90 - A integralização, a amortização e o resgate de Cotas do FUNDO podem ser efetuados via TED ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN.

Parágrafo Primeiro - Em se tratando de Cotas Subordinadas, a integralização, a amortização e o resgate podem ser efetuados em Direitos Creditórios.

Parágrafo Segundo - Para as Cotas Seniores, não é admissível a integralização ou amortização em Direitos Creditórios, mas o resgate pode ser feito em Direitos Creditórios na hipótese de liquidação antecipada do FUNDO.

Parágrafo Terceiro - Os titulares das Cotas não poderão, sob nenhuma hipótese, exigir do FUNDO o resgate de suas Cotas em termos outros que não os expressamente previstos neste Regulamento.

Parágrafo Quarto - É vedada a afetação ou a vinculação, a qualquer título, de parcela do patrimônio do FUNDO a qualquer classe ou série de Cotas.

Artigo 91 - Ocorrendo feriado de âmbito estadual ou municipal na praça sede da Administradora, a aplicação, efetivação de amortização ou de resgate será realizada no primeiro Dia Útil subsequente com base no valor da Cota deste dia para aplicação e no valor da Cota no Dia Útil imediatamente anterior para amortização e resgate. Da mesma forma, considerar-se-á feito o pedido de aplicação, amortização ou resgate no primeiro Dia Útil subsequente.

Parágrafo único. Os feriados estaduais ou municipais na sede da Administradora em nada afetarão a realização de aplicações, resgates ou amortizações do FUNDO.

CAPÍTULO XVI - DA EMISSÃO

Artigo 92 - Na emissão de Cotas do FUNDO, deve ser utilizado o valor da Cota em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

Artigo 93 - No ato da subscrição das Cotas, o subscritor assinará Boletim de Subscrição, que será autenticado pela Administradora. Do Boletim de Subscrição constarão as seguintes informações:

- I - nome e qualificação do subscritor;
- II - número e classe de Cotas subscritas; e
- III - preço e condições para sua integralização.

Artigo 94 - Mediante aprovação da Assembleia Geral, novas séries Cotas Seniores ou classes de Cotas Subordinadas do FUNDO poderão ser emitidas, desde que observados os procedimentos exigidos pela regulamentação da CVM e as normas deste Regulamento, cabendo a respectiva Assembleia Geral decidir sobre a realização de oferta pública das mesmas, sendo que esta oferta poderá ser realizada nos termos da Instrução CVM 400 ou ser com esforços restritos, nos termos previstos na Instrução CVM 476, ficando as regras de distribuição estipuladas no respectivo Suplemento.

Parágrafo único - Não haverá direito de preferência dos Cotistas do FUNDO na aquisição e subscrição das eventuais novas séries de Cotas Seniores ou classes de Cotas Subordinadas mencionadas no *caput*.

Artigo 95 - O prazo para subscrição das Cotas Seniores será definido em Suplemento específico, observada as disposições normativas aplicável a modalidade de distribuição da respectiva série.

Parágrafo Primeiro - A CVM, em virtude de solicitação fundamentada, a seu exclusivo critério, poderá prorrogar o prazo previsto no parágrafo anterior por outro período, no máximo igual ao prazo inicial.

Parágrafo Segundo - O saldo de Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino não colocado será cancelado.

Artigo 96 - O FUNDO poderá realizar distribuição concomitante de classes e séries distintas de Cotas, em quantidades e condições previamente estabelecidas no respectivo Suplemento, anúncio de

início de distribuição de Cotas e no prospecto do FUNDO, se houver observado o disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável.

Artigo 97 - O preço de subscrição das Cotas poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para amortização desde que uniformemente aplicado para todos os subscritores e apurado através de procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.

Artigo 98 - Para o cálculo do número de Cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Administradora quaisquer taxas ou despesas.

CAPÍTULO XVII - DA DISTRIBUIÇÃO

Artigo 99 - Exceto na hipótese de distribuição pública de Cotas do FUNDO com dispensa de requisitos ou de registro nos termos Instrução CVM 400 e da Instrução CVM 476 a distribuição das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino será precedida de registro específico na CVM e da publicação de anúncio de início de distribuição contendo todas as informações exigidas na regulamentação expedida pela CVM.

Artigo 100 - Cada classe ou série de Cotas do FUNDO destinada à colocação pública deve ser avaliada por agência classificadora de risco em funcionamento no país.

Artigo 101 - Caso ocorra o rebaixamento da classificação de risco de uma série de Cotas Seniores do FUNDO, serão adotados os seguintes procedimentos:

- I - comunicação a cada cotista das razões do rebaixamento, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, através de publicação no Periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO ou através de correio eletrônico;
- II - envio a cada cotista de correspondência ou correio eletrônico contendo cópia do relatório da empresa de classificação de risco que deliberou pelo rebaixamento.

CAPÍTULO XVIII - DA AMORTIZAÇÃO, DA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE

Artigo 102 - As Cotas Subordinadas Júnior poderão ser amortizadas e resgatadas em Direitos Creditórios.

Artigo 103 - As Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Mezanino poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada do FUNDO.

Artigo 104 - As Cotas Subordinadas Júnior somente poderão ser amortizadas (total ou parcialmente) ou resgatadas após a amortização (total ou parcial) ou resgate de todas as Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino.

Parágrafo Primeiro - Excetua-se do disposto no *caput* deste Artigo a hipótese de amortização de Cotas Subordinadas Júnior prevista no Artigo 108 deste Regulamento.

Parágrafo Segundo - A amortização das Cotas Subordinadas Júnior deverá respeitar a relação entre Cotas Seniores e patrimônio líquido do FUNDO definida no Artigo 108 deste Regulamento, enquanto houver Cotas Seniores em circulação.

Parágrafo Terceiro - O cronograma de pagamento das amortizações de Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino obedecerá ao estabelecido no respectivo Suplemento.

Artigo 105 - A amortização das Cotas do FUNDO poderá ocorrer antes do prazo previsto nas seguintes hipóteses:

- I - impossibilidade do FUNDO adquirir Direitos Creditórios admitidos por sua política de investimento;
- II - o patrimônio líquido do FUNDO se tornar igual à soma do valor de todas as Cotas Seniores; e/ou
- III - em se tratando de Cotas Subordinadas Júnior, quando ocorrer a hipótese prevista no Artigo 106 deste Regulamento.

Parágrafo Único - A antecipação do início da amortização de Cotas do FUNDO será operacionalizada mediante comunicação através de publicação no Periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO ou através de correio eletrônico aos Cotistas enviado com 15 (quinze) dias de antecedência em relação à data da efetivação da amortização.

Artigo 106 - Independente das amortizações previstas neste Regulamento, na hipótese do montante total de Cotas Subordinadas Júnior superar o percentual de 22% (vinte e dois por cento) do valor total do patrimônio líquido do FUNDO, estas poderão ser amortizadas, observados os seguintes critérios: (a) a partir da data da primeira integralização de Cotas do FUNDO, trimestralmente a Administradora fará a verificação da ocorrência ou não desta hipótese de amortização; e (b) as Cotas Subordinadas Júnior serão amortizadas visando exclusivamente o reequilíbrio da relação e observando, no que couber, as demais disposições deste Regulamento.

Parágrafo Primeiro – O percentual para as amortizações referentes às Cotas Subordinadas Júnior previsto no caput deste artigo receberá acréscimos progressivos de 0,5% (meio por cento) semestralmente, sendo o início da contagem deste prazo a partir de 01 de Julho de 2016 e, portanto, o primeiro reajuste será devido em 01 Janeiro de 2017.

Parágrafo Segundo - Verificada a possibilidade de amortização de Cotas Subordinadas Júnior nos termos do caput, a Administradora terá até 15 (quinze) dias para realizar o pagamento das amortizações extraordinárias.

Artigo 107 - O resgate de Cotas somente ocorrerá no término do prazo de duração do FUNDO ou de cada série ou classe de Cotas ou ainda no caso de liquidação antecipada.

Artigo 108 – O pagamento das amortizações ou dos resgates de Cotas do FUNDO será realizado no dia 15 (quinze) do respectivo mês ou no primeiro Dia Útil subsequente da praça em que a Administradora está sediada.

Artigo 109 - Na amortização ou resgate de Cotas será utilizado o valor da cota em vigor no Dia Útil imediatamente anterior ao do pagamento respectivo, sendo que a Administradora deverá constituir reserva monetária formada com as disponibilidades diárias havidas com o recebimento: (i) do valor de integralização de Cotas; e/ou (ii) do valor dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros integrantes da carteira do FUNDO, destinada ao pagamento da próxima amortização ou resgate de Cotas Seniores, de acordo com o seguinte cronograma:

- (a) até 20 (vinte) dias antes de cada data de amortização ou data de resgate, o saldo da reserva

deverá ser equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor integral da amortização ou resgate atualizado até a data da constituição da reserva; e

(b) até 10 (dez) dias antes de cada data de amortização ou data de resgate, o saldo da reserva deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor integral da amortização ou resgate atualizado até a data da constituição da reserva.

Parágrafo Primeiro - Caso a Administradora não consiga formar a Reserva de Amortização de acordo com o descrito no “caput”, a Administradora deverá interromper a aquisição de Direitos Creditórios elegíveis até que a respectiva Reserva de Amortização seja devidamente constituída.

Parágrafo Segundo - Os recursos da Reserva de Amortização serão exclusivamente alocados pela Administradora na aquisição dos Ativos Financeiros indicados no Artigo 53 deste Regulamento. Os rendimentos auferidos pelas aplicações da Reserva de Amortização serão revertidos exclusivamente ao FUNDO.

CAPÍTULO XIX - DA NEGOCIAÇÃO DAS COTAS

Artigo 110 - As Cotas poderão ser registradas para distribuição primária no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos e, para negociação no mercado secundário, no SF - Módulo de Fundos, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, nos termos da legislação vigente, observado que: (i) os cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência das Cotas de que são titulares; e (ii) caberá, exclusivamente, aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Cotas sejam Investidores Qualificados e enquadrados no público alvo do FUNDO.

Parágrafo único - As Cotas objeto de oferta pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, nos mercados regulamentados de valores mobiliários, depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição pelo Cotista.

Artigo 111 - Caso, a critério da Administradora, futuramente, o FUNDO venha a realizar distribuições públicas, e as Cotas venham a ser registradas em bolsa de valores ou sistema de balcão organizado, a negociação das Cotas dependerá (i) do prévio registro na CVM, nos termos do art. 2º da Instrução CVM 400; e (ii) da obtenção de uma classificação de risco das Cotas por agência classificadora de risco atuante no país.

Artigo 112 - Na hipótese de negociação privada de Cotas, (i) a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo cotista e o respectivo pagamento do preço será processado pela Administradora somente após a verificação, pelo intermediário que representa o adquirente, da condição de investidor qualificado do novo cotista; (ii) os cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas cotas.

Parágrafo único - Na transferência de titularidade das Cotas fora de bolsa ou mercado de balcão organizado, o alienante deverá apresentar o documento de arrecadação de receitas federais que comprove o pagamento do imposto de renda sobre o ganho de capital incidente na alienação ou declaração sobre a inexistência de imposto devido.

CAPÍTULO XX - DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Artigo 113 - O patrimônio líquido do FUNDO corresponde à soma algébrica do disponível com o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.

Parágrafo Único - Na subscrição de Cotas representativas do patrimônio inicial do FUNDO que ocorrer em data diferente da data de integralização definida no Boletim de Subscrição, será utilizado o valor da Cota de mesma classe em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

Artigo 114 - Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM 356, a relação mínima entre o patrimônio líquido do FUNDO e o valor das Cotas Seniores será de 200% (duzentos por cento) (“Razão de Garantia”). Isto quer dizer que o FUNDO deverá ter no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio representado por Cotas Subordinadas, sendo que deste percentual, no mínimo 20% (vinte por cento) do valor total patrimônio líquido do FUNDO deverão estar representados por Cotas Subordinadas Júnior. Esta relação será verificada mensalmente, no último Dia Útil de cada mês, pela Administradora.

Parágrafo Único - Na hipótese de inobservância do percentual mencionado no *caput* deste Artigo, por 5 (cinco) dias úteis consecutivos, será adotado o seguinte procedimento: no prazo de 10 (dez) dias contados da constatação do desenquadramento entre o valor das Cotas Seniores em relação ao patrimônio líquido do FUNDO, a Administradora deverá convocar Assembleia Geral para deliberar sobre a eventual liquidação antecipada do FUNDO, ficando assegurado a qualquer cotista detentor de Cotas Subordinadas Júnior o direito de evitar a liquidação do FUNDO, caso subscreva tantas Cotas Subordinadas Júnior quantas forem necessárias para recompor a Relação Mínima entre o patrimônio líquido do FUNDO e o valor total das Cotas Seniores.

Artigo 115 - O descumprimento de qualquer obrigação originária dos Direitos Creditórios pelos devedores e demais Ativos Financeiros componentes da carteira do FUNDO será atribuído às Cotas Subordinadas Júnior até o limite equivalente à somatória do valor total destas. Uma vez excedida a somatória de que trata este a inadimplência dos Direitos Creditórios de titularidade do FUNDO será atribuída às Cotas Subordinadas Mezanino, e não sendo suficiente, será atribuída às Cotas Seniores.

Artigo 116 - As séries de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Mezanino do FUNDO buscarão atingir *Benchmark* previsto no respectivo Suplemento de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Mezanino.

Parágrafo Primeiro: Depois de atingido o *Benchmark* das Cotas Seniores, o excedente da rentabilidade será destinado às Cotas Subordinadas, na seguinte ordem:

- a) Primeiramente para as Cotas Subordinadas Mezanino até o limite de máximo de rentabilidade definido no respectivo Suplemento; e
- b) Depois para as Cotas Subordinadas Júnior, as quais não possuem limitação máxima de rentabilidade.

Parágrafo Segundo: Conforme acima determinado, uma vez atingido o *Benchmark* definido para cada série de Cotas Seniores emitidas, toda a rentabilidade a ele excedente será atribuída primeiramente às Cotas Subordinadas Mezanino, observado o limite ora previsto no respectivo Suplemento, e o excedente será destinado às Cotas Subordinadas Júnior, razão pela qual estas cotas poderão apresentar valores diferentes entre si e diferentes das Cotas Seniores.

CAPÍTULO XXI - DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS

Artigo 117 - Para efeito da determinação do valor da carteira, devem ser observadas as normas e os procedimentos previstos abaixo e na legislação em vigor.

Artigo 118 - As Cotas do FUNDO terão seu valor calculado todo Dia Útil mediante a utilização de metodologia de apuração do valor dos Direitos Creditórios e dos demais Ativos Financeiros integrantes da respectiva carteira, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados ao devedor, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, adotando-se, sempre quando houver, o valor de mercado, observando-se a seguinte metodologia:

I - Os ativos adquiridos com a intenção de serem mantidos até o respectivo vencimento deverão ser classificados como “títulos mantidos até o vencimento”. Os demais ativos deverão ser classificados na categoria “títulos para negociação”;

II - Os ativos classificados como “títulos para negociação” serão marcados a mercado, diariamente, nos termos da legislação em vigor, observado que:

- a) a verificação do valor de mercado dos Ativos Financeiros do FUNDO terá como referência os preços praticados em operações realizadas com ativos e mercados semelhantes aos dos Ativos Financeiros do FUNDO, levando em consideração volume, coobrigação e prazo; devendo ser utilizado como parâmetro o preço médio de negociação do ativo no dia da apuração em seus respectivos mercados; independentemente dos preços praticados pela Administradora em suas mesas de operação; e
- b) na precificação dos Ativos Financeiros deverá ser computada a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período;

III - Os Ativos Financeiros do FUNDO classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” serão avaliados da seguinte forma:

- a) pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período;
- b) a apropriação dos rendimentos deve ser efetuada considerados os dias úteis entre a data da aquisição do Direito Creditório até a data do seu vencimento, excluído o dia da aquisição e incluído o dia do vencimento; e
- c) o rendimento do Direito Crédito é a diferença entre o valor de aquisição e o valor do Direito Creditório apurado na data de seu vencimento.

Parágrafo Primeiro. Todos os Direitos Creditórios adquiridos pelo FUNDO serão classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” para efeito de avaliação, e serão avaliados conforme a metodologia exposta no inciso III deste Artigo.

Parágrafo Segundo. Todos os demais ativos adquiridos pelo FUNDO, ou seja, a parte do patrimônio líquido que não estiver alocada em Direitos Creditórios, serão classificados na categoria “títulos para negociação”, e serão avaliados conforme a metodologia exposta no inciso II deste Artigo.

Artigo 119 - Para a provisão dos valores referentes aos Direitos Creditórios vencidos e não pagos será observada a seguinte regra:

- I – Até o 15º (décimo quinto) dia de atraso não será realizada qualquer provisão;
- II – Para cada dia decorrido a partir do 16º (décimo sexto) dia de atraso, será provisionado o valor correspondente a 1/30 (um trinta avos) do valor de face do título;
- III – A partir do 45º (quadragésimo quinto) dia contado desde o vencimento do título, o valor da provisão corresponderá ao valor de face do mesmo.

Artigo 120 - As Cotas devem ser registradas pelo valor respectivo para amortização ou resgate, respeitadas as características de cada classe ou série, se houver.

CAPÍTULO XXII - DOS ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 121 - Constituem encargos do FUNDO, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pela Administradora:

- I - taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;
- II - despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- III - despesas com correspondências de interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos cotistas;
- IV - honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do FUNDO e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- V - emolumentos e comissões pagas sobre as operações do FUNDO;
- VI - honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- VII - quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do FUNDO ou à realização de Assembleia Geral;
- VIII - taxas de custódia de ativos do FUNDO;
- IX - contribuição devida às bolsas de valores ou a entidades de mercado de balcão organizado em que o FUNDO tenha suas Cotas admitidas à negociação;
- X - despesas com a contratação de agência classificadora de risco;
- XI - despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas, como representante dos cotistas; e
- XII - despesas com a contratação de agente de cobrança.

Parágrafo Único - Quaisquer despesas não previstas neste Artigo como encargos do FUNDO devem correr por conta da instituição Administradora.

CAPÍTULO XXIII – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E LIQUIDAÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA

Artigo 122. São considerados Eventos de Avaliação:

- I – inobservância, pela Consultora, dos deveres e das obrigações previstas neste Regulamento, desde que, notificado para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 2 (dois) Dias Úteis, contados do recebimento da referida notificação;

II - inobservância, pela Administradora, dos deveres e das obrigações previstos no Regulamento, conforme o caso, verificado pelos cotistas, desde que, notificada por estes para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados do recebimento da referida notificação;

III - na hipótese de serem realizados pagamentos de amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento;

IV – inobservância dos índices de subordinação mínimos estipulados neste regulamento por um período de 5 (cinco) dias consecutivos;

V – índice mensal de recompra dos títulos adquiridos superior a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do FUNDO;

VII – Mudança do controle societário da Consultora que implique em saída ou impedimento do sócio Paulo Ricardo C. de Oliveira;

VIII – Caso os Direitos Creditórios vencidos e não pagos por período superior a 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data de seus respectivos vencimentos, atinjam 9% (nove por cento) ou mais do patrimônio líquido do FUNDO.

Parágrafo Primeiro – Na ocorrência de um Evento de Avaliação, o FUNDO não estará sujeito à liquidação automática, devendo a Administradora convocar a Assembleia Geral para deliberar sobre o grau de comprometimento das atividades do FUNDO em razão do Evento de Avaliação, podendo deliberar: (i) pela não liquidação do FUNDO, ou (ii) que o Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, devendo a Administradora, neste caso, convocar Assembleia Geral para deliberar pela liquidação do FUNDO.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de ocorrência e continuidade de um Evento de Avaliação, e até a eventual decisão de liquidação do FUNDO ou de retomada de suas atividades regulares, conforme venha a ser deliberado pela Assembleia Geral, a Administradora do FUNDO deverá suspender imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios.

Artigo 123 - Poderá haver a liquidação antecipada do FUNDO nas seguintes situações (“Eventos de Liquidação Antecipada”):

I - por deliberação de Assembleia Geral pela liquidação do FUNDO;

II – em caso de impossibilidade do FUNDO adquirir Direitos Creditórios admitidos por sua política de investimento;

III– no caso de oferta pública de Cotas Seniores, se o patrimônio líquido do FUNDO se tornar igual ou inferior à soma do valor de todas as Cotas Seniores; e

IV - cessação pela Consultora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Consultoria, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, nos termos do referido contrato.

Parágrafo Primeiro - Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá: (i) interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios; (iii) convocar uma Assembleia Geral, no prazo máximo de 05 (cinco) Dias Úteis, a contar da data da ocorrência do Evento de Liquidação, para deliberar sobre as medidas que serão adotadas visando preservar os direitos dos cotistas, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurado o resgate das Cotas Seniores detidas pelos cotistas dissidentes, no caso de decisão da Assembleia Geral favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.

Parágrafo Segundo – A Assembleia Geral mencionada no parágrafo primeiro acima poderá ser realizada, quando aplicável, juntamente com a Assembleia Geral que deliberar que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação.

Parágrafo Terceiro - Caso a Assembleia Geral decida não liquidar o FUNDO, será assegurado aos cotistas detentores de Cotas Seniores dissidentes, desde que se manifestem formalmente até o encerramento da respectiva Assembleia Geral, o resgate das Cotas Seniores por eles detidas, pelo seu valor, na forma prevista no Suplemento e neste Regulamento.

Artigo 124 - Na ocorrência de liquidação antecipada do FUNDO, as Cotas poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios, devendo ser observado, no que couber, o disposto neste Regulamento.

Artigo 125 - Na hipótese de liquidação do FUNDO, os titulares de Cotas Seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos valores previstos para amortização ou resgate da respectiva série e no limite desses mesmos valores, na data da liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Cotas Seniores.

Artigo 126 - Nas hipóteses de liquidação do FUNDO, o auditor independente deverá emitir parecer sobre a demonstração da movimentação do patrimônio líquido, compreendendo o período entre a data das últimas demonstrações financeiras auditadas e a data da efetiva liquidação do FUNDO, manifestando-se sobre as movimentações ocorridas no período.

Artigo 127. Após a partilha ativo, a Administradora deverá promover o cancelamento do registro do FUNDO, mediante o encaminhamento à CVM, no prazo de 15 (quinze) dias, da seguinte documentação:

- I - o termo de encerramento firmado pela Administradora em caso de pagamento integral aos cotistas ou a ata da Assembleia Geral que tenha deliberado a liquidação do FUNDO, quando for o caso;
- II - a demonstração de movimentação de patrimônio do FUNDO, acompanhada do parecer do auditor independente; e
- III - o comprovante da entrada do pedido de baixa de registro no CNPJ do FUNDO perante a Receita Federal

CAPÍTULO XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 128 - Todas as disposições contidas neste Regulamento implicando qualquer tipo de obrigação de dar, fazer ou não fazer a ser realizada pelo FUNDO, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.

Artigo 129 - A cessão de Direitos Creditórios pelo FUNDO para qualquer pessoa, inclusive para efeitos de dação em pagamento, somente poderá ser realizada em caráter definitivo e sem direito de regresso ou coobrigação do FUNDO ou da Administradora.

Artigo 130 - Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 30 de dezembro de 2015.

**PETRA – PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S/A**
Administradora

ANEXO I- DEFINIÇÕES

DEFINIÇÕES

Os termos iniciados em letra maiúscula e utilizados neste Regulamento (estejam no singular ou no plural), que não estejam definidos neste Regulamento, tem os significados a eles atribuídos no Contrato de Cessão.

<u>Administradora:</u>	É a PETRA - Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 1842, Torre Norte, 1º andar, conjuntos 17 e 18, Bela Vista, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.317.692/0001-94;
<u>Anexos:</u>	São os anexos deste Regulamento;
<u>Assembleia Geral:</u>	É a Assembleia Geral de cotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo VII Regulamento;
<u>Ativos Financeiros:</u>	São os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos de Crédito, que compõem o patrimônio líquido do FUNDO;
<u>BACEN:</u>	É o Banco Central do Brasil;
<u>Banco Cobrador:</u>	Instituição financeira com carteira comercial contratada pelo FUNDO para acolher os pagamentos dos boletos bancários e cobrança bancária dos Direitos Creditórios após instrução da Administradora;
<u>Benchmark:</u>	É a meta de rentabilidade prioritária que o FUNDO buscará atingir para as Cotas Seniores de cada série e para as Cotas Subordinadas Mezanino, conforme o disposto no respectivo Suplemento;
<u>BM&FBovespa:</u>	É a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros;
<u>Boletins de Subscrição:</u>	Documento assinado pelo subscritor que comprova a subscrição de Cotas do Fundo e estabelece direitos e obrigações relativas a subscrição e integralização de Cotas
<u>Cedentes:</u>	São empresas, sediadas no território nacional, indicadas pela Consultora, que cedam Direitos Creditórios ao FUNDO, na

	forma do Regulamento e do Contrato de Cessão;
<u>CETIP:</u>	É a CETIP S.A. – Mercados Organizados;
<u>CMN:</u>	É o Conselho Monetário Nacional;
<u>Contrato de Cessão:</u>	É cada um dos contratos que regulam as Cessões de Crédito para Fundo de Investimento em Direitos Creditórios celebrados entre o FUNDO, a Administradora e as Cedentes;
<u>Contrato de Cobrança:</u>	É o Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos Creditórios Inadimplidos e Outras Avenças, celebrado pelo Fundo representado por sua Administradora e a Consultora.
<u>Contrato de Consultoria:</u>	São os Contratos de Prestação de Serviços de Consultoria Especializada de Recebíveis e Outras Avenças, a serem celebrados entre o FUNDO e a Consultora;
<u>Contrato de Custódia:</u>	É o Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, celebrado pelo Fundo representado por sua Administradora e a Custodiante.
<u>Contrato de Depósito:</u>	É o Contrato de Prestação de Serviços de Depósito, celebrado pelo Custodiante e o Depositário.
<u>Contrato de Gestão:</u>	É o Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, celebrado pelo Fundo representado por sua Administradora e a Gestora.
<u>Cotas</u>	São as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas
<u>Cotas Seniores:</u>	São as cotas de classe sênior, emitidas pelo FUNDO, conforme definidas no Artigo 86 deste Regulamento, as quais possuem prioridade nos pagamentos de amortização e/ou resgate sobre as Cotas Subordinadas Mezanino e sobre as Cotas Subordinadas Júnior, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Cotas Seniores de qualquer série;

<u>Cotas Subordinadas:</u>	São as Cotas de classe subordinada que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do FUNDO;
<u>Cotas Subordinadas Júnior</u>	É a subclasse de cotas subordinada conforme definido no Artigo 89 do Regulamento;
<u>Cotas Subordinadas Mezanino</u>	É a subclasse de cotas subordinada conforme definido no Artigo 88 do Regulamento, as quais terão prioridade nos pagamentos de amortização e/ou resgate sobre as Cotas Subordinadas Júnior;
<u>Crítérios de Elegibilidade:</u>	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 67 do Regulamento;
<u>Consultora</u>	PRK FOMENTO MERCANTIL LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, estabelecida na Av. das Américas 1155, Sala 1807, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.926.569/0001-12;
<u>CVM:</u>	É a Comissão de Valores Mobiliários;
<u>Data de Aquisição:</u>	É a data da aquisição pelo Fundo dos Direitos Creditórios ofertados pelas Cedentes que atendam os Critérios de Elegibilidade;
<u>Depositário:</u>	É a Interfile Participações S.A., com sede em Taboão da Serra, Estado de São Paulo, na Avenida Paulo Ayres, nº. 40 e 70, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.227.893/0001-51, ou a Iron Mountain do Brasil S.A., com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Gonçalo Madeira, nº 401, inscrita no CNPJ sob o nº 04.120.966/0001-13;
<u>Dia Útil:</u>	Significa qualquer dia, de segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado ou na sede social da Administradora; e (ii) feriados de âmbito nacional;
<u>Direitos Creditórios:</u>	Significa o direito de crédito de titularidade de cada Cedente, expresso em moeda corrente nacional, decorrente de operações realizadas nos segmentos financeiro, comercial, industrial, de arrendamento mercantil e prestação de serviços, celebradas entre as Cedentes e os devedores ou entre os devedores, devidamente identificados pelo CPF/MF ou CNPJ/MF, representados por Documentos Comprobatórios

	da Operação, observado o disposto em cada Contrato de Cessão, e que se enquadrem na categoria de Direitos Creditórios performados, ou seja, cuja existência, validade e exequibilidade independam da prestação futura de qualquer contrapartida;
<u>Diretor Designado:</u>	É o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do FUNDO, bem como pela prestação de informações relativas ao FUNDO;
<u>Documentos Comprobatórios:</u>	São os documentos ou títulos representativos do respectivo Direito Creditório, representados por duplicatas escriturais e cheques, de titularidade das respectivas Cedentes;
<u>Eventos de Liquidação Avaliação:</u>	São as situações descritas no Artigo 122 do Regulamento;
<u>Eventos de Liquidação Antecipada:</u>	São as situações descritas no Artigo 123 do Regulamento;
<u>FUNDO:</u>	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 1º do Regulamento;
<u>Grupo Econômico</u>	Tem o significado que lhe é atribuído no parágrafo segundo do Artigo 57 do Regulamento;
<u>Instituições Autorizadas</u>	Banco Bradesco S.A, Banco Itaú S.A e Banco do Brasil
<u>Instrução CVM 356:</u>	É a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e alterações posteriores;
<u>Instrução CVM 400:</u>	É a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 e alterações posteriores;
<u>Instrução CVM 476:</u>	É a Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 e alterações posteriores;
<u>Instrução CVM 539</u>	É a Instrução CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013 e alterações posteriores;
<u>Investidores Qualificados:</u>	São todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios;
<u>Periódico:</u>	É o jornal Folha de São Paulo.

<u>Política de Cobrança</u>	Tem o significado atribuído no Artigo 84 do Regulamento;
<u>Regulamento:</u>	É o Regulamento do FUNDO;
<u>Razão Garantia</u>	A relação (em percentual), entre o valor do patrimônio líquido do FUNDO e o valor das Cotas Seniores, obtida por meio da divisão do primeiro pelo segundo, conforme estabelecido no artigo 114;
<u>Reserva de Amortização</u>	Reserva de Amortização: a reserva constituída para o pagamento das amortizações das Cotas Seniores;
<u>Resolução 2682/99:</u>	É a Resolução nº 2.682, do CMN, de 21 de dezembro de 1999;
<u>Suplemento</u>	É o documento cujo modelo é parte integrante do Regulamento que prevê e estabelece as principais regras para cada série de Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas Mezanino, conforme aplicável, de emissão do FUNDO;
<u>Taxa de Administração</u>	É a remuneração mensal devida à Administradora;
<u>Taxa DI:</u>	São as taxas médias referenciais dos depósitos interfinanceiros (CDI Extra-Grupo), apuradas pela CETIP e divulgadas pela resenha diária da ANBID, expressas na forma percentual e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis;
<u>Taxa Mínima de Cessão</u>	<p>É a taxa mínima da cessão calculada conforme seguinte:</p> $TMC = 170\% \text{ CDI}^*$ $TMC = \text{Taxa mínima de cessão (\%}^{aa}\text{)}$ <p>*170% (cento e setenta por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (“DI”) de 1 (um) dia – “over Extra-Grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos na data da respectiva cessão.</p>
<u>Termo de Adesão:</u>	É o documento por meio do qual cada Cotista adere ao Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no FUNDO, nos termos do Artigo 8 do Regulamento;
<u>Termo de Cessão:</u>	É o documento pelo qual se formaliza a cessão dos Direitos Creditórios adquiridos pelo FUNDO, na forma prevista no

	<p>anexo do respectivo Contrato de Cessão. Funciona como um borderô, contendo a relação dos títulos cedidos, o valor de face dos mesmos, as datas dos seus vencimentos e os dados dos devedores, além do valor pelo qual os referidos Direitos Creditórios foram cedidos ao FUNDO. Este documento prova a realização da cessão e obriga a Cedente a entregar à Administradora, por conta e ordem do FUNDO, os Documentos Comprobatórios.</p>
--	--

Anexo II – Modelo de Suplemento de Emissão de Cotas Seniores

Suplemento de Emissão de Cotas Seniores

DO [●]
CNPJ/MF [●]

Suplemento referente à [●] série de Cotas Seniores emitida nos termos do regulamento do “[●], inscrito no CNPJ/MF nº [●], administrado pela PETRA – PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A, instituição financeira com sede na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, Água Verde na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.317.692/0001-94, doravante designada (“Administradora”) registrado no [●] Registro de Títulos e Documentos de Curitiba (PR) do qual este Suplemento é parte integrante

1. PRAZO. O prazo de duração da [●]^a série é de [●] meses ([●] meses), contados da data da primeira integralização de Cotas Seniores da [●]^a série.

2. PÚBLICO ALVO: Investidores qualificados, conforme definido no Artigo 9º-B da Instrução CVM 539.

3. BENCHMARK. A [●]^a série de Cotas Seniores, representativa do patrimônio líquido do FUNDO, possui um *Benchmark* de rentabilidade correspondente a [●]% (● por cento) da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, “over extra grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (www.cetip.com.br).

3.1. Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do FUNDO, da ADMINISTRADORA ou da CONSULTORA acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do FUNDO.

4. VALOR DA SÉRIE E QUANTIDADE DE COTAS:

R\$ [●],00 ([●] milhões de reais), totalizando [●] ([●] mil) Cotas Seniores da [●]^a série, com um valor inicial, na data de emissão das Cotas da [●]^a série, de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada.

5. VALOR DE SUBSCRIÇÃO. Na subscrição de Cotas Seniores do FUNDO deve ser utilizado o valor de fechamento de mesma classe em vigor no mesmo ao da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à ADMINISTRADORA, em sua sede ou dependências, observando o Boletim de Subscrição.

Por se tratar de uma oferta com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, a subscrição de Cotas Seniores estará restrita a investidores profissionais, conforme definido no Artigo 9º-A da Instrução CVM 539. (ajustar no caso de Instrução 400)

6. Distribuição. (Ajustar no caso de Instrução 400) A distribuição da [●]^a Série de Cotas Seniores do FUNDO, colocadas na forma de oferta pública com esforços restritos, conforme previsto na Instrução CVM 476, será liderada pela ADMINISTRADORA em regime de melhores esforços, que poderá contratar terceiros devidamente habilitados para prestar tais serviços, sendo que haverá a busca e oferta estarão limitadas a 75 (setenta e cinco) investidores que sejam considerados investidores profissionais e sejam enquadrado no Público Alvo do FUNDO. Desta forma, a oferta das Cotas Seniores da 1ª série está dispensada de registro perante a CVM e a posterior negociação das Cotas pelos subscritores ficarão sujeitas às restrições previstas na Instrução CVM 476, ou seja, somente poderão ser negociadas em mercado secundário após 90 (dias) contados da subscrição,

sendo que os investidores deverão assinar declaração atestando ciência de tal restrição e da ausência de registro perante a CVM da oferta.

6.1. A subscrição das Cotas da [●]^a série estará limitada a 50 (cinquenta) investidores, conforme estipulado na Instrução CVM 476. Sendo que Fundos de Investimento sob mesma gestão serão considerados em conjunto, ou seja, será computado como investidor o gestor apenas.

6.2. A ADMINISTRADORA deverá observar a Relação Mínima, definida no Artigo 116 do Regulamento do FUNDO.

7. Amortização e Resgate. A partir do [●]^o ([●]) mês contado da data da primeira integralização de Cotas Seniores, as Cotas Seniores da [●]^a Série do FUNDO terão seus valores de principal investido e rendimentos amortizados mensalmente conforme a proporção abaixo, de acordo com o seguinte cronograma:

[●] ^o mês	1/25	[●] ^o mês	1/13
[●] ^o mês	1/24	[●] ^o mês	1/12
[●] ^o mês	1/23	[●] ^o mês	1/11
[●] ^o mês	1/22	[●] ^o mês	1/10
[●] ^o mês	1/21	[●] ^o mês	1/09
[●] ^o mês	1/20	[●] ^o mês	1/08
[●] ^o mês	1/19	[●] ^o mês	1/07
[●] ^o mês	1/18	[●] ^o mês	1/06
[●] ^o mês	1/17	[●] ^o mês	1/05
[●] ^o mês	1/16	[●] ^o mês	1/04
[●] ^o mês	1/15	[●] ^o mês	1/03
[●] ^o mês	1/14	[●] ^o mês	1/02

7.1. O pagamento das amortizações e do resgate das Cotas Seniores da 1^a série deverá ocorrer nos termos do Artigo 110, do Regulamento.

[incluir regras no caso de registro CETIP]

Em caso de divergência ou contradição entre o Suplemento das Cotas Seniores da [●] série e o Regulamento, deverá prevalecer o disposto no Regulamento, exceto se o Regulamento determine expressamente a prevalência do Suplemento.

Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.

O presente Suplemento deverá ser registrado no Serviço de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.

Curitiba, [●] de [●] de [●].

**PETRA - PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S/A
INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA**

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Anexo III – Modelo de Suplemento de Emissão de Cotas Subordinadas Mezanino

Suplemento de Emissão de Cotas Subordinadas Mezanino

DO [●]
CNPJ/MF [●]

Suplemento referente à [●] série de Cotas Subordinadas Mezanino emitida nos termos do regulamento do “[●], inscrito no CNPJ/MF nº [●], administrado pelo pela PETRA – PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A, instituição financeira com sede na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, Água Verde, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.317.692/0001-94, doravante designada (“Administradora”) registrado no [●] Registro de Títulos e Documentos de Curitiba (PR) do qual este Suplemento é parte integrante

1. PRAZO. As Cotas Subordinadas Mezanino da [●]^a série terão prazo de duração indeterminado, observado o disposto no item 7 abaixo.

2. PÚBLICO ALVO: Investidores qualificados, conforme definido no Artigo 9º-B da Instrução CVM 539. (ajustar no caso de Instrução 400)

3. BENCHMARK. A [●]^a série de Cotas Subordinadas Mezanino, representativa do patrimônio líquido do FUNDO, possui um *Benchmark* de rentabilidade correspondente a [●]% (● por cento) da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, “over extra grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (www.cetip.com.br).

3.1. Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do FUNDO, da ADMINISTRADORA ou da CONSULTORA acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do FUNDO.

4. VALOR DA SÉRIE E QUANTIDADE DE COTAS:

R\$ [●],00 ([●] milhões de reais), totalizando [●] ([●] mil) Cotas Subordinadas Mezanino da [●]^a série, com um valor inicial, na data de emissão das Cotas da [●]^a série, de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada.

5. VALOR DE SUBSCRIÇÃO. Na subscrição de Cotas Subordinadas Mezanino do FUNDO deve ser utilizado o valor de fechamento de mesma classe em vigor no mesmo dia ao da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à ADMINISTRADORA, em sua sede ou dependências, observando o Boletim de Subscrição.

Por se tratar de uma oferta com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, a subscrição de Cotas Seniores estará restrita a investidores profissionais, conforme definido no Artigo 9º-A da Instrução CVM nº 539. (ajustar no caso de Instrução 400)

6. Distribuição. (Ajustar no caso de Instrução 400) A distribuição da [●]^a Série de Cotas Subordinadas Mezanino do FUNDO, colocadas na forma de oferta pública com esforços restritos, conforme previsto na Instrução CVM 476, será liderada pela ADMINISTRADORA em regime de melhores esforços, que poderá contratar terceiros devidamente habilitados para prestar tais serviços, sendo que haverá a busca e oferta estarão limitadas a 75 (setenta e cinco) investidores que sejam considerados investidores profissionais e sejam enquadrado no Público Alvo do FUNDO. Desta forma, a oferta das Cotas Subordinadas Mezanino da [●]^a série está dispensada de registro perante a

CVM e a posterior negociação das Cotas pelos subscritores ficarão sujeitas às restrições previstas na Instrução CVM 476, ou seja, somente poderão ser negociadas em mercado secundário após 90 (dias) contados da subscrição, sendo que os investidores deverão assinar declaração atestando ciência de tal restrição e da ausência de registro perante a CVM da oferta.

6.1. A subscrição das Cotas da [●]^a série estará limitada a 50 (cinquenta) investidores, conforme estipulado na Instrução CVM 476. Sendo que Fundos de Investimento sob mesma gestão serão considerados em conjunto, ou seja, será computado como investidor o gestor apenas.

6.2. A ADMINISTRADORA deverá observar a Relação Mínima, definida no Artigo 116 do Regulamento do FUNDO.

7. Amortização e Resgate. As Cotas Subordinadas Mezanino terão prazo de [●] ([●]) anos de carência, contado da data da primeira integralização de Cotas Subordinadas Mezanino, durante o qual não poderão ser amortizadas. Findo o prazo de carência previsto neste Suplemento, a Administradora deverá convocar, dentro em 30 (trinta) dias, uma Assembleia Geral de Cotistas, na qual votarão apenas os Cotistas detentores de Cotas Subordinadas Mezanino, para deliberar sobre a amortização dessas Cotas.

Em caso de divergência ou contradição entre o Suplemento das Cotas Subordinadas Mezanino da [●] série e o Regulamento, deverá prevalecer o disposto no Regulamento, exceto se o Regulamento determine expressamente a prevalência do Suplemento.

Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.

O presente Suplemento deverá ser registrado no Serviço de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.

Curitiba, [●] de [●] de [●].

**PETRA - PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S/A
INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA**

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

**ANEXO IV – AO REGULAMENTO DO PRK FUNDO DE INVESTIMENTO EM
DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL**

Parâmetros para a verificação do lastro por amostragem

1. O Custodiante receberá os Documentos Comprobatórios em até 10 (dez) dias úteis depois da cessão dos Direitos Creditórios, e analisará a referida documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do FUNDO.

2. Observado o disposto no item (“a”) numa data-base pré-estabelecida, sendo que nesta data-base será selecionada uma amostra aleatória simples para a determinação de um intervalo de confiança para a proporção de eventuais falhas, baseado numa distribuição binomial aproximada a uma distribuição normal com 95% (noventa e cinco por cento) de nível de confiança, visando a uma margem de erro de 10% (dez por cento), independentemente de quem sejam os cedentes dos Direitos Creditórios.

3. O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios contempla a verificação da existência dos respectivos Documentos Comprobatórios, conforme abaixo discriminado:

(a) obtenção de base de dados analítica por Direitos Creditórios integrante da carteira do FUNDO;

(b) seleção de uma amostra de acordo com a fórmula abaixo:

$$n_0 = \frac{1}{\xi_0^2} \quad A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

ξ_0 : Erro Estimado

A : Tamanho da Amostra

N : População Total

n_0 : Fator Amostral

(c) verificação física dos contratos devidamente formalizados

(d) verificação da documentação acessória representativa dos Direitos Creditórios (identificação pessoal, comprovante de residência, etc.);

(e) evidênciação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para recebíveis vencidos e não liquidados;

(f) verificação das condições de guarda física dos Documentos Comprobatórios junto ao Depositário do FUNDO; e

(g) A verificação trimestral deve contemplar:

I – os Direitos Creditórios integrantes da carteira do FUNDO; e

II – os Direitos Creditórios inadimplidos e os substituídos no referido trimestre, para a qual não se aplica o disposto nos §§ 1º e 3º do Artigo 38 da Instrução CVM 356.

Anexo V – ao Regulamento do PRK FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL

Eventos para cálculo da TEvento

- Transformação de FIDC padronizado em não padronizado (ou vice-versa) após o registro do regulamento na CVM: R\$ 5.400,00;
- Alteração de regulamento ou contrato: R\$ 1.200,00 por documento;
- Confeção de atas de AGE com convocação: R\$ 750,00;
- Confeção de atas de AGE sem convocação: R\$ 600,00;
- Cisão, fusão ou incorporação: R\$ 1.800,00;
- Audiência em ações judiciais: R\$ 600,00 + despesas de deslocamento;
- Participação na assinatura de documentos fora da Petra: R\$ 400,00 + despesas de deslocamento;

ANEXO II – DECLARAÇÃO DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DECLARAÇÃO

Petra – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1842, 1º andar, CEP 01310-923, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.317.692/0001-94 (“Coordenador Líder” e “Administradora”), no âmbito da oferta pública de distribuição de Cotas Seniores, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400” e “Oferta”, respectivamente), do **PRK FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LP**, fundo de investimento em direitos creditórios, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.947.353/0001-69, em conformidade com Instrução da CVM nº 356 de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada (“Fundo”), declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

- (i) o Prospecto Preliminar, bem como o Prospecto Definitivo (a) foram e serão, respectivamente, elaborados de acordo com as normas pertinentes; e (b) conterão, na data de suas respectivas publicações, as informações do Fundo necessárias ao conhecimento, pelos investidores da Oferta, das Cotas Seniores do Fundo, dos fatores de riscos relacionados ao Fundo e à Oferta e inerentes aos investimentos nas Cotas Seniores e de quaisquer outras informações do Fundo e da Oferta relevantes e necessárias para uma tomada de decisão de investimento fundamentada;
- (ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (a) as informações prestadas, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2016

Petra – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A

Mário Rogério de Lima Rocha
Procurador

Maurício Zuanazzi
Procurador



ANEXO III – RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO

1ª Série de Cotas Seniores
(FE0056-2013)

A+(fe) de Longo Prazo
CP2(fe) de Curto Prazo

2ª Série de Cotas Seniores
(FE0091-2015)

A+(fe) de Longo Prazo

Relatório de Rating

12, fev, 2016

Ações recentes

05, fev, 2016 – Confirmação dos ratings.

17, dez, 2015 – Atribuição do rating A+(fe) de

Longo Prazo para a 2ª Série de Cotas Seniores

16, nov, 2015 – Confirmação dos ratings.

16, set, 2015 – Confirmação do rating A+(fe)

para a 1ª série de cotas seniores e atribuição do
rating CP2(fe) para essas mesmas cotas.

23, out, 2014 – Confirmação e retirada do rating
das cotas mezanino.

29, out, 2013 – Atribuição do Rating A+(fe) de
Longo Prazo para as cotas seniores e BB+(fe) de
Longo Prazo para as cotas mezanino.

Critérios e Metodologias

Relevantes para este Rating

Metodologia Finanças Estruturadas

Liberum Ratings

(fe) representa o sufixo utilizado, pela
Liberum Ratings, para ratings atribuídos a
Finanças Estruturadas

ÍNDICE:

Rating e Fundamentos	01
Características do Fundo	
e Partes Envolvidas	02
Reforços de Créditos e Liquidez	02
Fluxo de Caixa / Liquidez	03
Considerações do Rating	03
Sobre o Rating	07
Informações Importantes	09

Tipo de Rating	Finanças Estruturadas (fe)
Relatório	Monitoramento - 4T15
Perspetiva	Estável
Classe de Cotas	Seniores, Mezanino e Subordinadas
Cotas Avaliadas	1ª e 2ª Séries de Cotas Seniores
Escala Local	Moeda Local

Sumário executivo

O RATING

Em 05 de fevereiro de 2016, a Liberum Ratings confirmou as classificações de risco A+(fe) de Longo Prazo e CP2(fe) de Curto Prazo da 1ª Série de Cotas Seniores e A+(fe) de Longo Prazo da 2ª Série de Cotas Seniores do PRK Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial LP (PRK FIDC/Fundo). O risco de crédito para a 1ª e 2ª Séries de Cotas Seniores é baixo. A perspectiva dos ratings é estável.

FUNDAMENTOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

A confirmação dos ratings se fundamentou no risco de crédito e nos critérios de elegibilidade dos ativos potencialmente securitizáveis associado aos reforços de crédito disponíveis para as cotas avaliadas. A classificação também ponderou o histórico do Fundo, a experiência da consultora dos direitos creditórios para a avaliação dos Cedentes e seleção dos direitos creditórios da carteira do Fundo, o risco de liquidez e de descasamento de taxas.

VETORES DO RATING

Os principais aspectos que poderão acarretar o rebaixamento do rating do FIDC se referem, principalmente, à mudança das modalidades dos créditos adquiridos pelo fundo para perfis mais arriscados ou à piora da qualidade dos direitos creditórios. Esse cenário se refletiria no aumento dos índices de atraso e perda, no aumento de provisão e na piora de rentabilidade das cotas. Por outro lado, o rating poderá ser beneficiado caso as cotas do fundo apresentem histórico de desempenho positivo, refletindo a qualidade dos direitos creditórios ou então o Regulamento estipule mudanças nos critérios de Elegibilidade, que se reverteriam em benefício à minimização do risco de crédito da carteira de títulos.

PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES

Positivas

Adequada capacidade técnica da PRK Fomento Mercantil, para exercer a função de Consultora do Fundo e avaliar os Cedentes dos direitos creditórios. Proteção de crédito por meio de subordinação entre cotas.

Negativas

Nível de Risco dos Cedentes dos direitos creditórios é considerado médio. Inexistência de mercado secundário ativo para negociação de direitos creditórios.

FATOS RELEVANTES

Em 30 de dezembro de 2015 foi deliberado pela AGE sobre: a alteração do Suplemento de Emissão da 1ª Série Sênior e da 1ª Série Mezanino; a substituição do administrador; a alteração da Taxa de Administração do Fundo; a alteração da Política de Investimento e critérios de composição da carteira do Fundo; a alteração do Limite de Concentração dos ativos da carteira do Fundo; a alteração dos Critérios de Elegibilidade do Fundo; a alteração do percentual mínimo do patrimônio líquido do Fundo que deverá ser representado por Cotas Subordinadas Junior; a distribuição pública da 2ª Série de Cotas Seniores do Fundo; entre outros.

DESEMPENHO DO FUNDO

O Fundo mantém atividade operacional desde fevereiro de 2014, e desde então mantém uma carteira crescente de créditos, que atingiu R\$ 10,7 milhões de Patrimônio Líquido (PL) em dez/15, sendo que as cotas subordinadas (mezanino e juniores) mantêm elevada participação no patrimônio, representando 65% do total na mesma data. Apesar de os créditos vencidos e provisionados se encontrarem em níveis estáveis, o Fundo apresenta desvalorizações periódicas das cotas subordinadas, preponderantemente devido a amortizações e resgates pontuais. É importante ressaltar que a continuidade no crescimento dos direitos creditórios em atraso conjugado com potenciais desvalorizações das cotas subordinadas poderá resultar na revisão da atual classificação de risco.

CARACTERÍSTICAS DO FUNDO E PARTES ENVOLVIDAS

Emitente:	PRK FIDC Multissetorial LP
CNPJ:	18.947.353/0001-69
Data de constituição do Fundo:	04/09/2013
Classes de Cotas:	Sênior, Mezanino e Subordinada
Cotas avaliadas:	1ª e 2ª Séries de Cotas Seniores
Denominação:	Reais Brasileiros
Condomínio:	Fechado
Prazo do Fundo:	Indeterminado
Consultora dos Direitos Creditórios:	PRK Fomento Mercantil Ltda.
Agente de cobrança:	PRK Fomento Mercantil Ltda.
Gestor:	Petra Capital Gestão de Investimentos Ltda.
Administrador:	Petra – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Custodiante:	Banco Petra S.A.
Auditor:	Baker Tilly Brasil Auditores Independentes.

CARACTERÍSTICAS DA 1ª SÉRIE DE COTAS SENIORES

Data da Emissão:	02/04/2014
Volume:	R\$ 6.000.000,00
Prazo:	Até junho/2018
Período de Carência:	Até julho/2017
Datas de Amortização:	Em 12 parcelas mensais.
Remuneração alvo:	CDI + 4% a.a.
Valor e quantidade de cotas:	6.000 cotas a R\$ 1.000,00 cada
Forma de Colocação:	Esforços restritos de venda nos termos da Instrução CVM 476, a ser realizada pela Petra C.T.V.M. S.A.

CARACTERÍSTICAS DA 2ª SÉRIE DE COTAS SENIORES

Volume:	R\$ 3.000.000,00
Prazo:	Até junho/2018
Período de Carência:	Até julho/2017
Datas de Amortização:	Em 12 parcelas mensais.
Remuneração alvo:	CDI + 4% a.a.
Valor e quantidade de cotas:	3.000 cotas a R\$ 1.000,00 cada
Forma de Colocação:	Oferta pública, conforme previsto na Instrução CVM 400, a ser realizada pela Petra - Personal Trader CTVM S.A.



REFORÇOS DE CRÉDITO E LIQUIDEZ

Relação de Subordinação Mínima:	50% para as cotas seniores
Taxa Mínima de Cessão - TMC:	170% do CDI.
Reserva de Amortização:	Não há.
Relações de cobertura mínima – cota subordinada/maior cedente:	2,5 vezes (sênior).
Relações de cobertura mínima – cota subordinada/maior sacado:	2,5 vezes (sênior).

FLUXO DE CAIXA/LIQUIDEZ

Os principais aspectos que poderão comprometer a formação de liquidez se referem, principalmente, ao alongamento do prazo médio dos direitos creditórios e ao aumento do nível de inadimplência, que se refletiria em redução das rendas obtidas com o fluxo de recebimento dos créditos. Neste sentido, observa-se que o prazo médio no 4T15 ficou em torno de 31 dias enquanto que os créditos vencidos a mais de 30 dias representaram 2,3% do PL do Fundo em dez/15.

O risco de falta de liquidez é determinado principalmente pelo prazo médio dos ativos, pelas condições de resgate das cotas e pela qualidade dos direitos creditórios. Em razão do prazo médio curto dos direitos creditórios e da existência de um cronograma pré-definido de amortização das cotas seniores, o risco de liquidez, na visão da Liberum Ratings, está diretamente associado à qualidade dos direitos creditórios (liquidez dos títulos).

A subordinação mínima obrigatória também é benéfica para a minimização do risco de liquidez. No caso das cotas seniores, o Fundo estabelece um percentual mínimo de subordinação equivalente a 50% do PL enquanto que para as cotas mezanino o percentual mínimo é de 20% do PL. As cotas subordinadas se submetem às cotas mezanino para efeito de amortização sendo que ambas estão subordinadas às cotas seniores.

CONSIDERAÇÕES DO RATING

O nível de risco dos cedentes dos direitos creditórios é médio/elevado. De maneira geral, os cedentes dos títulos são empresas cujos fundamentos financeiros tendem a ser mais frágeis. Essa característica faz com que a Consultora dos créditos pratique taxas de deságio compatíveis a esse risco. Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo devem ser originados por operações de compra e venda e/ou prestação de serviços, com pagamento a prazo, realizadas entre as Cedentes e seus clientes (os sacados), pertencentes aos mais variados segmentos e indicados ao Fundo pela Consultora PRK Fomento Mercantil Ltda.

Existência de hierarquia entre as classes de cotas do Fundo para efeitos de resgate e absorção de perdas da carteira. A relação mínima entre o patrimônio líquido e o valor das Cotas Seniores é de 200% - Razão de Garantia. Isto quer dizer que o Fundo deve ter, no mínimo, 50% de seu patrimônio representado por Cotas Subordinadas Júnior e Mezanino, sendo que, no mínimo, 20% do valor total do patrimônio líquido deve ser representado por Cotas Subordinadas Júnior.

Elevadas concentrações entre os maiores cedentes e sacados do Fundo, o que se reverte em maior exposição ao risco de crédito da carteira de títulos. Os critérios de elegibilidade do Fundo admitem exposição máxima de 15% do PL em um único cedente ou sacado.

Adequada capacidade operacional da PRK Fomento Mercantil – Consultora dos créditos adquiridos pelo Fundo. A PRK dispõe de estrutura adequada para o exercício das atividades. O sócio e gestor da PRK é egresso do mercado financeiro, com experiência em diversas instituições financeiras com foco em crédito.

As Cotas Seniores contam com subordinação de 50% do PL, sendo que as Cotas Mezanino estão protegidas por 20% do PL do Fundo.



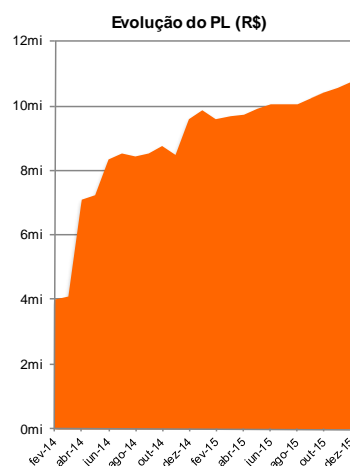
Falta de ambiente de negócios regulado para os direitos creditórios que são alvos de aquisição. Pesa negativamente, não só para os FIDCs multicedente/multissacados, mas para qualquer fundo que adquira ativos similares, a falta de ambiente de negócio regulado para tais títulos, o que também incluiria o registro desses ativos e um mercado organizado para negociação dos mesmos. Tais fatos agregariam maior segurança ao processo de alocação. Não existe um mercado secundário organizado para esse tipo de ativo, o que impacta negativamente seu perfil de liquidez.

Risco de insubsistência de direitos creditórios cedidos ao fundo. Há possibilidade de que alguns dos direitos creditórios cedidos aos fundos sejam insubsistentes ou, ainda, apresentem inconsistências contábeis. Esse risco é potencializado pelo elevado giro da carteira.

Risco de oscilações no fluxo de caixa. O fluxo de caixa é determinado principalmente pelo prazo médio e pela qualidade dos direitos creditórios. Considerando os direitos creditórios como principal ativo do Fundo, a liquidez se forma à medida que os direitos creditórios são pagos pelos devedores. Na visão da Liberum Ratings, os principais fatores de risco de liquidez e impactos no fluxo de caixa do FIDC são o alongamento excessivo do prazo médio e um aumento de inadimplência dos direitos creditórios.

Ativos Remanescentes com baixo perfil de risco. A parcela do patrimônio líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos Creditórios elegíveis será necessariamente alocada em: I - títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou operações compromissadas com títulos de emissão do Tesouro Nacional, celebradas com as Instituições Autorizadas; II - títulos de emissão do BACEN e/ou operações compromissadas com títulos de emissão do BACEN, celebradas com as Instituições Autorizadas; III – cotas de emissão de fundos de investimento em cotas de fundo de investimento de renda fixa ou de fundo de investimento referenciado à Taxa DI, com liquidez diária, cujas políticas de investimento admitam a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados nos itens "I" e "II" acima; e IV - Certificados de Depósito Bancário – CDBs emitidos por uma Instituição Autorizada.

Risco de descasamento de taxas. Os Direitos Creditórios componentes da carteira do Fundo são contratados a taxas pré-fixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo Fundo para as Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Mezanino, quando houver, terão determinado *benchmark* de taxa de juros. Neste caso, se, de maneira excepcional, a taxa de juros se elevar substancialmente, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as Cotas Seniores.



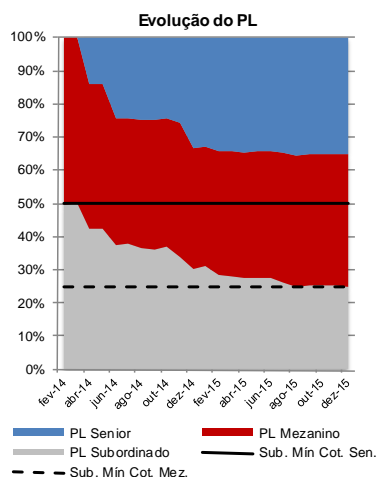
Fonte: CVM e Administrador. Elaboração: Liberum Ratings.

Composição do PL (R\$ mil)	PL	Créditos a Vencer	Créditos Vencidos	Op. Comp.	Fundos de Invest.	Títulos Públicos	Tesouraria	Ctas a Pg/Rec.	PDD
jan-15	9.846	6.997	923	0	2.524	128	12	-277	-461
fev-15	9.610	6.457	871	0	2.585	124	122	-71	-478
mar-15	9.679	7.819	1.059	0	1.462	122	10	-211	-581
abr-15	9.749	7.786	1.023	0	1.664	128	21	-166	-708
mai-15	9.935	9.293	971	0	200	134	30	-5	-688
jun-15	10.043	8.798	1.126	0	439	132	117	15	-585
jul-15	10.049	7.910	1.489	0	1.421	127	31	-384	-545
ago-15	10.040	7.941	950	0	1.164	115	36	149	-316
set-15	10.255	8.762	769	0	796	112	16	161	-361
out-15	10.429	9.283	1.297	0	262	116	30	-130	-430
nov-15	10.561	9.148	1.619	0	154	118	4	-39	-443
dez-15	10.722	9.156	1.209	0	836	118	4	-182	-419

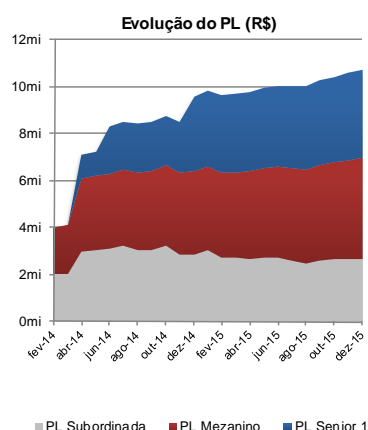
Fonte: CVM e Administrador. Elaboração: Liberum Ratings.

12, fev, 2016

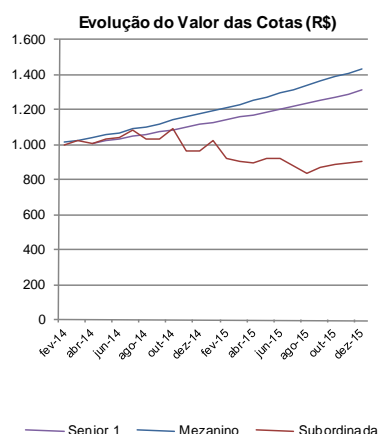
PRK FIDC



Fonte: CVM e Administrador. Elaboração: Liberum Ratings.



Fonte: CVM e Administrador. Elaboração: Liberum Ratings.



Fonte: CVM e Administrador. Elaboração: Liberum Ratings.

Dados das Cotas	PL (R\$)	PL Senior 1 (R\$)	PL Mezanino (R\$)	PL Subordinada (R\$)	Valor Cota Senior 1 (R\$)	Valor Cota Mezanino (R\$)	Valor Cota Subordinada (R\$)	Qtd. De Cotas Senior 1	Qtd. De Cotas Mezanino	Qtd. De Cotas Subordinada
jan-15	9.846.083	3.242.633	3.551.178	3.052.273	1.128	1.194	1.026	2.875	2.975	2.975
fev-15	9.610.016	3.278.345	3.599.979	2.731.692	1.140	1.210	918	2.875	2.975	2.975
mar-15	9.678.762	3.323.614	3.661.734	2.693.414	1.156	1.231	905	2.875	2.975	2.975
abr-15	9.748.506	3.365.530	3.719.038	2.663.937	1.170	1.250	895	2.875	2.975	2.975
mai-15	9.935.009	3.409.235	3.778.634	2.747.140	1.186	1.270	923	2.875	2.975	2.975
jun-15	10.043.245	3.456.790	3.843.411	2.743.044	1.202	1.292	922	2.875	2.975	2.975
jul-15	10.049.249	3.509.969	3.916.004	2.623.275	1.221	1.316	882	2.875	2.975	2.975
ago-15	10.039.711	3.560.460	3.984.848	2.494.404	1.238	1.339	838	2.875	2.975	2.975
set-15	10.255.054	3.611.677	4.054.902	2.588.475	1.256	1.363	870	2.875	2.975	2.975
out-15	10.429.035	3.663.638	4.126.196	2.639.201	1.274	1.387	887	2.875	2.975	2.975
nov-15	10.561.071	3.713.838	4.195.282	2.651.951	1.292	1.410	891	2.875	2.975	2.975
dez-15	10.722.355	3.769.853	4.272.612	2.679.890	1.311	1.436	901	2.875	2.975	2.975

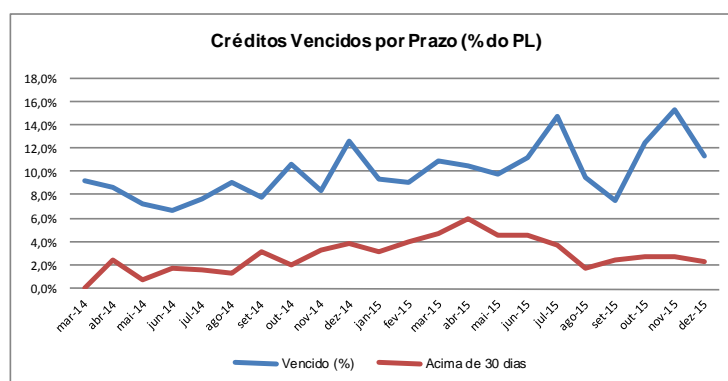
Fonte: CVM e Administrador. Elaboração: Liberum Ratings.

Concentração por Cedente / PL	Maior Cedente / PL	5 Maiores Cedentes / PL	10 Maiores Cedentes / PL	15 Maiores Cedentes / PL	20 Maiores Cedentes / PL
jan-15	6,4%	29,5%	47,9%	58,9%	66,1%
fev-15	8,5%	29,0%	45,1%	56,1%	63,7%
mar-15	7,6%	33,5%	54,4%	66,7%	75,3%
abr-15	6,5%	26,8%	46,1%	60,9%	72,3%
mai-15	8,7%	36,9%	57,0%	72,5%	84,7%
jun-15	10,7%	40,0%	61,2%	75,0%	82,8%
jul-15	8,9%	35,5%	54,2%	67,2%	76,4%
ago-15	8,9%	37,7%	57,9%	70,2%	77,5%
set-15	9,1%	38,7%	58,3%	70,5%	78,3%
out-15	9,9%	37,0%	56,6%	70,0%	79,5%
nov-15	10,1%	36,5%	58,6%	73,5%	83,3%
dez-15	10,4%	38,9%	58,7%	71,0%	79,2%

Fonte: CVM e Administrador. Elaboração: Liberum Ratings.

Concentração por Sacado / PL	Maior Sacado / PL	5 Maiores Sacados / PL	10 Maiores Sacados / PL	15 Maiores Sacados / PL	20 Maiores Sacados / PL
jan-15	3,1%	10,1%	16,6%	21,4%	25,0%
fev-15	2,5%	8,9%	15,8%	20,8%	24,7%
mar-15	3,7%	13,2%	21,3%	27,3%	31,6%
abr-15	4,6%	17,9%	25,8%	32,2%	37,2%
mai-15	6,5%	24,7%	33,7%	40,3%	45,8%
jun-15	10,4%	28,5%	37,8%	43,7%	47,8%
jul-15	10,7%	26,9%	34,7%	40,1%	44,3%
ago-15	7,5%	24,5%	30,9%	35,5%	38,8%
set-15	6,9%	21,1%	29,6%	34,1%	37,3%
out-15	12,9%	26,3%	34,8%	39,5%	43,2%
nov-15	8,8%	23,4%	30,4%	35,6%	39,6%
dez-15	6,6%	21,4%	29,5%	35,2%	39,2%

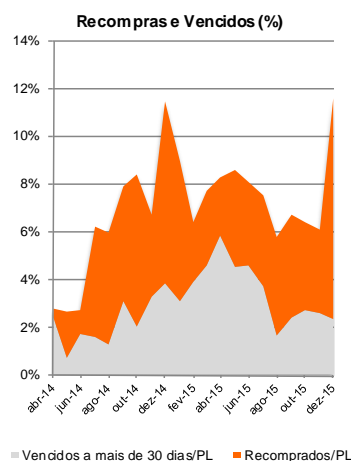
Fonte: CVM e Administrador. Elaboração: Liberum Ratings.



Fonte: CVM e Administrador. Elaboração: Liberum Ratings.

12, fev, 2016

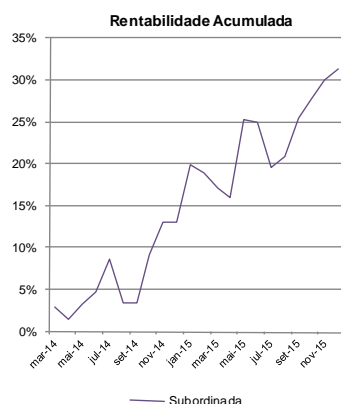
PRK FIDC



Fonte: CVM e Administrador. Elaboração: Liberum Ratings.

Rentabilidade	Subordinada
jan-15	6,04%
fev-15	-0,91%
mar-15	-1,40%
abr-15	-1,09%
mai-15	8,04%
jun-15	-0,15%
jul-15	-4,37%
ago-15	1,07%
set-15	3,77%
out-15	1,96%
nov-15	1,68%
dez-15	1,05%

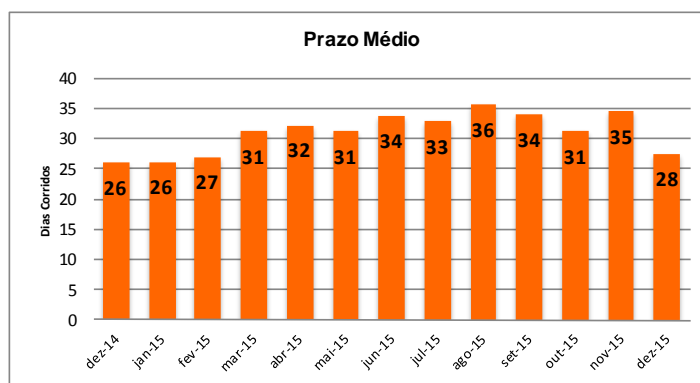
Fonte: CVM e Administrador. Elaboração: Liberum Ratings.



Fonte: CVM e Administrador. Elaboração: Liberum Ratings.

Recomprados / Vencidos	Recomprados (R\$ mil)	Recomprados/PL	Vencidos a mais de 30 dias (R\$ mil)	Vencidos a mais de 30 dias/PL
jan-15	579	5,9%	305	3,1%
fev-15	237	2,5%	375	3,9%
mar-15	302	3,1%	444	4,6%
abr-15	233	2,4%	571	5,9%
mai-15	402	4,0%	452	4,5%
jun-15	354	3,5%	458	4,6%
jul-15	384	3,8%	371	3,7%
ago-15	415	4,1%	163	1,6%
set-15	443	4,3%	246	2,4%
out-15	382	3,7%	284	2,7%
nov-15	369	3,5%	275	2,6%
dez-15	1.000	9,3%	246	2,3%

Fonte: CVM e Administrador. Elaboração: Liberum Ratings.



Fonte: CVM e Administrador. Elaboração: Liberum Ratings.

Resg/Amort e Capt	Cota	Captação - Valor (R\$)	Amortização/Resgate - Valor (R\$)
fev-14	Subordinada	2.000.000	0
fev-14	Mezanino	2.000.000	0
abr-14	Senior 1	1.000.000	0
abr-14	Subordinada	1.000.000	0
abr-14	Mezanino	1.000.000	0
jun-14	Senior 1	1.000.000	0
jun-14	Subordinada	0	0
ago-14	Subordinada	0	252.041
nov-14	Subordinada	0	462.941
dez-14	Senior 1	1.000.000	0
fev-15	Subordinada	0	365.543
mai-15	Subordinada	0	131.012
ago-15	Subordinada	0	157.028
nov-15	Subordinada	0	31.704

Fonte: CVM e Administrador. Elaboração: Liberum Ratings.

SOBRE O RATING**Analista principal**

João Pedro Pereira – joao.pereira@liberumratings.com.br

Membros do comitê de rating:

Bruno Giacomoni – bruno.giacomoni@liberumratings.com.br

Carolina Bello – carolina.bello@liberumratings.com.br

João Pedro Pereira – joao.pereira@liberumratings.com.br

Rodrigo Indiani – rodrigo.indiani@liberumratings.com.br

Metodologia e critérios relevantes para esta análise:

Metodologia Finanças Estruturadas

Processo de diligência sobre os ativos de Finanças Estruturadas:

A presente avaliação se apoiou, entre outros, no uso de bases de dados históricas e comparativas para este tipo de ativo e o uso de modelos de análise proprietários, os quais consideram aspectos qualitativos e quantitativos especificamente associados a este tipo de ativo.

Histórico do rating:

05, fev, 2016 – Confirmação dos ratings.

17, dez, 2015 – Atribuição do rating A+(fe) de Longo Prazo para a 2ª Série de Cotas Seniores.

16, nov, 2015 – Confirmação dos ratings.

16, set, 2015 – Confirmação do rating A+(fe) de Longo Prazo e atribuição do rating CP2(fe) de Curto Prazo para as Cotas Seniores.

19, mai, 2015 – Confirmação do rating das cotas seniores.

09, fev, 2015 – Confirmação do rating das cotas seniores.

20, nov, 2014 – Confirmação do rating das cotas seniores.

23, out, 2014 – Confirmação e retirada do rating das cotas mezanino.

15, ago, 2014 – Confirmação.

16, mai, 2014 – Confirmação.

29, out, 2013 – Atribuição dos ratings: A+(fe) de Longo Prazo para a 1ª Série de Cotas Seniores e BB+(fe) de Longo Prazo para a 1ª Série de Cotas Mezanino.
Perspectiva: Estável

A Liberum Ratings está avaliando esta espécie de ativo financeiro pela primeira vez? Não.

Esta classificação foi comunicada a entidade avaliada ou partes relacionadas a ela e em decorrência desse fato, a nota atribuída foi alterada antes da emissão deste relatório? Não.

Frequência de Monitoramento: A política de monitoramento de ratings para esta classe de ativo é descrita na Metodologia de Ratings de Finanças Estruturadas disponível no site da Liberum Ratings www.liberumratings.com.br

Escala de avaliação:

Escala de Rating de Longo Prazo Liberum Ratings www.liberumratings.com.br

Informações utilizadas:

As informações utilizadas para a elaboração deste relatório datam até 31/12/2015. Informações posteriores a essa data podem causar a alteração da classificação ou dos fundamentos expostos neste relatório. As informações disponíveis para a emissão da classificação e, conseqüentemente, deste relatório foram consideradas suficientes e alinhadas com os requerimentos metodológicos aplicáveis para a mesma. As informações utilizadas foram encaminhadas pelo Administrador do Fundo, pelo Custodiante e pelo

Consultor dos Direitos Creditórios. Também foram utilizadas informações de domínio público e privado.

Esta classificação é sujeita a alterações. Para verificar a última classificação disponível acesse www.liberumratings.com.br

Outros Serviços Prestados:

A Liberum Ratings prestou outros serviços para a entidade avaliada nos últimos 12 meses? Não.

Houve serviços prestados por partes relacionadas da Liberum Ratings para entidade avaliada nos últimos 12 meses? Não.

Conflitos de Interesse:

A classificação de risco foi contratada por terceiros, outros que a entidade avaliada ou parte a ela relacionada? Não.

A entidade avaliada ou parte a ela relacionada é responsável por mais de 5% da receita anual da Liberum Ratings? Não.

A Liberum Ratings, seus analistas de classificação de risco de crédito ou demais pessoas envolvidas no processo de emissão de uma determinada classificação de risco, seus cônjuges, dependentes ou companheiros, tem, direta ou indiretamente, interesses financeiros e comerciais relevantes em relação à entidade avaliada? Não.

Os analistas de classificação de risco de crédito ou demais pessoas envolvidas no processo de emissão da classificação de risco tem vínculo com pessoa natural que trabalhe para a entidade avaliada ou parte a ela relacionada? Não.

Os procedimentos adotados para a emissão desta classificação de risco e emissão de relatório de rating estão enquadrados nos critérios estipulados no Código de Conduta desta Agência bem como nos seus procedimentos de Controles Internos e o Compliance.

Esta classificação é sujeita a alterações. Para verificar a última classificação disponível acesse www.liberumratings.com.br

LIBERUM RATINGS

Tel: 55 11 3165-4222

São Paulo - Brasil

Em caso de dúvidas, entre em contato conosco:

contato@liberumratings.com.br

www.liberumratings.com.br



INFORMAÇÕES IMPORTANTES

A Liberum Ratings Serviços Financeiros Ltda. (Liberum Ratings) emite seus pareceres, opiniões e demais materiais com base em informações encaminhadas por terceiros, dados que são considerados confiáveis e precisos. No entanto, há a possibilidade de erros de ordem humana, técnica ou de qualquer outra índole na elaboração e transmissão dessas informações. Nesses casos, a Liberum Ratings não faz nenhuma representação, nem avaliza, garante ou se responsabiliza - de forma explícita ou implícita - por erros ou omissões nos dados recebidos, ou, ainda, sobre a exatidão, completude, resultados, abrangência e integridade dos mesmos. Também não se responsabiliza por erros, omissões, resultados de opiniões ou análises que derivem de tais informações. O processo de análise utilizado pela Liberum Ratings não compreende a auditoria ou a verificação sistemática de tais informações. Eventuais investigações para a checagem desses dados variam, dependendo de fatos e circunstâncias.

Sob nenhuma circunstância, a Liberum Ratings, seus diretores, empregados, prestadores de serviços ou agentes serão responsabilizados civilmente ou de qualquer outra forma por quaisquer danos diretos, indiretos ou compensações, incluindo, mas não se limitando, a perda de dinheiro, lucros ou good will; pelo tempo perdido durante o uso ou impossibilidade de uso do website ou durante o prazo necessário para avaliação das informações recebidas e na elaboração das análises e opiniões, divulgadas ou não em seu website; por ações ou decisões tomadas com base nas opiniões da Liberum Ratings e demais informações veiculadas pelo seu website; por erros em quaisquer circunstâncias ou contingências, de controle ou não da Liberum Ratings e de seus agentes, originados pela comunicação, análise, interpretação, compilação, publicação ou entrega de quaisquer informações contidas e/ou disseminadas pelo website da Liberum Ratings.

Os ratings e quaisquer outras opiniões emitidas pela Liberum Ratings, ou outros materiais, são disponibilizados em seu website (www.liberumratings.com.br). Tais publicações são meras opiniões e devem ser interpretadas como tal. De nenhum modo e sob nenhuma circunstância devem ser consideradas como fatos ou verdades sobre a capacidade de crédito do emissor ou ativo financeiro (de crédito ou de qualquer outra índole) avaliado. Portanto, não representam, de nenhuma forma, recomendação para aquisição, venda ou manutenção de ativos em portfólio. Desse modo, as avaliações emitidas pela Liberum Ratings não são, nem substituem, prospectos ou demais informações, obrigatórias ou não, fornecidas ou apresentadas aos investidores e seus agentes na venda ou distribuição de ativos financeiros.

Em razão de mudanças e/ou indisponibilidade de informações tidas como necessárias para a emissão e descontinuidade do monitoramento do rating, ou outros fatores considerados pertinentes, as classificações de risco emitidas pela Liberum Ratings podem ser alteradas, suspensas ou retiradas a qualquer momento. Os ratings públicos emitidos pela Liberum Ratings são atualizados em seu website (www.liberumratings.com.br).

Na maior parte dos casos, os trabalhos realizados pela Liberum Ratings são remunerados pelos emissores, estruturadores ou garantidores dos ativos avaliados.

Copyright©2016 Liberum Ratings Serviços Financeiros Ltda.